



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Antônio Khury

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 06 JUL 2011

1º Secretário

Projeto de Lei nº

559/11



Súmula: Dispõe sobre convênios firmados entre o Poder Executivo e os Municípios do Estado do Paraná.

Art. 1º - Para firmar convênio com o Poder Executivo no Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, os municípios devem contar com Técnico Agrícola, Médico Veterinário ou Engenheiro Agrônomo no quadro de pessoal da respectiva Prefeitura.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, sendo regulamentada pelo Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 2011.

Deputado FERNANDO SCANAVACA  
Lider do PDT



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



## JUSTIFICATIVA

Trata-se de iniciativa que visa estimular as prefeituras municipais a dotarem suas estruturas de profissionais especializados, propiciando melhor apoio às áreas de agricultura e abastecimento.

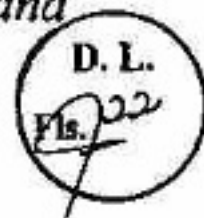
Por outro lado, na medida em que todos os municípios passem a contar com Técnico Agrícola, Médico Veterinário ou Engenheiro Agrônomo nos respectivos quadros de pessoal certamente os convênios passarão a ser elaborados com maior fundamentação e posteriormente acompanhados de forma a proporcionar mais eficiência nos seus resultados.



Deputado FERNANDO SCANAVACA  
Líder do PDT



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



PARECER

Projeto de Lei nº 559/11

Autor: Deputado Fernando Scanavaca

*Súmula: Dispõe sobre convênios firmados entre o Poder Executivo e os Municípios do Estado do Paraná.*

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca visa estimular as prefeituras municipais a dotarem suas estruturas de profissionais especializados, propiciando melhor apoio às áreas de agricultura e abastecimento.

FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente, insta ressaltar a competência da Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa utilizada,

No tocante à matéria, verifica-se que o parlamentar detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis, em consonância com o artigo 65 da Constituição do Paraná.

Contudo, como há envolvimento direto da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB, afim de sanar aparente



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



"Inconstitucionalidade" do presente projeto<sup>1</sup> (atribuição de função a Secretaria), determinou-se que o projeto de lei fosse baixado em diligência à SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB para análise de viabilidade de um eventual prosseguimento deste projeto.

Em resposta à diligência solicitada, a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB se manifestou através da Informação nº 244/2011, não demonstrando qualquer óbice à tramitação do projeto de lei ora em tela. No entanto, sugeriu que fosse estabelecido prazo aos Municípios porventura interessados estruturarem seus quadros funcionais, em lapso razoável que considere os procedimentos de remanejamento de servidores ou a realização de concursos públicos. Se assim não for, no entretanto Municípios ficariam impedidos de estabelecer parcerias (em sentido lato) com o Estado do Paraná nas áreas de atuação da SEAB.

Assim, com o objetivo de acatar a sugestão apresentada pela SEAB, propõe-se a seguinte emenda aditiva, nos termos do artigo 29, e 137, § 3º, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/88.

### CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, na forma da **EMENDA ADITIVA** anexa.

<sup>1</sup> Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública.

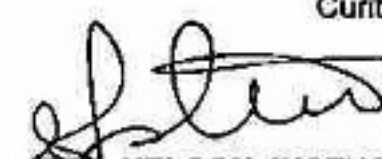




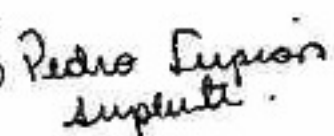
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



Curitiba, 04 de 10 de 2011.

  
DEP. NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE


  
DEP. ELIO RUSCH  
RELATOR


  
DEP. PEDRO SUPIAN  
Suplente

  
DEP. PAULO SÉRGIO

  
DEP. ANTÔNIO CARLOS

  
DEP. JOÃO

  
DEP. ROBERTO

  
DEP. AMILTON



**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



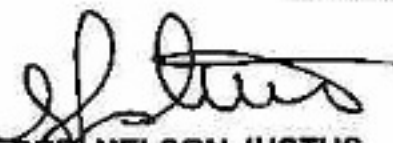
**EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI 559/2011**

De acordo com o que determinam os artigos 29 e 137, §3º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, fica inserido no artigo 1º, do Projeto de Lei nº 559/11, o "parágrafo único", que contará com a seguinte redação:

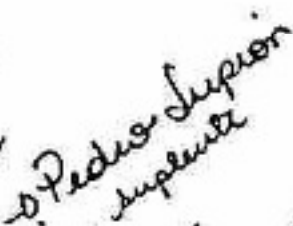
Art. 1º. [...]

"Parágrafo único. Fica estabelecido o prazo de 12 (doze) meses para as prefeituras se adaptarem ao disposto no caput deste artigo."

Curitiba, 04 de 10 de 2011.

  
DEP. NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEP. ELIO RUSCH  
RELATOR

  
o. Pedro Supion  
suplente



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA E ASSUNTOS MUNICIPAIS.



### PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 559/2011

Projeto de Lei nº 559/2011

Autor: Deputado Fernando Scanavaca/PDT

Súmula: Dispõe sobre convênios firmados entre o Poder Executivo e os Municípios do Estado do Paraná.

#### I - PREAMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, determina que os Municípios do Estado do Paraná, detenham de quadro de pessoal qualificado, como Técnicos Agrícolas, Médicos Veterinários ou Engenheiros Agrônomos, para fins de poderem firmar convênio com o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento.

#### II - RELATÓRIO

Na qualidade de relator, designado para exarar parecer pela Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa e Assuntos Municipais, e, em cumprimento ao que determina o art. 33-L, IV, do Regimento Interno desta Casa de Leis, passo a expor meu relatório ao Projeto de Lei nº 559/2011.

O Projeto de Lei nº 559/2011, pretende o autor da matéria, criar algumas atribuições aos entes municipais do Estado do Paraná, fazendo com que os municípios que não possuam pessoal qualificado em seu quadro de pessoal, não possam celebrar convênio com a Secretaria do Estado da Agricultura e do Abastecimento. Ora, apesar de não ser prerrogativa desta comissão analisar a constitucionalidade da matéria, entendo na forma apresentada que o Projeto de Lei em comento possui vícios de inconstitucionalidades, pois, não pode o Estado através da Lei, impor regras aos Municípios para obter alguns tipos de convênios, ainda mais quando se trata de prover seus quadros de pessoal.

Com a presente proposição o Estado estaria obrigando os municípios a criar novos cargos quando não existentes, gerando assim, despesas aos entes públicos municipais. Fato este que estaria o Estado ingerindo nas atribuições dos Municípios.



Porém, visto e analisado pela comissão de justiça desta Casa, e não havendo nenhum impedimento legal apresentado pelos seus membros, como relator da matéria por esta comissão, entendo que o projeto condicionará e qualificará os municípios quando esses firmarem convênios com o Estado através da Secretaria de Agricultura e do Abastecimento. Pois, com pessoal qualificado os convênios poderão ser melhores desenvolvidos, proporcionando maior qualidade no projeto oriundo do mesmo em favor da população local.

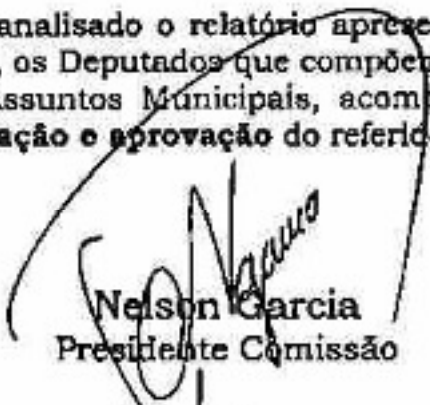
Dito isto, no que tange ao mérito da matéria entendo que não há nenhum tipo de impedimento que possa obstruir sua deliberação pelo Plenário Legislativo.

### III - VOTO DO RELATOR


Pelos motivos ora relatados, e não havendo nada que possa obstruir a deliberação e tramitação do Projeto em tela, no que cabe a esta comissão, voto favoravelmente pela tramitação do Projeto de Lei nº 559/2011 na sua forma apresentada.

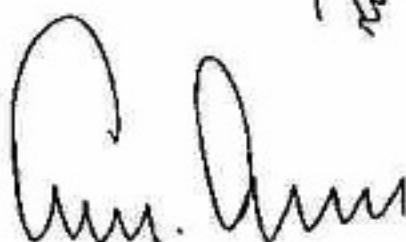
### IV - CONCLUSÃO

Verificado e analisado o relatório apresentado pelo Nobre Relator do Projeto de Lei nº 559/2011, os Deputados que compõem a Comissão Fiscalização da Assembleia Legislativa e Assuntos Municipais, acompanham o voto do relator e manifestam-se pela **deliberação e aprovação** do referido projeto em tela.

  
Nelson Garcia  
Presidente Comissão

24/10/11

  
Adelino Ribeiro Silva  
Relator

  
Am. Am.

  
E. Silva



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



## PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 559/2011

### PREÂMBULO:

O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Fernando Scanavaca, dispõe sobre convênios firmados entre o Poder Executivo e os municípios do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura.

### FUNDAMENTAÇÃO:

O crescimento da produção agrícola no Paraná é evidente. A combinação de fatores internos e externos e a ampliação das fronteiras tecnológicas culminam na necessidade de interferência do Poder Público na criação de políticas e ações que preencham as lacunas existentes em toda a cadeia produtiva. Levando em consideração aspectos relacionados à mão de obra especializada na orientação dos agricultores de nosso Estado e conseqüentemente à saúde de toda a população.

O presente Projeto de Lei visa regulamentar nos municípios do Estado a presença de profissionais com formação específica nas áreas agrícola e de saúde animal, para que estes possam firmar convênios com o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento.

A proposta é indubitavelmente uma importante ferramenta para o desenvolvimento produtivo, sustentável e econômico do Paraná, por compreender que profissionais habilitados são agentes promotores do desenvolvimento, capazes de orientar e impulsionar





# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



essa área do setor primário paranaense, cuja participação econômica é notória.

## CONCLUSÃO:

O projeto obedece os preceitos técnicos e legais, razão pela qual, opino FAVORÁVELMENTE pela sua aprovação e tramitação.

É o Parecer.

Sala das comissões, 12 de dezembro de 2011.

  
HERMAS JÚNIOR  
Deputado Estadual

Presidente da Comissão de Agricultura

  
RASCA RODRIGUES  
Deputado Estadual - PV

Relator

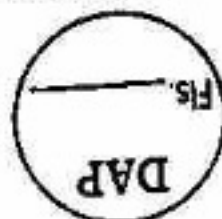








ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 559/11

O presente Projeto de Lei de autoria do Nobre Deputado Fernando Scanavaca que dispõe sobre convênios firmados entre o Poder Executivo e os Municípios do Estado do Paraná, vem a esta Comissão Permanente visando cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno.

Preliminarmente saliento que a proposta foi encaminhada a Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Evandro Junior e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável, com a inclusão de Emenda, foi também para a Comissão de Agricultura que por seu Relator Deputado Rasca Rodrigues, exarou parecer favorável, e, ainda foi encaminhada a Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa e Assuntos Municipais que por seu relator também exarou o parecer favorável.

No que compete a esta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que a matéria quando estava na Comissão de Constituição e Justiça foi transformada em diligência junto a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento-SEAB, para a devida manifestação. A referida pasta, manifestou-se favorável conforme a Informação nº 244/2011, de 22 de julho de 2011. Contudo, sugere prazo para que os Municípios interessados possam estruturar seus quadros funcionais.

De igual modo, salienta aquela Pasta, que os Municípios interessados deverão providenciar o remanejamento de servidores ou a realização de concursos públicos.

Isto posto, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL

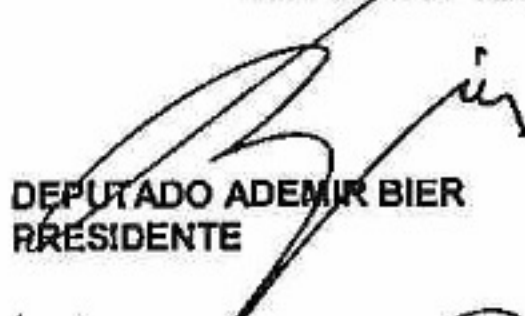


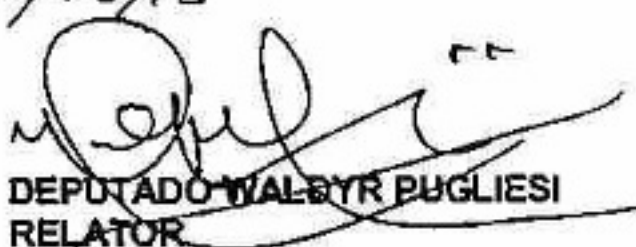
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



É o parecer.

Sala das Comissões, 21/03/12

  
DEPUTADO ADEMIR BIER  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO WALBYR PUGLIESI  
RELATOR

 1240124



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

req.01



### REQUERIMENTO

*Requer a retirada por 02 sessões do Projeto de Lei nº 559/11, item 07 constante na Ordem do Dia da presente Sessão Plenária.*

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 158, parágrafo único, do Regimento Interno desta Casa, requer, após ouvido o douto plenário, *Retirada por 02 sessões*, da votação do Projeto de Lei nº 559/11, item 07, constante na Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

*VALE A RASSURA*

Sala das Sessões em, 11 de abril de 2012.

Deputado Estadual  
**FERNANDO SCANAVACA**

*Autenticado  
Justiça  
Propriedade  
Definição*

*Mauro Ribeiro Gomes  
Diretor Legislativo*



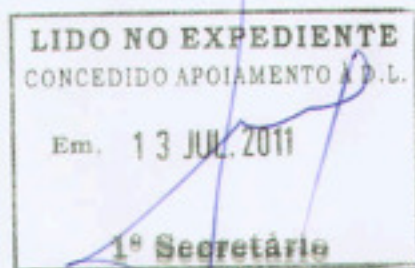
# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Gabinete do Deputado Kielse

D. L.

Fls. 02

## PROJETO DE LEI Nº 573/11



**SÚMULA:** Dispõe sobre um percentual obrigatório de seus trabalhadores qualificados nas áreas de asseio e conservação.

Art. 1º - Havendo licitação para empresas participarem no Poder Público, na área de limpeza, a empresa deverá comprovar que possui um percentual, conforme tabela abaixo, de seus trabalhadores com curso de qualificação na área, com certificado expedido por entidade com notória especialização na área.

Parágrafo primeiro: O percentual seguirá a seguinte graduação:

2012-1%  
2013-2%  
2014-4%  
2015-8%  
2016-16%  
2017-32%  
2018-64%  
2019-75%  
2020-85%  
2021-100%

Art. 2 Esta deverá ser cláusula pétrea nos editais de concorrência de serviços no Estado do Paraná.

Parágrafo único: Caso não preencha o requisito que dispõe o art. 1º desta lei, a empresa será desclassificada do certame público.

Art.3 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões, em 11 de julho de 2011.

**CLEITON KIELSE**  
Deputado Estadual

15:00 13/07/2011 005571 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Kielse



## JUSTIFICATIVA

Esta justificativa apresenta argumentos favoráveis à qualificação na área de limpeza, pois o referido projeto de lei trata da qualificação da mão-de-obra no setor de asseio e conservação.

A realidade de mercado exige a cada dia maior empenho das organizações na condição de excelência em qualquer setor. A atividade de empresas prestadoras de serviços tem apresentado crescimento constante no final deste século.

Uma das maiores dificuldades encontradas pelas empresas do setor de limpeza e conservação, seja de pequeno, médio ou grande porte no Brasil, está em fornecer serviços com padrão de qualidade alto e de forma constante. Vários são os problemas enfrentados pelo setor: mão-de-obra não qualificada, nível de escolaridade baixo, dentre outros.

As classes de risco de toxicidade, dos produtos de limpeza indicam o grau de periculosidade para saúde, eis a necessidade da qualificação para saber classificar, controlar o uso e disposição física dos espaços onde os materiais são estocados, empregando atenção especial a materiais perecíveis ou de certo grau de periculosidade, conforme especificações dos mesmos e normas técnicas vigentes.

Vale lembrar também que empregados que prestam serviço de limpeza e conservação ficam a exposição de produtos químicos e riscos biológicos, pois é uma realidade no dia a dia desta profissão, a limpeza principalmente com recolhimento de lixo e limpeza com produtos químicos, gera exposição a diversos agente biológicos, mesmo com atuação de luvas o contato ocorre também pela via respiratória o que caracteriza a qualificação de insalubridade em grau máximo, ou seja, "o ambiente de trabalho hostil à saúde, pela presença de agente agressivos ao organismo do trabalhador, acima dos limites de tolerância permitidos pelas normas técnicas".



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Kielse

D. L.

Fls. 04

Assim, fica claro que é dever do Estado, oriundo da Constituição Federal, o bem-estar social, bem como a prestação de serviços da melhor maneira possível à população. Primeiramente, vale justificar que incumbe ao Poder Legislativo o dever e a legitimidade para propor o presente projeto de lei com base nas Constituições Estadual e Federal. A defesa dos direitos dos cidadãos do estado: é justamente nesse sentido que este projeto é apresentado, ou seja, tem o condão de assegurar a qualidade da mão-de-obra no setor de asseio e conservação.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI 579/2011**

**Projeto de Lei nº 579/2011**

**Autor: Deputado Estadual Cleiton Kielse**

**Súmula:** Dispõe sobre um percentual obrigatório de seus trabalhadores qualificados nas áreas de asseio e conservação.

**EMENTA:** LICITAÇÃO PÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ. ÁREA DE LIMPEZA. CURSO DE QUALIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES COM CERTIFICADO EXPEDIDO POR ENTIDADE COM NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO. POSSIBILIDADE. CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART. 22. LEI FEDERAL Nº 8.666/93 ART. 115. CONSTITUCIONALIDADE. LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL NOS TERMOS DA EMENDA CORRETIVA EM ANEXO.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Exmo. Deputado Estadual Cleiton Kielse, tem por finalidade, qualificar os trabalhadores da área de limpeza, com curso de qualificação por entidade com notória especialização, nos casos de licitação pública no âmbito do Estado do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:**

**§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:**

**I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

O projeto de lei em questão visa instituir a qualificação dos trabalhadores da área de limpeza, com curso de qualificação por entidade com notória especialização, nos casos de licitação pública no âmbito do Estado do Paraná.

Quanto a este tema, importante destacar que no dia 21 de junho de 1993 foi publicada a **Lei Federal nº 8.666** que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos, afirmando que **os órgãos da administração, INCLUINDO OS ESTADOS, detêm competência para expedirem normas aos procedimentos operacionais observados na execução das licitações no âmbito de sua atuação, vide art. 115:**

**Art. 115. Os órgãos da Administração poderão expedir normas relativas aos procedimentos operacionais a serem observados na execução das licitações, no âmbito de sua competência, observadas as disposições desta Lei.**

**Parágrafo único.** As normas a que se refere este artigo, após aprovação da autoridade competente, deverão ser publicadas na imprensa oficial. (Grifo Nosso)





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Nesse momento, importante frisar, que com relação aos órgãos da Administração Pública, estes podem ser da Administração Pública Direta ou da Administração Pública Indireta.

Para demonstrar a competência do nobre parlamentar, ressalta-se que o **Estado é integrante dos órgãos da Administração Pública Direta** e, portanto, pode perfeitamente expedir normas relativas aos procedimentos operacionais a serem observados na execução das licitações no âmbito de sua atuação (Art. 115 Lei Federal nº 8.666/93).

No entanto, os parlamentares devem observar o inciso XXVII do art. 22 da Constituição da República Federativa do Brasil:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:  
XXVII - normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Grifos nossos)

Sendo assim, fica evidenciada a competência para que seja realizada a propositura do presente projeto de lei; uma vez que não afronta nenhuma norma vigente do ordenamento jurídico brasileiro, pois não trata de normas gerais de licitação e, bem como, não se encontra nas hipóteses de competência privativa do Governador.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

No que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto em tela encontra-se sob o amparo constitucional e legal.

Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise está em desacordo com a Lei Complementar nº. 95/98.

Cabe afirmar que o Parágrafo Primeiro do art. 1º deve ser renomeado como **Parágrafo Único**, uma vez que não existe outro parágrafo posterior.

Já no que tange o conteúdo referente a graduação mencionada no referido parágrafo, deve estar numerada em incisos o que de fato não ocorreu.

Isto, exatamente como preceitua o art. da Lei Complementar n.º 95/98:

Art. 10. Os textos legais serão articulados com observância dos seguintes princípios:

I - a unidade básica de articulação será o artigo, indicado pela abreviatura "Art.", seguida de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste;

II - os artigos desdobrar-se-ão em parágrafos ou em incisos; os parágrafos em incisos, os incisos em alíneas e as alíneas em itens;

III - os parágrafos serão representados pelo sinal gráfico "§", seguido de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste, utilizando-se, quando existente apenas um, a expressão "parágrafo único" por extenso;

IV - os incisos serão representados por algarismos romanos, as alíneas por letras minúsculas e os itens por algarismos arábicos;

(...)





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

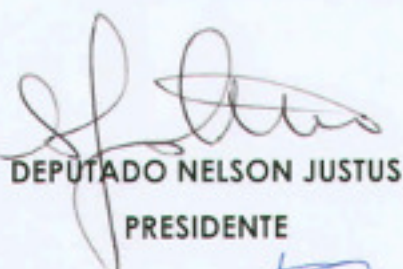
Assim sendo, para sanar os vícios de ilegalidades presentes neste projeto de lei, é apresentada a Emenda Corretiva em anexo.


Portanto, diante da Emenda Corretiva apresentada o referido projeto de lei encontra-se revestido de legalidade e constitucionalidade.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **LEGALIDADE e CONSTITUCIONALIDADE**, nos termos da **EMENDA CORRETIVA** em anexo.

Sala das Comissões, 27 de setembro de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO TADEU VENERI**  
**RELATOR**

**Concedido Vistas ao**

**Senhor Deputado**

*Ademar Traiano*

Em, 27 J 09 / 20 11

CCJ

*Praca Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**EMENDA CORRETIVA AO PROJETO DE LEI 579/2011**

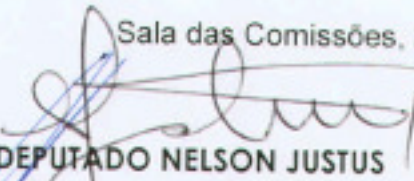
Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 7º, III do Regimento Interno dessa casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Corretiva, para contar com a seguinte redação:

Art. 1º (...)

Parágrafo Único - O percentual seguirá a seguinte graduação:

- I – Até o ano de 2012 – 1% (um por cento);
- II – Até o ano de 2013 – 2% (dois por cento);
- III – Até o ano de 2014 – 4% (quatro por cento);
- IV – Até o ano de 2015 – 8% (oito por cento);
- V – Até o ano de 2016 – 16% (dezesesseis por cento);
- VI – Até o ano de 2017 – 32% (trinta e dois por cento);
- VII – Até o ano de 2018 – 64% (sessenta e quatro por cento);
- VIII – Até o ano de 2019 – 75% (setenta e cinco por cento);
- IX – Até o ano de 2020 – 85% (oitenta e cinco por cento);
- X – Até o ano de 2021 – 100% (cem por cento).

Sala das Comissões, 27 de setembro de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**

**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO TADEU VENERI**

**RELATOR**

*Praca Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
**Comissão de Educação**

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 579/2011**

**Projeto de Lei nº. 579/2011**

**Autoria: Dep. Cleiton Kielese**

**Súmula:** Dispõe sobre um percentual obrigatório de seus trabalhadores qualificados nas áreas de asseio e conservação.

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Cleiton Kielese, tem por objetivo obrigar as empresas que participam de licitações na área de limpeza a comprovar que possuem um percentual mínimo de trabalhadores qualificados para exercer atividades na área, graduando o percentual exigido ao longo dos anos.

Recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, na forma da emenda corretiva, no dia 27/09/2011, tendo como relator o Deputado Tadeu Veneri, que apenas adequou o texto à Lei Complementar 95/1998. Vencida a análise legal e constitucional, é agora esta Comissão chamada a se manifestar, nos termos do artigo 33-G do Regimento Interno desta Casa.

No que se refere ao objeto de análise desta Comissão, constatamos que o projeto visa exigir um grau de qualificação aos funcionários das empresas de limpeza. Tal exigência é feita apenas nos casos de novas contratações e o projeto estabelece sua implantação de forma gradual ao longo dos anos, sendo que em 2021 a totalidade de tais funcionários deverá possuir um certificado de qualificação na área.

1  
K  
Sh




*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
**Comissão de Educação**

Tal qualificação se faz necessária pelo fato de muitas vezes os funcionários manipularem produtos de limpeza tóxicos, que expõe em risco a sua saúde e a de pessoas expostas ao local de trabalho. Além disso, manuseiam o lixo, sendo que se não forem tomados alguns cuidados pode haver contaminação deles ou de terceiros.

A medida vem no sentido de prevenir tais contaminações, certificando que os funcionários estão cientes da maneira correta de efetuar cada serviço e garantindo um alto padrão de qualidade nos serviços vinculados ao Poder Público.

Diante do exposto, o parecer desta Comissão é **FAVORÁVEL** à continuidade de sua tramitação, razão pela qual somos pela **APROVAÇÃO** do presente projeto.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2011.

  
**DEPUTADO EVANDRO JR.**  
Vice-Presidente

  
**DEPUTADO ANIBELLI NETO**  
Relator





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Liderança da Oposição*

**REQUERIMENTO**

**APROVADO**  
À Diretoria Legislativa.

Em, 15 DEZ. 2011


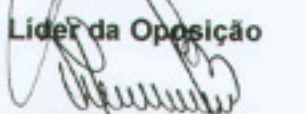
  
1º Secretário

**Súmula:** Requer a retirada da Ordem do Dia, do item 14 da Pauta, por 10 Sessões.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do Art. nº 158, § 1º do Regimento Interno, **requer**, após ouvido o Douto Plenário, a **retirada do Projeto de Lei nº 579/2011**, item 14 da Ordem do Dia desta data, por 10 sessões.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 2011.

  
**Enio Verri**  
**Líder da Oposição**  
  
**Ademair Traiano**  
**Líder do Governo**

DEP. CLEITON KIELSE

DAP 1



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ



## REQUERIMENTO



Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais com fulcro no art. 131, § 2º, XIV, requer, após ouvido o douto plenário, a inclusão do Projeto de Lei 579/41 na ordem do dia do Plenário desta Casa.

Sala das Sessões em, 21 de março de 2012.

Anotação  
C-...-...-...  
ao DAP

1-34

Deputado Estadual

16:23 21/03/2012 001617 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

SUBSTITUTIVO DE PLENÁRIO  
Nº 01  
DAP. 26/03/12



**SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 579/2011**

Conforme prevê o artigo 137, §2º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, apresentamos o presente substitutivo geral ao Projeto de Lei 579/2011, de autoria do Deputado Cleiton Kielse.


O Projeto de Lei nº 579/2011 deverá contar com a seguinte redação:

**SÚMULA:** Dispõe sobre a exigência de percentual de trabalhadores com curso de qualificação, nos editais de licitação na área de limpeza e conservação.

Art. 1º. O Poder Público, nos editais de licitação para contratação de empresas na área de limpeza e conservação, poderá exigir percentual de trabalhadores com curso de qualificação na área.

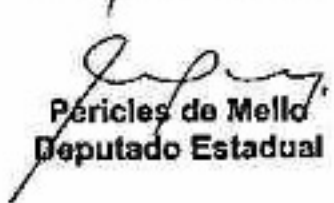
Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.


Plenário das Sessões, 26 de março de 2012.

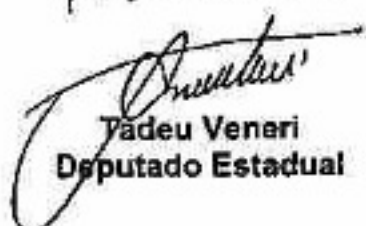
  
**Enio Verri**  
Deputado Estadual

**Toninho Wandscheer**  
Deputado Estadual

  
**Luciana Rafagnin**  
Deputada Estadual

  
**Pericles de Mello**  
Deputado Estadual

  
**Prof. Lemos**  
Deputado Estadual

  
**Tadeu Veneri**  
Deputado Estadual

**Elton Walter**  
Deputado Estadual

**Ademar Tralano**  
Deputado Estadual

15:41 26/03/2012 001690 001 022001130 1161211110 00 115996



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**



**PARECER À EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 579/11**

Projeto de Lei nº 579/11

Autores da emenda: Deputados Ênio Verrí, Luciana Rafagnin, Péricles de Mello, Professor Lemos e Tadeu Veneri.

Sumula: Dispõe sobre a exigência de percentual de trabalhadores com curso de qualificação, nos editais de licitação na área de limpeza e conservação.

EMENTA: OBJETIVA ALTERAR O PROJETO DE LEI Nº 579/11. POSSIBILIDADE. ARTS. 33-A, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL PARECER FAVORÁVEL

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Cleiton Kiese, tinha como objetivo dispor sobre um percentual obrigatório de seus trabalhadores qualificados nas áreas de asseio e conservação, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

D. L.  
Fls. 36  
C

Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo Deputado Tadeu Veneri.

Ocorre que, quando da segunda discussão em Plenário o referido projeto recebeu Emenda Substitutiva Geral, de autoria dos Deputados Ênio Verrí, Luciano Rafagnin, Péricles de Mello, Professor Lemos e Tadeu Veneri. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da emenda em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembleia Legislativa:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade,**

**juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

D. L.  
Fls. 3  
C

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

- ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

I - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o Inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por mais de cinco Deputados.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §2º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como substitutiva aquela proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

D. L.  
Fls. 38  
C

Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.


Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**.


**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Substitutiva Geral proposta pelos Deputados Ênio Veri, Luciana Rafagnin, Péricles de Mello, Professor Lemos e Tadeu Veneri, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 03 de abril de 2012.

  
NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

  
HERMAS JUNIOR  
aureta

RELATOR

Edifício Pres. Tancredo Neves  
Praça Nossa Senhora da Saleta, s/n  
Gab. Dep. Hermas Jr - 3. Andar - sala 302  
Fone: 41 - 33504170  
Curitiba PR - CEP 80 530-011  
[www.hermasjunior.com.br](http://www.hermasjunior.com.br)

*D. Gilson  
Souza  
Suplente*





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 693/11**

**Projeto de Lei nº 693/11**

**Autor: Deputado Estadual Ney Leprevost**

**PREFÁCIO**

O presente projeto de Lei objetiva instituir o Dia da Conscientização da Cardiopatia Congênita, que será comemorado anualmente no dia 12 de junho, a fim de que sejam realizadas ações para a conscientização da necessidade de realizar exames para um diagnóstico preventivo e se possível detectá-la ainda na vida intra-uterina.

**EMBASAMENTO JURÍDICO**

Analisando o Regimento Interno desta Casa de Leis, visualizamos a competência do nobre Deputado para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124:

**Art. 124.** A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

D. L.

Fis. 14

A Constituição Estadual determina ainda, que a cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa:

**Art. 190.** A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Público estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando à realização dos valores essenciais da pessoa.

A Carta Magna, ciente da importância da instituição de datas comemorativas como meio de difusão da cultura nacional, autorizou sua fixação por meio de iniciativa legislativa:

**Art. 215.** O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso as fontes de cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais:

(...)

**§ 2º** A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

Cumpre também abordar a previsão constitucional federal, artigo 24, XII, que dispõe sobre a competência da União, Estados e Municípios para legislar concorrentemente no diz respeito à defesa da saúde, sendo, ainda, prerrogativa do Estado em garantir o acesso à saúde, mediante políticas sociais que visem a redução do risco de doença e de outros agravos.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Neste sentido, é o que está posto no artigo 167 da Constituição Estadual, cuja redação dita que a saúde deve ser estabelecida pelo poder público através de sua promoção, proteção e recuperação. A ênfase constitucional, nesse aspecto, está pautada em iniciativas e políticas de prevenção que combatam a proliferação de patologias.

No entanto, vislumbra-se da presente proposição o avanço nos aspectos da prevenção e conscientização, todavia, tão somente para atribuir um dia por ano sobre a importância de exames preventivos.

Diante disso, considerando que a matéria abrangida não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa.

Verificando os requisitos constitucionais formais, afere-se que as proposições respeitam, igualmente, as demais normas constitucionais de cunho material, bem como, as normas infraconstitucionais.

Por fim, quanto à técnica legislativa, tendo em vista a exclusão de parte da redação do Artigo 2º do presente



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

D. L.

Fls. 160


Projeto de Lei, por redundância, sugere-se a Emenda Supressiva em anexo, com fulcro no artigo 137, §1º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa, na forma da Emenda Supressiva em anexo.

Sala das Comissões, em 06 de dezembro de 2011.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO EVÂNDRO JUNIOR  
RELATOR





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

D. L.  
Fls. 12


Emenda Supressiva - Projeto de Lei nº 693/11

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 1º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Supressiva, para contar com a seguinte redação:

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor em sua data de publicação.

Saía das Comissões, em 06 de dezembro de 2011.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO EVANDRO JUNIOR  
RELATOR



COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 693/11

O Projeto de Lei nº 693/11, em análise, de autoria do Deputado Ney Leprevost, institui no Calendário Oficial do Estado do Paraná, o "DIA DA CONSCIENTIZAÇÃO DA CARDIOPATIA CONGÊNITA", a ser comemorado anualmente no dia 12 de junho.

A Comissão de Constituição e Justiça ao examinar o Projeto de Lei exarou parecer favorável, apresentando emenda supressiva.

Trata-se de proposição que estabelece um dia no calendário oficial do Estado, alusivo à conscientização da cardiopatia congênita, onde através de ações de divulgação se exporá à população a necessidade da realização de exames para obtenção de diagnóstico preventivo, buscando proporcionar ao portador da doença uma melhor qualidade de vida.

Esta Comissão chamada a emitir parecer com base no Art. 33-I, do Regimento Interno desta Casa, entende tratar-se de importante medida para a saúde da população paranaense, e dessa forma manifesta parecer FAVORÁVEL ao Projeto de Lei em apreço, opinando pela APROVAÇÃO na forma da emenda proposta pela Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15/12/11.

Deputado Toninho Wandscheer  
Relator

Deputado Dr. Batista  
Presidente



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

EMENDA

D. L. 22  
Fls. 22

01

AO PL 693/11  
DE DIÁRIO  
DAP

## SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº

**EMENTA:** Institui no Calendário Oficial do Estado do Paraná, o "DIA DA CONSCIENTIZAÇÃO DA CARDIOPATIA CONGÊNITA", na data de 12 de junho de cada ano.

Art. 1.º - Fica instituído no Estado do Paraná o "DIA DA CONSCIENTIZAÇÃO DA CARDIOPATIA CONGÊNITA", na data de 12 de junho de cada ano.

Art. 2.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

### JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei visa instituir o Dia da Conscientização da Cardiopatia Congênita no Calendário Oficial do Estado do Paraná, na data de 12 de junho.

Cardiopatia congênita é uma doença na qual há anormalidade da estrutura ou função do coração, desde o nascimento e ocorre por uma alteração no desenvolvimento embrionário de uma estrutura cardíaca normal.

As alterações do fluxo sanguíneo, resultantes desta falha podem influenciar o desenvolvimento estrutural e funcional do restante do sistema circulatório. Situações como a Síndrome de pré-excitação ventricular ou as fases iniciais de uma Cardiopatia hipertrófica, podem passar completamente despercebidas nos primeiros anos de vida e mesmo assim podem ser classificadas como cardiopatias congênitas.

Assim sendo, é importante a conscientização da necessidade de realizar exames o mais cedo possível para diagnóstico desta doença que pode ter o tratamento intra-útero e proporcionar uma qualidade de vida melhor para um possível cardiopata.

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio dos Nobres Colegas Parlamentares para a aprovação desta proposição.

NEY LEPREVOST  
DEPUTADO ESTADUAL

ACORDADO

15:18 13/02/2012 000691 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

D. L.  
Fls. 25

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PARECER À EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI Nº 693/11**

**Projeto de Lei nº 693/11**  
**Autor: Deputado Ney Leprevost**

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Ney Leprevost, tinha como objetivo instituir no Calendário Oficial do Estado do Paraná, o 'DIA DA CONSCIENTIZAÇÃO DA CARDIOPATIA CONGÊNITA', na data de 12 de junho de cada ano, sendo que recebeu parecer favorável na forma da Emenda Supressiva, da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo Deputado Evandro Junior.

Ocorre que, quando da segunda discussão em Plenário o referido projeto recebeu Emenda Substitutiva, de autoria do Deputado Ney Leprevost. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

**FUNDAMENTAÇÃO**

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

**Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:**

**I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;**

**II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento.**



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



Portanto, verifica-se que não foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário, porém não teve o apoio de cinco Deputados.


Assim, verifica-se que a presente emenda não está coerente com os ditames constitucionais não devendo prosperar.





**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, entende-se pela **DESAPROVAÇÃO** da presente Emenda Substitutiva proposta pelo Deputado Ney Leprevost, haja vista não ter o apoio de cinco Deputados, conforme prevê o Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 28 de fevereiro de 2011.

  
DEPUTADO EVANDRO JUNIOR  
RELATOR

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
RELATOR

  
  
  
  
Praça Nossa Senhora da Saleta s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete do Deputado Ney Leprevost*



## **RECURSO**

**A EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI 693/2011**

Recebido  
Em 07/13/2012  
Por Repsico

### **PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado que o presente subscreve, tem por objetivo instituir a Dia da Conscientização da Cardiopatia Congênita no Calendário Oficial do Estado do Paraná, na data de 12 de Junho, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça em 06/12/11. Ocorre que, quando da segunda discussão este parlamentar apresentou Emenda Substitutiva Geral ao mesmo que foi rejeitada na reunião realizada no dia 28/02/2012 por esta Comissão, sob o argumento de que a emenda não teve o apoio mínimo necessário de Deputados.

### **FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, observamos a legitimidade da apresentação de tal recurso, uma vez que de acordo com o artigo 33-A, §2º do Regimento Interno desta Casa, o autor poderá recorrer, em três dias contados da publicação do parecer em Diário Oficial, da decisão que julgar o Projeto Inconstitucional:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**§2º O Autor cuja proposição tenha sido declarada Inconstitucional em parecer da Comissão de Constituição e Justiça poderá, no prazo máximo de 03 (três) dias, contados da data da publicação do parecer em Diário Oficial ou de sua notificação pessoal, recorrer à própria Comissão.**

*Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete do Deputado Ney Leprevost*

O Regimento Interno, em seu art. 137, §2º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como substitutiva aquela proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

No entanto, como houve a falta do total de cinco apoimentos necessários para que a emenda ora em questão lograsse



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete do Deputado Ney Leprevost*

êxito, requer-se que o Projeto de Lei nº 693/11 seja DEVOLVIDO ao autor da emenda em tela com o intuito de sanar o vício apresentado.

Diante do acima exposto requer-se que seja feita a **DEVOLUÇÃO** do Projeto de Lei nº 693/11 ao autor da emenda para que sane o vício apresentado, bem como a revisão da decisão que negou prosseguimento a Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei 693/2011, contando com o apoio dos nobres pares integrantes da Comissão de Constituição e Justiça para sua aprovação.

Sala das Comissões, 07 de março de 2012,

NEY LEPREVOST  
Deputado Estadual



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

D. L.  
Fls. 36  
C

PARECER AO RECURSO À EMENDA SUBSTITUTIVA  
AO PROJETO DE LEI 693/2011

Projeto de Lei nº 693/2011  
Autor: Deputado Estadual Ney Leprevost

Súmula: Institui no Calendário Oficial do Estado do Paraná o "DIA DA CONSCIENTIZAÇÃO DA CARDIOPATIA CONGÊNITA", na data de 12 de junho de cada ano.

EMENTA: OBJETIVA ALTERAR O PROJETO DE LEI Nº.: 693/11. POSSIBILIDADE ARTS. 33-A, 137 E 141 DO REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA DEVOLUÇÃO DO PROJETO AO AUTOR PARA SANAR O VÍCIO APRESENTADO NA EMENDA.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ney Leprevost visa instituir no calendário oficial do Estado do Paraná o "Dia da Conscientização da Cardiopatia Congênita", na data de 12 de junho de cada ano, tendo recebido parecer favorável na forma da emenda supressiva da Comissão de Constituição e Justiça em face do voto exarado pelo Deputado Estadual Evandro Junior.

Ocorre que, quando da segunda discussão, este parlamentar apresentou emenda substitutiva geral ao projeto, sendo tal emenda rejeitada no dia 28 de fevereiro de 2012 pela Comissão de Constituição e Justiça, uma vez que não teve o apoio mínimo dos Deputados.

Não concordando com a decisão da Comissão de Constituição e Justiça, o Deputado Estadual Ney Leprevost apresentou o recurso objeto do presente parecer.

*Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, o Regimento Interno da Assembleia Legislativa, em seu art. 137, §2º, prevê a possibilidade do oferecimento de emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como substitutiva aquela proposição apresentada como sucedânea de outra, desde que apoiadas por cinco Deputados, conforme estabelece o art. 141, I.

No entanto, através do presente recurso, solicita o recorrente que a emenda seja devolvida ao autor para que o mesmo adote as medidas necessárias para sanar o vício apresentado, ou seja, a falta do apoio de, ao menos, cinco Deputados.


Com efeito, levando-se em conta que a emenda tinha como objetivo uma mera correção da redação do projeto original, sem alterar seu conjunto, procede a argumentação do recorrente, uma vez que a ausência de assinaturas trata-se de uma irregularidade sanável, não acarretando qualquer prejuízo, pelo contrário, em nome da economia processual e celeridade do processo legislativo deve ser acolhido o argumento exposto pelo recorrente.


Diante do exposto, opina-se pela devolução da emenda ao autor para que sane a irregularidade referida.


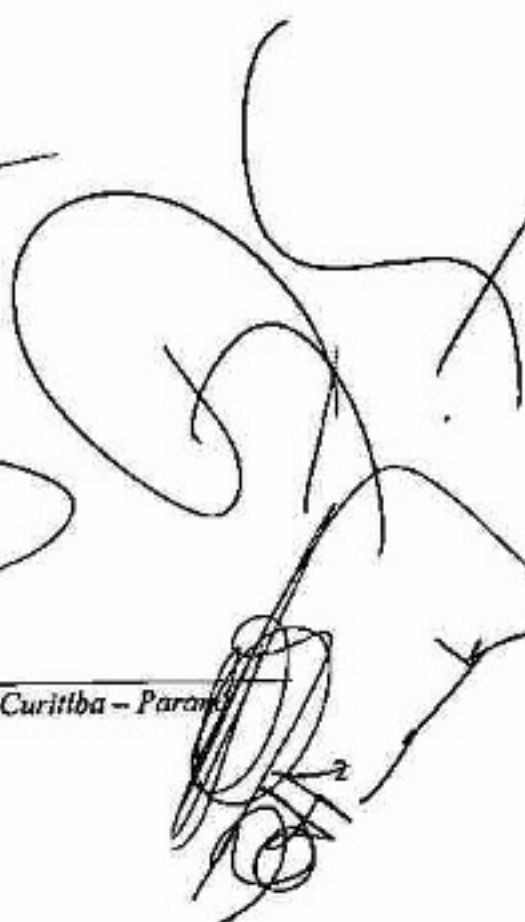
**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, conheço do presente recurso por tempestivo, e no mérito dou provimento para que a emenda seja devolvida ao autor para sanar as irregularidades mencionadas.

Sala das Comissões, 13 de março de 2012

  
NELSON JUSTUS  
Presidente

  
CESAR SILVESTRI FILHO  
Relator

   
Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

D. L.  
Fls. 44  
C

PARECER À EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI Nº 693/11

Projeto de Lei nº 693/11

Autor da emenda: Deputado Ney Leprevost.

**Súmula:** Institui no Calendário Oficial do Estado do Paraná, o "DIA DA CONSCIENTIZAÇÃO DA CARDIOPATIA CONGÊNITA", na data de 12 de junho de cada ano.

**EMENTA:** OBJETIVA ALTERAR O  
PROJETO DE LEI Nº 693/11.  
POSSIBILIDADE. ARTS. 33-A, 137 E 141  
REGIMENTO INTERNO ALEP.  
CONSTITUCIONAL. PARECER PELA  
APROVAÇÃO NA FORMA DA  
SUBEMENDA.

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Ney Leprevost, tinha como objetivo instituir no Calendário Oficial do Estado do Paraná, o "DIA DA CONSCIENTIZAÇÃO DA CARDIOPATIA CONGÊNITA", na data de 12 de junho de cada ano, sendo que recebeu parecer favorável na forma da Emenda Supressiva, da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo Deputado Evandro Júnior.

Ocorre que, quando da segunda discussão em Plenário o referido projeto recebeu Emenda Substitutiva, de autoria do Deputado



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

D. L.  
Fls. 45  
C

Ney Leprevost. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desse forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

**Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:**

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

D. L.  
Fls. 46  
C

Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste  
Regimento, (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do  
artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do  
Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta no início da  
2ª Discussão em Plenário e apoiada por mais de cinco Deputados.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §2º, prevê a  
possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado,  
classificando-se como substitutiva aquela proposição apresentada como  
sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu  
conjunto.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas,  
aditivas ou modificativas.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada  
como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo  
quando abrange o seu conjunto.

Assim, verifica-se que a presente emenda está  
perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando  
nenhum empecilho para prosperar.

Parém, com o objetivo de proporcionar uma melhor  
técnica legislativa a emenda ora em tela, propõe-se a seguinte  
subemenda, nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembleia  
Legislativa do Estado do Paraná:



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Art. 29. A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1º Às comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

III – apresentar substitutivos, emendas e subemendas,  
(grifos nossos)

Neste sentido dispõe o art. 138 do Regimento Interno

desta Casa de Leis:

Art. 138. A emenda apresentada a outra denomina-se subemenda.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Substitutiva proposta pelo Deputado Ney Leprevost, na forma da SUBEMENDA em anexo.

Sala das Comissões, em 03 de abril de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

DEPUTADO CÉSAR SILVESTRI FILHO

RELATOR



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

D. L.  
Fls. 48  
C

**SUBEMENDA A EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI Nº 693/2011**

Com fulcro na que autoriza os artigos 138 e 141, inciso II do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Subemenda, a qual visa alterar a Emenda Substitutiva de autoria do Deputado Ney Leprevost que passa a vigorar com a seguinte redação:


**Art. 1º.** Fica instituído no Estado do Paraná, o "DIA DA CONSCIENTIZAÇÃO DA CARDIOPATIA CONGÊNITA", na data de 12 de junho de cada ano.

**Art. 2º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 03 de abril de 2012.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

  
DEPUTADO CESAR SILVESTRI FILHO

RELATOR



**PROJETO DE LEI Nº 848/2011**

Súmula: Dispõe sobre os cargos e carreiras dos servidores na estrutura organizacional da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR, e adota outras providências.

**CAPÍTULO I  
DA ESTRUTURA DA CARREIRA**

**Art. 1.º** Ficam estabelecidas a estrutura, as atribuições e demais itens de organização das carreiras dos servidores da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR, que são:

I – Carreira de Fiscalização da Defesa Agropecuária, estruturada em 3 (três) classes de referências contínuas, composta pelo cargo singular de provimento efetivo de Fiscal da Defesa Agropecuária, com funções singulares de Médico Veterinário, Engenheiro Agrônomo e Biólogo e nas quantidades previstas, por classe, na forma do Anexo I desta Lei.

II – Carreira de Assistência à Fiscalização da Defesa Agropecuária, estruturada em 3 (três) classes de referências contínuas, composta pelo cargo singular de provimento efetivo de Assistente de Fiscalização da Defesa Agropecuária, com função multilocupacional de Técnico de Manejo e do Meio Ambiente e Técnico de Laboratório nas quantidades previstas, por classe, na forma do Anexo I desta Lei.

**Art. 2.º** Conceitua-se CARREIRA como a estruturação ou agrupamento de um ou mais cargos e suas funções em classes escalonadas que refletem o crescimento profissional do cargo, com amplitude salarial prevista para o tempo constitucional de, no mínimo, 35 (trinta e cinco) anos de serviço.

**§ 1.º** O agrupamento das funções em um cargo ou cargos se dá pela natureza deste e é vinculado ao mesmo grau de responsabilidade profissional ou escolaridade, originando a classe.

## GABINETE DO GOVERNADOR



§ 2.º O escalonamento das classes das carreiras será crescente em termos de habilitações profissionais específicas ou responsabilidades e atribuições, sendo adotado o modelo de estrutura piramidal, de acordo com o grau de complexidade ou responsabilidade, seja para ingresso, seja para o desenvolvimento na carreira, na forma do Anexo I desta Lei.

I – Conceitua-se CLASSE como o escalonamento hierárquico do desenvolvimento profissional de um cargo e sua função ou cargos e suas funções, de acordo com a crescente exigência de complexidade de suas atribuições ou níveis de responsabilidade, constituindo-se a linha natural de crescimento do cargo na carreira.

II – Conceitua-se REFERÊNCIA CONTÍNUA como a sequência de referências de vencimento nas classes e entre as classes na tabela de vencimento, para fins de desenvolvimento na carreira, composta de interníveis e interclasses, com amplitude salarial utilizada para refletir o horizonte laboral dos integrantes da carreira.

III – Conceitua-se AMPLITUDE SALARIAL como a composição de interníveis e interclasses, apresentando intervalos entre o menor e o maior valor da tabela de referência de vencimento, compreendida a primeira referência da classe inicial e a última referência da classe final.

§ 3.º O internível nas classes será de, no mínimo, 5% (cinco por cento), para cada carreira, sendo considerada a razão acumulada, com exceção da classe inicial, em que a segunda referência será de 15% (quinze por cento) em relação à referência inicial da classe.

I – Conceitua-se INTERNÍVEL como a razão percentual entre uma referência de vencimento e outra.

II – Conceitua-se RAZÃO ACUMULADA o cálculo relativo (percentual) das referências de vencimento das classes sobre a referência de vencimento imediatamente anterior da classe.

§ 4.º O interclasse será de 10% (dez por cento) para a carreira de Fiscalização da Defesa Agropecuária e de 5% (cinco por cento), para a carreira de Assistência à Fiscalização da Defesa Agropecuária, considerada a primeira referência de vencimento da classe, tendo por base o tempo exigido para a referência.

I – Conceitua-se INTERCLASSE como a razão percentual entre a referência de vencimento inicial ou final de uma classe e a referência de vencimento inicial da classe imediatamente superior.

II – O interclasse de cada carreira respeita a exigência constitucional da atividade e da tarefa, de acordo com a natureza e grau de complexidade de cada uma delas.

## GABINETE DO GOVERNADOR



§ 5.º A dinâmica funcional respeitará a exigência de escolaridade entre as classes e entre as carreiras de complexidade diferentes.

I – Conceitua-se **DINÂMICA FUNCIONAL** como a relação existente entre a referência de vencimento inicial da classe, entre as classes funcionais, refletindo o crescimento vertical do cargo e função na carreira.

§ 6.º A dinâmica funcional entre as carreiras será de 2,5 (duas vírgula cinco) vezes entre a referência de vencimento inicial da classe de uma complexidade com a referência de vencimento inicial da classe de complexidade imediatamente superior.

§ 7.º As atribuições, responsabilidades e características pertinentes aos cargos e funções, em cada carreira e classes, são especificadas em regulamento denominado Perfil Profissiográfico do Cargo e Função, em ato conjunto da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB e Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP, por iniciativa da ADAPAR.

I – Conceitua-se **CARGO** como a unidade funcional da atividade governamental, com competências a serem expressas por funções de execução associadas a um conjunto de atribuições e responsabilidades, na esfera do Poder Executivo.

II – Conceitua-se **CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO** como o cargo associado à atividade funcional da ação pública, provido por concurso público de provas ou provas e títulos.

III – Conceitua-se **CARGO SINGULAR** como o cargo que possui uma única exigência de escolaridade para seu ingresso, podendo possuir uma ou mais funções, singulares ou multocupacionais.

IV – Conceitua-se **FUNÇÃO DO CARGO** a especificidade de atuação desse cargo através de formação profissional, habilitação correspondente ou natureza funcional, podendo ser singular ou multocupacional.

V – Conceitua-se **FUNÇÃO SINGULAR** como aquela que possui uma única exigência de formação específica para o ingresso, relativa ao grau de escolaridade do cargo ou classe.

VI – Conceitua-se **FUNÇÃO MULTIOCUPACIONAL** como aquela que possui duas ou mais exigências de escolaridade para o ingresso, relativas ao grau de escolaridade do cargo ou classe.



## GABINETE DO GOVERNADOR



VII – Conceitua-se **NATUREZA DO CARGO** ou **GRUPO OCUPACIONAL** como o agrupamento de funções de um cargo ou cargos, que diz respeito às atividades profissionais correlatas ou afins, de acordo com o seu grau de escolaridade e quanto a natureza do serviço ou ao ramo de conhecimentos aplicados em seu desempenho, no âmbito da ação do Poder Executivo.

VIII – Conceitua-se **GRAU DE COMPLEXIDADE** ou **responsabilidade** como o atributo das funções do cargo referente aos requisitos de crescente capacitação e complexidade das tarefas desempenhadas de acordo com o escalonamento das classes.

IX – Conceitua-se **ESTRUTURA PIRAMIDAL** como a estrutura crescente em termos de classes e referências de vencimento.

§ 8.º O ingresso em carreira de estrutura piramidal se dará sempre na referência de vencimento inicial da classe e de acordo com as exigências previstas para o cargo, função e classe.

§ 9.º A criação de novas funções dentro de cada carreira e cargo obedecerá à iniciativa legislativa privativa do Poder Executivo.

### CAPÍTULO II DO INGRESSO

**Art. 3.º** O ingresso nas carreiras e cargos desta Lei será por meio de aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo, na forma da legislação vigente e de acordo com as exigências mínimas previstas no Anexo I desta lei, podendo integrar a inspeção médica e o exame psicológico, passível de delegação e sob supervisão do órgão de administração de pessoal do Poder Executivo.

§ 1.º Conceitua-se **CONCURSO** como o processo destinado à comprovação, pelo candidato, dos requisitos de ingresso do cargo e função previstos no Perfil Profissiográfico, através de sistemática concorrencial que pode ser de provas, provas e títulos e outros requisitos vinculados ao exercício do cargo/função previstos em legislação e contemplados no edital de regulamentação do concurso público.

**Art. 4.º** É de exclusiva competência do órgão de administração de pessoal do Poder Executivo, com a prévia autorização do Governador do Estado, a realização de concursos públicos para provimento de cargo efetivo e emprego público na Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo, exceto nos casos em que houver delegação expressa à ADAPAR, podendo haver, inclusive, a delegação de etapas do concurso público a instituições especializadas, sob a supervisão do órgão de administração de pessoal do Poder Executivo.

## GABINETE DO GOVERNADOR



**Parágrafo único.** O órgão de administração de pessoal do Poder Executivo poderá delegar a execução do todo ou parte das etapas de concurso ao órgão ou entidade para a qual se destina a realização do mesmo, exceto a homologação.

### CAPÍTULO III

#### DAS COMPETÊNCIAS DOS CARGOS, FUNÇÕES DAS CARREIRAS E DO PERFIL PROFISSIONAL

**Art. 5.º** Compete ao cargo de Fiscal de Defesa Agropecuária, com função de Fiscal de Defesa Agropecuária e na forma do Perfil Profissional:

I – propor, planejar, coordenar, supervisionar, promover e fiscalizar políticas, programas, ações e procedimentos de defesa agropecuária que importem à saúde humana e ao bem-estar animal, à sanidade animal e vegetal, à qualidade higiênico-sanitária dos produtos e subprodutos de origem animal ou vegetal, comestíveis ou não comestíveis, ao comércio e à qualidade dos insumos utilizados nas explorações agropecuárias e dos produtos destinados à alimentação animal;

II – promover e fiscalizar a preservação e o uso do solo agrícola;

III – fiscalizar a certificação sanitária animal e vegetal e o trânsito de animais e de produtos e insumos agropecuários;

IV – estabelecer normas, padrões, critérios e procedimentos técnicos de defesa agropecuária, de inspeção sanitária, de rastreabilidade, de classificação, de credenciamento e descredenciamento de prestadoras de serviços afins à defesa agropecuária e de certificação de estabelecimentos, matérias-primas, insumos agropecuários e produtos e subprodutos de origem animal e vegetal;

V – instituir e manter o cadastro de propriedades, estabelecimentos comerciais de insumos agropecuários, de empresas prestadoras de serviços afins à defesa agropecuária;

VI – credenciar, fiscalizar e auditar laboratórios de análise de produtos e insumos agropecuários e de entidades certificadoras de produtos e serviços de defesa agropecuária;

VII – implantar, coordenar e manter a Rede Estadual de Informação de Defesa Agropecuária – REIDA para integrar as ações de entidades promotoras da defesa, inspeção e certificação agropecuárias;

VIII – acompanhar e disciplinar, em caráter normativo e em sua esfera de competências, o Sistema Estadual de Defesa Agropecuária – SEDA;

## GABINETE DO GOVERNADOR



IX – celebrar, nas condições que estabelecer, termo de compromisso de ajuste de conduta e termo de compromisso e fiscalizar os seus cumprimentos;

X – promover a educação conservacionista e sanitária e a divulgação da legislação e serviços de defesa agropecuária.

**Parágrafo único.** A função de Fiscal de Defesa Agropecuária possui natureza de atividade exclusiva de Estado quando no exercício de suas atribuições que configurem Poder de Polícia Administrativa, na forma desta Lei.

**Art. 6.º** Aos Fiscais de Defesa Agropecuária, no exercício do cargo, são asseguradas as seguintes prerrogativas funcionais:

I – ter livre acesso a qualquer órgão ou entidade pública, empresa estatal, estabelecimento comercial, industrial e agropecuário, veículos, bem como a qualquer local do território estadual em que estejam situados ou transitem, ou possam transitar, para examinar mercadorias, animais, vivos ou não, vegetais, produtos de origem animal e vegetal e seus derivados, além de arquivos eletrônicos ou não, documentos, papéis, bancos de dados e outros elementos que julgue necessário ao desenvolvimento da ação fiscal ou de desempenho de suas atribuições;

II – requisitar auxílio ou colaboração das autoridades e servidores administrativos do Estado, civis e militares, inclusive para efeitos de busca e apreensão de elementos de prova de infração à legislação zoofitossanitária;

III – possuir cédula de identidade funcional expedida pela ADAPAR;

IV – requisitar das autoridades competentes certidões, informações e execução das diligências necessárias ao desempenho de suas funções;

V – tomar ciência pessoal de atos e termos dos processos de que participar;

VI – não ser constrangido por qualquer modo ou forma a agir em desconformidade com sua consciência ético-profissional;

VII – contar com redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

VIII – direito à permanência, inclusive com veículo, em locais restritos, bem como ter livre acesso a quaisquer vias públicas ou particulares, ou estabelecimento, no exercício de suas atribuições.

## GABINETE DO GOVERNADOR



**Art. 7.º** Compete ao cargo de Assistente de Fiscalização de Defesa Agropecuária o apoio e subsídio técnico, logístico e administrativo das ações e trabalhos da ADAPAR, dentro das suas competências profissionais legais e das atribuições que lhes forem conferidas inerentes ao cargo assumido, na forma do Perfil Profissiográfico.

**Art. 8.º** Será adotado Perfil Profissiográfico para a realização de concursos, dimensionamento de pessoal, avaliação de desempenho, movimentação entre unidades organizacionais, linha de promoção, linha de capacitação e demais institutos de desenvolvimento na carreira.

**Parágrafo único.** Conceitua-se perfil profissiográfico como o documento formal da descrição do cargo e suas funções e das exigências a eles associadas.

**Art. 9.º** O Perfil Profissiográfico será construído com base nas necessidades detectadas para o exercício e desempenho do cargo e da função, para cada carreira, de acordo com as atividades governamentais e organizacionais e instrumentalizado com:

- I – código do cargo e função;
- II – nome do cargo e da função;
- III – código CBO (Classificação Brasileira de Ocupações), se houver;
- IV – carga horária e jornada;
- V – exigências profissionais ou escolaridade exigida, em nível de graduação e pós-graduação, para cada classe, seja para ingresso seja para promoção;
- VI – descrição resumo da classe ocupacional, de acordo com a carreira, ou cargo, ou formação exigida ou necessidade da classe;
- VII – classificação das tarefas desempenhadas por classe, indicando o tipo e a natureza das tarefas, mensuráveis quantitativa e qualitativamente;
- VIII – exigências físicas, psicológicas e outras para o ingresso;
- IX – linha de capacitação de acordo com as aptidões, habilidades e competências a serem desenvolvidas;
- X – linha de promoção;
- XI – linhas de mudança de função ou adaptação de função, por fatores de saúde ocupacional e outros decorrentes da inaptidão física, mental, sensorial e outros, de acordo com a Classificação Internacional de Funcionalidades – CIF;



## GABINETE DO GOVERNADOR



XII – outros indicadores a serem utilizados para avaliação do cargo e da função, previstos em ato do titular do órgão de administração de pessoal do Poder Executivo, por iniciativa da ADAPAR.

### CAPÍTULO IV

#### DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO NO ESTÁGIO PROBATÓRIO

**Art. 10.** O desempenho do cargo e função no serviço público será avaliado por Avaliação Especial de Desempenho para o Estágio Probatório – AVDE, para fins de aquisição de estabilidade, na forma desta Lei e das demais disposições constitucionais e legais vigentes.

**§ 1.º** O estágio probatório a que se refere o caput do artigo será realizado apenas para funcionário nomeado para cargo de provimento efetivo, em virtude de concurso público de provas ou provas e títulos.

**§ 2.º** A estabilidade será declarada somente após o processo final de avaliação de desempenho, por ato conjunto do titular do órgão de lotação do funcionário e do titular do órgão de administração de pessoal do Poder Executivo.

**§ 3.º** A AVDE será aplicada a ambas carreiras da ADAPAR.

**Art. 11.** A Avaliação Especial de Desempenho para o Estágio Probatório terá característica de processo administrativo regular, tendo seus resultados força legal para instrução de desligamento do funcionário público.

**Art. 12.** A Avaliação Especial de Desempenho do Estágio Probatório avaliará a aptidão, a capacidade, a adaptação, a adequação e a eficiência do funcionário no desempenho das atribuições e tarefas do cargo e função para os quais foi nomeado.

**Parágrafo único.** Na acumulação legal de cargos públicos, o estágio probatório do funcionário será cumprido de forma independente de cada um dos cargos/funções para o qual tenha sido nomeado.

**Art. 13.** A Avaliação Especial de Desempenho do Estágio probatório será suspensa nas seguintes situações:

- I – para tratamento da própria saúde;
- II – licença-maternidade pelo prazo constitucional ou infraconstitucional;
- III – licença-paternidade, pelo prazo constitucional ou infraconstitucional;
- IV – doença na família, na forma da legislação vigente;

## GABINETE DO GOVERNADOR



V – concorrência a mandato eletivo;

VI – mandato eletivo ou sindical;

VII – assunção de cargo de provimento em comissão no âmbito da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo Estadual, se for exercer funções diversas daquelas previstas no edital de concurso de ingresso na carreira;

VIII – disposição para outras esferas de poder – municipal, estadual, federal;

IX – remoção a pedido para a Administração Direta e Autárquica, com exceção da remoção *ex-officio* para unidades organizacionais, no interesse do órgão em que estiver alocado o funcionário ou no interesse da administração pública.

§ 1.º O retorno do funcionário ao exercício de seu cargo e função retomará a avaliação de desempenho pelo prazo remanescente.

§ 2.º Não será considerado afastamento de cargo e função a assunção, pelo funcionário em estágio probatório, de cargo de provimento em comissão ou função comissionada de confiança no âmbito da ADAPAR e desde que tal cargo seja da estrutura organizacional na qual foi lotado e que seja afim das tarefas desempenhadas pelo seu cargo e função efetivos.

### CAPÍTULO V

#### DA CARGA HORÁRIA, DA JORNADA E DOS REGIMES DE TRABALHO

Art. 14. A carga horária dos cargos e funções constantes das carreiras da ADAPAR é de 180 (cento e oitenta) horas mensais ou 40 (quarenta) horas semanais, incluído o descanso semanal remunerado, com jornada de 8 (oito) horas diárias adotando-se, nos casos específicos, os regimes de trabalho previstos nesta Lei, para atendimento integral do serviço.

§ 1.º Não haverá expediente aos sábados, domingos e feriados nas unidades da ADAPAR, com exceção daquelas tarefas ou atividades que, por sua natureza especial de atendimento ininterrupto não admitam paralisação e adotando-se, neste caso, o Regime de Trabalho em Turnos – RTT ou o Regime de Trabalho de Sobreaviso – RPS, na forma desta Lei.

§ 2.º Aos servidores da ADAPAR que cumprirem a carga horária prevista no *caput* deste artigo farão jus à percepção de vencimento ou subsídio associado, já incluído o descanso semanal remunerado.

## GABINETE DO GOVERNADOR



**Art. 15.** Cargos e funções que exijam, por força de condições de trabalho, desempenho diferente da carga horária normal ou que prestem serviços aos sábados, domingos e feriados, adotarão o regime de trabalho em turnos, plantão ou sobreaviso, conforme o caso.

**Art. 16.** Será adotado o Regime de Trabalho em Turnos – RTT, para as atividades com atuação ininterrupta de 24 (vinte e quatro) horas de serviço, e para cargo e função com carga horária de 40 (quarenta) horas, somente quando o quantitativo dos respectivos cargos e funções assim o permitir, sendo 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso, com 2 (duas) folgas mensais, para aquele cargo e função com jornada de 8 (oito) horas diárias.

○ **§ 1.º** As folgas previstas no regime 12 x 36 serão instituídas exclusivamente para o Regime de Trabalho em Turnos – RTT, do cargo e função com jornada de trabalho de 8 (oito) horas diárias, para ajustar a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

**§ 2.º** No Regime de Trabalho em Turnos – RTT os dias de atestado médico coincidentes com os dias de folgas, não geram direito à compensação da jornada após o retorno.

**§ 3.º** No Regime de Trabalho em Turnos – RTT, os intervalos para as refeições durante o serviço serão contados como horas trabalhadas, sendo que a duração de cada intervalo será de, no máximo, 30 (trinta) minutos.

**§ 4.º** No Regime de Trabalho em Turnos – RTT, será atribuído o pagamento de serviço extraordinário, de natureza indenizatória, somente quando for necessária a permanência no local de serviço ao final do turno e por ausência de escala para o turno seguinte, ou por situação de excepcional interesse da administração.

○ **§ 5.º** O Regime de Trabalho em Turnos – RTT compreenderá, além de dias úteis, sábados, domingos e feriados, sendo devido o pagamento em dobro sobre a hora normal, ou serviço extraordinário, para os dias de escala.

**§ 6.º** Será pago o Adicional Noturno no Regime de Trabalho em Turnos – RTT, de natureza indenizatória, de acordo com as regras gerais do órgão de administração de pessoal do Poder Executivo.

**Art. 17.** Será adotado o Regime de Plantão de Sobreaviso – RPS nos casos em que, além da jornada diária normal e fora da instituição, seja necessária a disponibilidade ao pronto atendimento das necessidades essenciais de serviço, mediante escala estabelecida para este fim.

## GABINETE DO GOVERNADOR



I – Conceltua-se **REGIME DE PLANTÃO DE SOBREAVISO - RPS** como a condição de trabalho de cargo e função submetido a escalas além da jornada diária normal e fora da instituição, para cumprimento de atividades públicas e em razão da natureza especial ou da essencialidade do serviço que assim o exigir, podendo também denominar-se **Regime de Plantão Extra jornada – RPE**.

§ 1.º A escala deverá ser cumprida para o pronto atendimento ao chamado do órgão e, durante o período de espera, não se deve praticar atividades que impeçam o comparecimento ao serviço e o cumprimento do que é exigido do cargo e função.

§ 2.º Cada escala do Regime de Plantão de Sobreaviso – RPS será de no máximo 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas, respeitado intervalo mínimo de 12 (doze) horas.

§ 3.º A remuneração do Regime de Plantão de Sobreaviso – RPS será na razão de 1/3 (um terço) da hora normal diária do prestador de sobreaviso, calculada exclusivamente sobre o subsídio, ficando vedado qualquer outro cálculo adicional.

§ 4.º O Plantão de Sobreaviso – RPS, quando interrompido por chamado para efetivação do serviço, será remunerado pelas horas efetivamente trabalhadas na forma de serviço extraordinário, cessando o pagamento do terço previsto no parágrafo anterior.

§ 5.º A remuneração do Regime de Plantão de Sobreaviso – RPS após as 22h00 (vinte e duas) até as 5h00 (cinco) horas do dia seguinte, será sobre a hora normal acrescido de 20% (vinte por cento) referente ao adicional noturno, de acordo com o regramento desta Lei.

§ 6.º O Regime de Plantão de Sobreaviso – RPS compreenderá, além de dias úteis, também sábados, domingos e feriados.

**Art. 18.** O Regime de Plantão de Sobreaviso – RPS e o Regime de Trabalho em Turnos – RTT são incompatíveis entre si.

**Art. 19.** É competência do titular do órgão de administração de pessoal do Estado autorizar e auditar a execução de serviços em Regime de Trabalho em Turnos - RTT, mediante solicitação e justificativa do titular do órgão, bem como o pagamento da vantagem do Regime de Plantão de Sobreaviso – RPS, desde que atendidas as suas exigências.

**Art. 20.** A frequência ao serviço será apurada através de "livro ponto" ou qualquer meio mecânico, elétrico ou eletrônico.

**Art. 21.** Nos dias úteis, somente por determinação do Chefe do Poder Executivo podem deixar de funcionar os órgãos ou unidades organizacionais ou ser suspensos os seus trabalhos.



## GABINETE DO GOVERNADOR



**Parágrafo único.** Nos casos especiais, em que se deva, por motivo de segurança ou força maior, suspender os trabalhos do órgão ou unidade organizacional, essa medida será determinada pelo seu titular, *ad referendum* do Chefe do Poder Executivo.

**Art. 22.** Poderá ser adotado banco de horas para fins de compensação de jornadas extras, desde que estas não sejam remuneradas por nenhuma outra vantagem pecuniária.

**Parágrafo único.** O saldo excedente de horas será aferido a cada mês, não podendo ultrapassar 15 (quinze) dias em um ano e será fruído, obrigatoriamente, em prazo não superior a 1 (um) ano, não podendo os saldos não fruídos, serem levados a conta dos anos subsequentes.

### CAPÍTULO VI DOS INSTITUTOS DE DESENVOLVIMENTO NAS CARREIRAS

**Art. 23.** Serão aplicados os institutos da progressão e promoção para o desenvolvimento nas carreiras previstas na ADAPAR, na forma do Anexo II e combinado com as demais disposições desta Lei.

**Art. 24.** Conceitua-se PROGRESSÃO como o enriquecimento horizontal do cargo e função, medido pelo aperfeiçoamento das aptidões e habilidades de seu ocupante, na mesma classe, sendo a passagem do funcionário público ativo estável de uma referência de vencimento para referência de vencimento imediatamente superior, tendo como limite a referência final da classe, atendidos os requisitos estabelecidos.

**Parágrafo único.** A progressão será concedida:

- I – para a referência 2 da classe de ingresso, quando aprovado no estágio probatório;
- II – por antiguidade na carreira, sendo de 1 (uma) referência de vencimento a cada 5 (cinco) anos de efetivo exercício na classe, limitada à última referência salarial da classe, sendo concedida a título de tempo na carreira;
- III – A concessão da referência de vencimento será automática e sempre no mês subsequente ao adimplemento do tempo na classe;
- IV – O tempo a ser computado para fins de concessão de progressão por antiguidade obedecerá:
  - a) a contemplação do tempo de estágio probatório para esse fim;
  - b) estabilidade funcional somente após a aprovação do estágio através da avaliação especial de desempenho para o estágio probatório;

## GABINETE DO GOVERNADOR



c) não se contemplará o tempo correspondente a contratos por prazo determinado ou por regime especial, continuados ou não, firmados com o Poder Público, para fins deste artigo; e

d) não se contemplará o tempo correspondente a afastamentos não remunerados, assim previstos nesta Lei bem como o afastamento por disposição funcional para outras esferas de poder.

**Art. 25.** Conceitua-se **PROMOÇÃO** como o enriquecimento vertical no cargo e função, medido através dos títulos de antiguidade e merecimento, alternadamente, associada à assunção de responsabilidades hierárquicas nas classes, para a referência de vencimento correspondente ao tempo completo na classe imediatamente superior, de acordo com a exigência da classe.

§ 1.º A promoção reflete o ganho de produtividade do serviço ativo.

§ 2.º São títulos da promoção a antiguidade e o merecimento.

§ 3.º Conceituam-se **TÍTULOS** como os critérios a serem utilizados para pontuação para habilitação ou classificação em certames ou processos concorrenciais de promoção, singular ou cumulativamente.

**Art. 26.** As promoções nas carreiras ocorrerão rigorosamente pelos critérios de antiguidade e merecimento, também denominado mérito, a qualquer tempo em que forem cumpridos os critérios, dentro de uma mesma carreira e cargo, em processo concursal e obedecendo a:

I – estabilidade funcional;

II – interstício de tempo efetivo mínimo de 7 (sete) anos na classe;

III – existência de vaga na classe de destino;

IV – avaliação de outros títulos como o tempo na classe, tempo no serviço público ou tempo para efeitos legais, diplomas e certificados e outros critérios formais, quando assim solicitado ou formalizado em regulamento próprio, para fins de habilitação ou classificação às vagas concorrentes;

V – obtenção de conceito satisfatório nas avaliações de desempenho, quando a esta for submetida;

VI – prova de conhecimentos, com nota mínima 7 (sete), quando esta for aplicada; e

## GABINETE DO GOVERNADOR



VII – atendimento aos demais requisitos da classe a que estará concorrendo, formalizado em regulamento próprio ou por ato do Chefe do Poder Executivo, se necessário.

**Parágrafo único.** A promoção ocorrerá somente dentro da classe correspondente a cada cargo e função.

**Art. 27.** Se a primeira promoção utilizar o critério antiguidade, a próxima promoção deverá ser, obrigatoriamente, pelo critério mérito ou merecimento.

**§ 1.º** O critério antiguidade utilizado para a primeira promoção obedecerá ao tempo de 15 (quinze) anos para efeitos legais e mínimo de 10 (dez) anos na carreira de ingresso, se a primeira promoção for sob este critério.

**§ 2.º** O enquadramento na referência de vencimento da classe de destino, quando da promoção por antiguidade, será sempre na classe imediatamente superior e na referência de vencimento correspondente à quantidade de tempo completo.

**§ 3.º** Se o servidor for promovido por antiguidade da classe de ingresso para a classe imediatamente superior e não cumprir o requisito de mérito da classe final, não poderá ser promovido para esta classe, permanecendo na referência final da classe até sua aposentadoria.

**Art. 28.** O critério mérito ou merecimento utilizado para a primeira promoção obedecerá ao tempo de 10 (dez) anos para efeitos legais e completos e mínimo de 7 (sete) anos na carreira e na classe de ingresso, associado à titulação superior à escolaridade exigida para o ingresso e exercício do cargo e função, se a primeira promoção for sob este critério, com pontuação mínima de 61 (sessenta e um) pontos.

**Parágrafo único.** O enquadramento na referência de vencimento da classe de destino, quando da promoção por mérito, será sempre na classe de destino correspondente ao critério de mérito e na referência de vencimento correspondente à quantidade de tempo completo.

**Art. 29.** Se a primeira promoção utilizar o critério mérito ou merecimento, a próxima promoção deverá ser, obrigatoriamente, pelo critério antiguidade.

**Parágrafo único.** O critério antiguidade a ser utilizado para a segunda promoção obedecerá ao tempo mínimo de 25 (vinte e cinco) anos para efeitos legais e mínimo de 14 (quatorze) anos na carreira e na classe, se a segunda promoção for sob este critério.

## GABINETE DO GOVERNADOR



**Art. 30.** O critério mérito ou merecimento utilizado para a segunda promoção obedecerá ao tempo de 20 (vinte) anos para efeitos legais e completo e mínimo de 10 (dez) anos na carreira e na classe B, associado à titulação superior à escolaridade exigida para o ingresso e exercício do cargo e função ou a títulos a serem fixados por regulamento próprio, com pontuação mínima de 91 (noventa e um) pontos.

**Parágrafo único.** O enquadramento na referência de vencimento da classe de destino, quando da promoção por mérito, será sempre na classe de destino correspondente ao critério de mérito e na referência de vencimento correspondente à quantidade de tempo completo.

**Art. 31.** Não haverá promoção por merecimento nos casos de afastamento em virtude de mandato sindical, eletivo ou disposição funcional para outras esferas de poder.

**§ 1.º** Não haverá promoção de aposentados e geradores de pensão ou nos casos de disponibilidade e afastamentos não remunerados.

**§ 2.º** A promoção obedecerá ao quantitativo das vagas livres das classes de destino.

**§ 3.º** A promoção ocorrerá somente para o número de concorrentes habilitados dentro do número de vagas livres existentes na classe de destino.

**Art. 32.** Para a habilitação por avaliação de títulos, na promoção por mérito ou merecimento, serão computados:

I – 1 (um) ponto para cada ano de tempo de efeitos legais;

II – 1 (um) ponto para cada ano de carreira;

III – 1 (um) ponto para cada ano de cargo;

IV – 5 (cinco) pontos por curso realizado, a cada 20 (vinte) horas, no limite de 15 (quinze) pontos, ou 60 (sessenta) horas;

V – 15 (quinze) pontos por pós-graduação, na modalidade especialização, no limite de 30 (trinta) pontos, ou 2 (duas) especializações, desde que afetas ao cargo e função;

VI – 10 (dez) pontos por curso de aperfeiçoamento, no limite de 10 (dez) pontos, ou 1 (um) curso de aperfeiçoamento;

VII – 20 (vinte) pontos por pós-graduação na modalidade mestrado profissionalizante, no limite de 20 (vinte) pontos, ou 1 (um) mestrado profissionalizante, desde que afeto à área de atuação;



## GABINETE DO GOVERNADOR



VIII – 30 (trinta) pontos por pós-graduação na modalidade mestrado, no limite de 30 (trinta) pontos, desde que tal modalidade seja compatível com as tarefas desenvolvidas;

IX – 40 (quarenta) pontos por pós-graduação na modalidade doutorado, no limite de 40 (quarenta) pontos, desde que tal modalidade seja compatível com as tarefas desenvolvidas;

X – 1 (um) ponto por participação como membro em grupos de trabalho, comissões, conselhos, câmaras técnicas, registrada em documento formal, no limite de 5 (cinco) pontos;

XI – 5 (cinco) pontos por presidência ou coordenação de grupos de trabalho, comissões, conselhos, câmaras técnicas, registrada em documento formal, no limite de 5 (cinco) pontos;

XII – 1 (um) ponto por participação como membro em banca examinadora de concurso, comissão julgadora ou júri, auxiliar ou professor de cursos regularmente instituídos, pela realização de trabalho que envolva a reciclagem ou atividade multiplicadora de conhecimento, registrada em documento formal, no limite de 5 (cinco) pontos;

XIII – 15 (quinze) pontos por participação como membro ou par avaliador nas comissões de avaliação de desempenho ou de processo administrativo disciplinar, sendo 5 (cinco) pontos por comissão, no limite de 15 (quinze) pontos ou participação em 3 (três) comissões.

**Parágrafo único.** Para as funções do cargo de Assistente de Fiscalização da Defesa Agropecuária em que o ingresso não exija nível superior, os cursos de graduação de nível superior que o servidor tenha realizado equivalem aos cursos de pós-graduação descritos no item V neste artigo, sendo computado como tal.

**Art. 33.** Nos processos promocionais, havendo quantidade maior de concorrentes habilitados do que vagas livres de destino, será realizado processo classificatório para fins de desempate.

**Parágrafo único.** A classificação dos habilitados consistirá de lista, por classe, contemplando:

I – a maior pontuação quando do processo de habilitação;

II – o maior tempo total para efeitos legais, inclusive tempos averbados, em ordem decrescente, em anos, meses e dias;

III – maior tempo de carreira;

## GABINETE DO GOVERNADOR



IV – maior tempo na participação em comissões de avaliação de desempenho.

**Art. 34.** Para fins de avaliação de titulação escolar formal ou cursos, deverão ser observados os seguintes requisitos:

I – a titulação superior à escolaridade exigida para o ingresso e exercício do cargo e função, deverá ser de graduação e pós-graduação - *lato e strictu sensu* – ofertados por Instituição formal de ensino e sendo considerada apenas uma titulação a cada apresentação, que restará sem eficácia administrativa para as próximas aplicações sob esse título;

II – a titulação referente a cursos deverá ser limitada ao âmbito educacional/profissional e afeta à área de atuação ou ao desempenho do cargo e função, podendo ser de extensão, aperfeiçoamento ou outros assim considerados, que restarão sem eficácia administrativa para as próximas habilitações sob esse título e somente aqueles realizados após junho de 1998.

§ 1.º A titulação, certificados ou diplomas deverão ser de Instituição de Ensino reconhecida legalmente, ou ofertado por instituição formal de ensino ou convalidados pelo Sistema de Escola do Governo mantido pelo Poder Público.

§ 2.º Os certificados ou diplomas não poderão ser computados de forma cumulativa para nenhum outro Instituto de desenvolvimento na carreira.

§ 3.º A avaliação da pertinência da titulação referente a cursos, em relação à função exercida e em relação ao desempenho na função ocupada, ficará a cargo da Unidade de Recursos Humanos de origem e enviada à Escola de Governo que aprovará ou não a titulação, através de Conselho competente.

§ 4.º Sem prejuízo dos demais reconhecimentos e convalidações e para fins do disposto em termos de titulação, considera-se como cursos, eventos de aperfeiçoamento ou capacitação, aqueles promovidos por Entidades Privadas ou Públicas, devidamente reconhecidas no campo de Treinamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos ou nos termos de Educação Profissional.

§ 5.º São considerados como titulação superior à escolaridade exigida para o ingresso e exercício de seu cargo e função, a escolarização ofertada por Instituição Formal de Ensino, comprovada através de diploma ou certificado, acompanhado do respectivo histórico escolar, mediante a apresentação de fotocópia autenticada, ou fotocópia acompanhada do original do diploma ou certificado, devendo, no caso de apresentação de fotocópia acompanhada de original, ser autenticada pelo responsável pela Unidade de Recursos Humanos do órgão de alocação.

§ 6.º São considerados como titulação referente a curso, os cursos no âmbito educacional/profissional, afetos à área de atuação ou ao desempenho do cargo e função, comprovados através de certificado e/ou certidão, onde conste carga horária e mediante apresentação de fotocópia autenticada, ou fotocópia acompanhada do original do certificado e/ou certidão, devendo, no caso de apresentação de fotocópia acompanhada de original, ser autenticada pelo responsável pela Unidade de Recursos Humanos do órgão de alocação.

§ 7.º A pontuação de titulação reconhecida para as carreiras do Poder Executivo será conforme o somatório de horas, sem prejuízo de demais regulamentações.

§ 8.º Para certificados ou certidões que não constar carga horária será atribuída carga horária de 8 (oito) horas, independentemente do período de duração do curso.

§ 9.º Não serão computados número de horas a mais em relação a qualquer curso apresentado durante o processo de habilitação ou classificação e que não tenha sido contemplado, não podendo ser armazenadas as horas remanescentes e não utilizadas como crédito ou banco de horas.

§ 10. Não serão aceitos para efeitos de aplicação deste artigo os diplomas, certificados ou certidões de mesmo grau de escolaridade que a exigida para o ingresso e exercício do cargo e função ou curso de formação específico exigido como condição de ingresso ou exercício no cargo e função.

## **CAPÍTULO VII** **DO SUBSÍDIO E DA REMUNERAÇÃO**

**Art. 35.** Às carreiras da ADAPAR, aplica-se a seguinte estrutura de remuneração:

I – subsídio, na forma do Anexo III desta Lei;

II – vantagens acessórias permanentes, na forma da legislação em vigor;

III – vantagens Acessórias Transitórias Laborativas, na forma da legislação em vigor.

§ 1.º Conceitua-se SUBSÍDIO como sendo o vencimento ou vencimento básico das carreiras dos servidores regidos por esta Lei, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória de carreira, salvo vantagens acessórias permanentes ou de indenização.

§ 2.º Conceitua-se VENCIMENTO ou VENCIMENTO BÁSICO como a retribuição pecuniária pelo efetivo exercício do cargo e função, expressa em valores absolutos e em moeda corrente.

## GABINETE DO GOVERNADOR



§ 3.º Valores absolutos são aqueles expressos em números absolutos e em moeda corrente do país.

§ 4.º Os valores a que se refere o caput deste artigo corresponderão sempre a um nível de vencimento, ou símbolo, fixado em tabela publicada em lei.

§ 5.º O nível do vencimento ou símbolo será expresso pelo indicativo de classe (coluna) e referência (linha), em cuja intersecção se reflete o subsídio sobre o qual incidirão os demais cálculos e vantagens adicionais de remuneração, quando for o caso.

§ 6.º O subsídio de qualquer das carreiras referenciadas nesta Lei não poderá ser inferior ao salário-mínimo vigente no País.

§ 7.º A adoção do subsídio refletirá o tempo de serviço na carreira, na tabela de vencimento.

Art. 36. O subsídio sofrerá reajuste, reposição ou aumento, previsto na lei de revisão geral anual.

Art. 37. A adoção do subsídio não se confunde com a assunção do cargo de provimento em comissão ou função comissionada de confiança referente à estrutura organizacional.

Art. 38. O valor do subsídio será fixado em lei específica de carreira estatutária, sendo vedada a adoção de plos salariais profissionais aplicáveis ao regime celetista.

§ 1.º Conceitua-se VENCIMENTOS como o somatório do subsídio e vantagens acessórias permanentes do exercício do cargo e função, compondo a base contributiva para a inatividade, exceto a parcela a maior de remuneração das férias.

§ 2.º Conceitua-se REMUNERAÇÃO como o somatório dos vencimentos e demais vantagens acessórias transitórias, sejam laborativas, sejam de indenização.

Art. 39. Conceitua-se VANTAGEM ACESSÓRIA PERMANENTE como aquela decorrente do exercício do cargo e função no serviço público, sendo devidas a todas as carreiras.

§ 1.º São vantagens acessórias permanentes do cargo e função:

I – férias, na forma da legislação em vigor, e

II – décimo terceiro salário.



## GABINETE DO GOVERNADOR



§ 2.º O décimo terceiro salário compõe a base contributiva para a inatividade na forma das normas constitucionais e legislação previdenciária vigente.

**Art. 40.** As vantagens acessórias e demais vantagens referidas nesta Lei serão absolutas, sendo vedados quaisquer cálculos relativos, exceto as vantagens assim expressas, como o cálculo do terço de férias, do décimo terceiro, serviço extraordinário ou de plantão e adicional noturno.

**Parágrafo único.** Conceitua-se VALOR ABSOLUTO como o valor nominal da vantagem, em moeda corrente.

**Art. 41.** São vantagens acessórias transitórias laborativas do cargo e função, em razão do serviço público as vantagens laborativas do serviço público.

§ 1.º Conceitua-se VANTAGEM LABORATIVA DO SERVIÇO PÚBLICO como aquela em que a concessão é decorrente de situações especiais ou previstas em legislação específica ou em contrapartida do funcionamento de atividades do serviço público, sendo extinto seu pagamento quando da mudança dos fatores, ou do local do exercício ou das condições que ensejaram sua aplicação:

I – serviço extraordinário ou de plantão;

II – adicional noturno;

III – auxílio ou vale-transporte;

IV – auxílio ou vale-alimentação;

V – diárias;

VI – ajuda de custo;

VII – auxílio-funeral;

VIII – salário-família;

IX – sobreaviso.

§ 2.º As vantagens acessórias transitórias laborativas não compõem a base contributiva para a inatividade.

**Art. 42.** É vedada a criação de quaisquer vantagens cujo fundamento de concessão seja a razão de existência da atividade ou da tarefa do cargo e função.

## GABINETE DO GOVERNADOR



### CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

**Art. 43.** Os atuais ocupantes do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, no cargo de Agente Profissional, na função de Engenheiro Agrônomo, Médico Veterinário e Biólogo e no cargo de Agente de Execução, nas funções de Técnico de Manejo e de Meio Ambiente e Técnico de Laboratório, lotados no Departamento de Fiscalização e Defesa Agropecuária – DEFIS, da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB, passarão a desempenhar as suas funções junto à ADAPAR, salvo manifestação em contrário, a qualquer tempo, pelo servidor, ou pela Administração.

**Parágrafo único.** Os servidores do cargo de Agente Profissional a que se refere o caput, com exercício no DEFIS/SEAB, terão as prerrogativas funcionais de Fiscal de Defesa Agropecuária, não havendo alteração em seus cargos no Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE.

**Art. 44.** Ficam instituídas as seguintes vantagens, com aplicação exclusiva aos servidores integrantes do Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná – QPPE, no cargo de Agente Profissional e Agente de Execução, lotados no Departamento de Fiscalização e Defesa Agropecuária – DEFIS, da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB e exclusivamente para atendimento ao artigo anterior, conforme o Anexo IV desta Lei:

I – Adicional de Atividade de Fiscalização Agropecuária – AAFA: retribuição financeira, fixada em valor absoluto, de natureza permanente, exclusiva para o cargo de Agente Profissional para atuação na ADAPAR, relativa ao caráter penoso, perigoso, insalubre e com risco de vida, incorporável na forma da legislação previdenciária vigente, sendo vedado o recebimento de qualquer outra vantagem com a mesma natureza;

II – Adicional de Atividade Auxiliar de Fiscalização Agropecuária – AAFA: retribuição financeira fixada em valor absoluto, de natureza permanente, para o cargo de Agente de Execução, funções de Técnico de Manejo e Meio Ambiente e Técnico de Laboratório, para atuação na ADAPAR, relativa ao caráter penoso, perigoso, insalubre e com risco de vida, incorporável na forma da legislação previdenciária vigente, sendo vedado o recebimento de qualquer outra vantagem com a mesma natureza.

**Art. 45.** As demais atividades de apoio técnico-administrativo, logístico e operacional da ADAPAR serão supridas por servidores que compõem a carreira de Agente de Execução e Agente de Apoio, integrantes do Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná – QPPE e por meio de contratação de serviços.

**Art. 46.** São aplicáveis ao servidor da ADAPAR as disposições da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970 e demais regulamentações, respeitadas as normas especiais contidas nesta Lei.

## GABINETE DO GOVERNADOR



**Art. 47.** Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará as disposições necessárias à execução da presente Lei, por iniciativa da ADAPAR, ouvidas previamente as Secretarias de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB, Administração e da Previdência – SEAP, Planejamento e Coordenação-Geral – SEPL e Fazenda – SEFA, nos assuntos pertinentes a cada uma delas.

**Art. 48.** Fica o Poder Executivo autorizado a readequar as dotações do orçamento do exercício de 2011, no que se refere aos órgãos e entidades atingidos pela presente Lei.

**Parágrafo único.** Para implementação do disposto no caput deste artigo, fica autorizada a expedição de decretos regulamentares ou a abertura de créditos adicionais, na forma da lei.

**Art. 49.** Fica ao encargo da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP e da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação-Geral – SEPL a responsabilidade pela formulação ou reformulação dos atos organizacionais dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual que se fizerem necessários à implantação dos dispositivos desta Lei.

**Art. 50.** A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 21 de outubro de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.

  
CARLOS ALBERTO RICHA  
Governador do Estado

ANEXO I DA LEI Nº  
ESTRUTURA DAS CARREIRAS - ADAPAR



CARREIRA	CLASSES	QUANTIDADE POR CLASSE	CARGO SINGULAR	FUNÇÃO SINGULAR	EXIGÊNCIA MÍNIMA DE INGRESSO
FISCALIZAÇÃO DA DEFESA AGROPECUÁRIA	A	90	FISCAL DA DEFESA AGROPECUÁRIA	BIÓLOGO	GRADUAÇÃO
	B	210		ENGENHEIRO AGRÔNOMO	GRADUAÇÃO
	C	300		MÉDICO VETERINÁRIO	GRADUAÇÃO
TOTAL DO CARGO		600			

CARREIRA	CLASSES	QUANTIDADE POR CLASSE	CARGO SINGULAR	FUNÇÃO MULTIOCUPACIONAL	EXIGÊNCIA MÍNIMA DE INGRESSO
ASSISTÊNCIA À FISCALIZAÇÃO DA DEFESA AGROPECUÁRIA	A	90	ASSISTENTE DE FISCALIZAÇÃO DA DEFESA AGROPECUÁRIA	TÉCNICO DE MANEJO E DO MEIO AMBIENTE	2º GRAU PROFISSIONALIZANTE
	B	210			
	C	300			
TOTAL DO CARGO		600			

D. L.  
Fls. 23  
8.





GABINETE DO GOVERNADOR

Palácio das Araucárias – Curitiba, 19 de outubro de 2011  
OF CEE/G 173/11

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 25 OUT. 2011

*mauricio*  
1º Secretário



I – À DAP para leitura no expediente  
II – À DL para providências.  
Em 25/10/2011  
*[Signature]*  
Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 74/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que dispõe sobre os cargos e carreiras dos servidores na estrutura organizacional da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR.

Atenciosamente,

*[Signature]*  
CARLOS ALBERTO RICHÁ  
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
CURITIBA – PR

CEE/SGVFV/JU

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jacyr Loureiro de Campos  
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil  
Fonc: 41 3350 2800 Fax: 41 3254 7345

14119 25/10/2011 13:30:24 PT 0334113 11632.0114 20 13386

# GABINETE DO GOVERNADOR



MENSAGEM N.º 74/2011

Curitiba, 19 de outubro de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que dispõe sobre os cargos e carreiras dos servidores na estrutura organizacional da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR.

Inicialmente, cumpre destacar que o presente Anteprojeto de Lei tem por objetivo fortalecimento da agropecuária paranaense por meio da valorização dos servidores que realizam os serviços públicos estaduais de inspeção e defesa sanitária animal e vegetal.

Para tanto, propõe a criação de carreira própria da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR na estrutura do Poder Executivo, composta pelos cargos de Fiscal de Defesa Agropecuária, com funções singulares de Médico Veterinário e Engenheiro Agrônomo, e de Assistente de Fiscalização da Defesa Agropecuária, com função multicupacional de Técnico de Manejo e do Meio Ambiente e de Técnico de Laboratório.

O provimento de cargos da carreira da ADAPAR ocorrerá paulatinamente, pois os atuais servidores efetivos, no exercício da função de Médico Veterinário e Engenheiro Agrônomo, como também os agentes de execução, na função de Técnico de Manejo e do Meio Ambiente e Técnico de Laboratório, alocados no Departamento de Fiscalização e Defesa Agropecuária da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, em face de experiência e capacitação adquiridas, passarão a desempenhar suas funções junto à ADAPAR, em caráter definitivo.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR  
Prot. 11.034.776-2 Inph

## GABINETE DO GOVERNADOR



A semelhança de outras carreiras típicas do Estado, a importância de distinguir, em especial, o servidor fiscal de defesa agropecuária está no fato de coordenarem e fiscalizarem o cumprimento das leis de inspeção e defesa sanitária animal e vegetal no Estado do Paraná, atribuições que os expõem às responsabilidades e aos riscos próprios do exercício de poder de polícia.

Ainda, no fato da execução dos serviços de defesa e inspeção agropecuária exigir conhecimento e experiência especializados que se aperfeiçoem pelo desenvolvimento das atribuições. A perda de servidores para órgãos e entidades de outros Estados e esferas do Poder Público importa na descontinuidade e atraso na realização desses serviços no Estado do Paraná, de modo a refletir negativamente em sua reputação fito-zoosanitária e dificultar o comércio e conquista de mercados, resultando em elevados prejuízos à coletividade.

A criação da carreira Fiscal de Defesa Agropecuária fortalece e assegura a realização da defesa agropecuária em reconhecimento das singularidades dos serviços prestados, fator determinante à manutenção do território paranaense livre de pragas e doenças, condição essencial ao pleno desenvolvimento da atividade econômica.

Assim, espera-se que Vossas Excelências deem a atenção necessária à presente proposta legislativa, analisando-a, votando favoravelmente e, por consequência, transformando-a em Lei Ordinária, por medida de Inteira Justiça.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHA  
Governador do Estado





**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
COORDENAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO  
DIVISÃO DE DESPESA**

**Informação nº 257/11**

**Ref. Minuta de anteprojeto de lei da Agência ADAPAR - SEAB**

**Protocolo nº 11.034.778-2**

Em atenção ao encaminhamento efetuado pela SEPL/COP, referente à Minuta de anteprojeto de lei que dispõe sobre os cargos e carreiras dos servidores na estrutura organizacional da Agência ADAPAR, esta Divisão de Despesa tem a informar:


- Por se tratar de recursos cuja fonte 250 – diretamente arrecadada são via multas, taxas e serviços laboratoriais, não havendo dispêndio de recursos do Tesouro do Estado nada temos a opor.

**É a informação.**

**Curitiba, 02 de setembro de 2011.**

  
**Rosemeri Bueno Muniz**  
Divisão de Despesa

**Visto:**

  
**Marcos Antonio Jagher**  
Chefe da Divisão de Despesa

**DE ACORDO:**

  
**Rosemary Escabio**  
Coordenadora da Administração Financeira do Estado  
Encaminhe-se ao DG/SEFA



# GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

nº 658

## SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E PROGRAMAÇÃO

### INFORMAÇÃO Nº 612/2011

INTERESSADO: SEAB

ASSUNTO: Minuta de anteprojeto de lei que dispõe sobre os cargos e carreiras dos servidores na estrutura organizacional da Agência ADAPAR.

PROTOCOLO: nº 11.034.778-2

Visando atender ao disposto no art. 10º do Decreto 1198/2011, reiteramos a Informação Técnica nº 122/2011 GPS/SEAB, à pág 18 do presente protocolo, o qual diz que devido à inexistência da autarquia ADAPAR, também inexistente dotação orçamentária para a mesma, sendo utilizados os seguintes recursos para a criação da mesma:

1. Toda arrecadação não vinculada na Atividade 2.336 - Fundo de Equipamento Agropecuário - FEAP, conforme tabela abaixo. Ressaltamos que para a fonte 250, aproximadamente 50% dos recursos são vinculados ao FUNDEPEC, não podendo ser utilizado para a ADAPAR;

Natureza da Espécie	Fonte de Recursos	Valor a Programar	Valor Programado	Valor Empenhado	Saldo Total
Outras despesas correntes	127	R\$ 565,00	R\$ 565,00	R\$ 0,00	R\$ 1.130,00
	250	R\$ 687.044,00	R\$ 1.557.721,00	R\$ 980.680,63	R\$ 1.264.084,37
Investimentos	250	R\$ 1.226.389,00	R\$ 398.582,00	R\$ 8.616,80	R\$ 1.616.354,20

2. O pessoal da SEAB da área administrativa e dos Grupos Meios (GAS, GPS, GFS e GRHS), que prestará serviço de forma compartilhada entre a SEAB e a ADAPAR;

3. Parte dos recursos de pessoal da atividade 2.325 serão repassados ao ADAPAR, referente aos profissionais que passarão a desempenhar suas funções na agência em caráter definitivo

4. Parte dos recursos da SEAB referentes as despesas de custeio como água, energia, locação, telefone, entre outras.

É a informação.





# GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ



DE  
1-1 27

Curitiba, em 04 de agosto de 2011.

*Rogi Rusch*

ROGI LAERCIO RUSCH  
Assessor Técnico

Visto, 04/08/2011

Encaminhe-se a Coordenadora da COP/SEPL

*Antonio Carlos de Andrade*

ANTONIO CARLOS DE ANDRADE  
Chefe da Divisão de Economia e Infraestrutura

De acordo, 04/08/2011.

Encaminhe-se à DG/SEPL

*Elizabeth Cristina de Azevedo*

ELIZABETH CRISTINA DE AZEVEDO  
Coordenadora da COP/SEPL



# GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Fls. 37

SEPL  
FL. 37

n1866

## SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E PROGRAMAÇÃO

### INFORMAÇÃO Nº 707/2011

INTERESSADO: SEAB

ASSUNTO: Minuta de anteprojeto de lei que dispõe sobre os cargos e carreiras dos servidores na estrutura organizacional da Agência ADAPAR.

PROTOCOLO: nº 11.034.778-2

Visando atender ao disposto no art. 10º do Decreto 1198/2011, reiteramos a Informação Técnica nº 142/2011 GPS/SEAB, à pág 34 do presente protocolo, o qual afirma que:

- A receita semanal da atividade 2.336 - Fundo de Equipamento Agropecuário - FEAP é de R\$318.916,00, sendo R\$153.010,60 corresponde a arrecadação vinculada ao FUNDEPEC, permitindo que R\$165.905,49 mensais sejam utilizados para atender a demanda da ADAPAR. Tal valor corre pelas rubricas 33504100, 33901400, 33903003, 33903004, 33903006, 33903008, 33903010, 33903013, 33903018, 33903020, 33903027, 33903029, 33903033, 33903035, 33903037, 33903912, 33903913, 33903914, 33903920, 33903923, 33903924, 33903928, 33903931, 33903947, 33909200, 33909300, 44905200.

- Os recursos humanos da SEAB, lotados da atividade 2.325 - Gerenciamento da Estrutura Administrativa e Programática da SEAB, serão compartilhados com a ADAPAR. As rubricas por onde correm tais despesas são 31901100 e 31901300.

- As despesas de custeio da SEAB como água, energia, locação, telefone, entre outras, que correm na atividade 2323 - Administração de Serviços de Energia Elétrica, Água e Esgoto, Telefonia, Informática e Transmissão de Dados - , serão compartilhadas com a ADAPAR, pelas rubricas 33903902, 33903906, 33903907, 33903908, 33903963.

- Devido à inexistência da ADAPAR, também inexistem dotações específicas na mesma. Isto somente ocorrerá após ser sancionada a Lei de Criação da Agência.

É a informação.

Ruy





# GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ



Curitiba, em 18 de agosto de 2011.

*Rogí Rusch*  
**ROGI LAERCIO RUSCH**  
Assessor Técnico

Visto, 18/08/2011  
Encaminhe-se a Coordenadora da COP/SEPL

*Antonio Carlos de Andrade*  
**ANTONIO CARLOS DE ANDRADE**  
Chefe da Divisão de Economia e Infraestrutura

De acordo, 18/08/2011.  
Encaminhe-se à DG/SEPL

*Elizabeth Cristina de Azevedo*  
**ELIZABETH CRISTINA DE AZEVEDO**  
Coordenadora da COP/SEPL

ANEXO III DA LEI Nº

SUBSÍDIO DAS CARREIRAS - ADAPAR



PARANÁ  
ESTADO DO PARANÁ

SUBSÍDIO - FISCAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA

CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
A						10.322,33	12.902,91	13.548,00	14.225,46	14.936,74	15.083,57	16.467,75
B						7.401,31	8.511,51	8.037,08	9.363,94			
C	5.054,18	5.812,30	6.102,92	6.408,08	6.728,47							

SUBSÍDIO - ASSISTENTE DE FISCALIZAÇÃO DA DEFESA AGROPECUÁRIA

CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
A						3.762,11	4.702,63	4.937,76	5.184,65	5.443,89	5.716,08	6.001,88
B						2.825,98	3.249,85	3.412,34	3.582,96			
C	2.021,67	2.324,92	2.441,17	2.563,22	2.691,39							





ANEXO IV DA LEI Nº

ADICIONAL DE ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO

CARREIRA	CARGO	FUNÇÃO	VANTAGEM	VALOR
QPPE	AGENTE PROFISSIONAL	BIÓLOGO		
		ENGENHEIRO AGRÔNOMO MÉDICO VETERINÁRIO	ADICIONAL DE ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA - AAFA	2.396,25
	AGENTE DE EXECUÇÃO	TÉCNICO DE MANEJO E DO MEIO AMBIENTE	ADICIONAL DE ATIVIDADE AUXILIAR DE FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA - AAFM	905,25



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI 848/11**

**Projeto de Lei nº 848/11**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 74/2011**

**Súmula:** Dispõe sobre os Cargos e Carreiras dos Servidores na Estrutura Organizacional da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR, e adota outras providências.

**EMENTA:** DISPÕE SOBRE CARGOS E CARREIRAS DOS SERVIDORES NA AGÊNCIA DE DEFESA DA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65, 66 E 87 DA CE. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo tem por escopo dispor sobre organização das carreiras dos servidores da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR, a forma de ingresso na carreira e as competências dos cargos e funções, avaliações de desempenho, carga e jornada de trabalho e demais atribuições.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Anibal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Assembléla Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A: Cabe à Comissão de Constituição e Justiça compete:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Destarte, cumpre salientar que a Constituição do Estado do Paraná determina que a iniciativa das leis ordinárias cabe ao Ministério Público, vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléla Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Corroborando deste entendimento o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembléla, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta, criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado, bem como



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



da organização e funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:

Arl. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Arl. 87. Compete privativamente ao Governador:

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei

Ademais, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa esta'al seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira, tendo em vista que a Divisão de Despesa, vinculada à Coordenação da Administração Financeira do Estado, por sua vez atrelada à Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA declara que o mesmo não importará em aumento de despesa para o Governo: "Por se tratar de recursos cuja fonte 250 - diretamente arrecadada são via multas, taxas e serviços laboratoriais, não havendo dispêndio de recursos do Tesouro do Estado" (fls. 28 do presente projeto).

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei e, no que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto em tela encontra-se sob o amparo constitucional e legal.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.




*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*




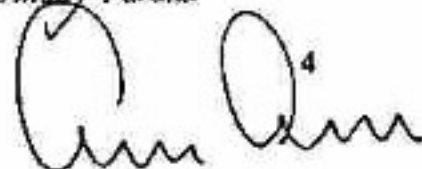
**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, tendo em vista que o presente projeto encontra-se revisto de LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE opinamos pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, 31 de outubro de 2011.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO ADEMAR TRAIANO  
RELATOR






## REQUERIMENTO



Requer "*Regime de Urgência*" para a votação do Projeto de Lei 848/11, oriundo da Mensagem Governamental nº 074/11.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 181 do Regimento Interno desta Casa, requer, após ouvido o Douto Plenário, "*Regime de Urgência*" para a tramitação do Projeto de Lei 848/11, oriundo da Mensagem Governamental nº 074/11 que dispõe sobre os cargos e carreiras dos servidores na estrutura organizacional da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná - ADAPAR, e adota outras providências.

Sala das Sessões, em 01 de novembro de 2011.

  
Deputado Ademir Traiano  
Líder do Governo





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 848/11**

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 74/11, que dispõe sobre os cargos e carreiras dos servidores na estrutura organizacional da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR, e adota outras providências.

Convém, preliminarmente salientar que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

No que tange a vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que a matéria em questão apresenta Informação nº 257/11, da Coordenação da Administração Financeira do Estado, Divisão de Despesa da Secretaria de Estado da Fazenda, informando não haver dispêndio de recursos do Tesouro do Estado, pois tratar-se de recursos cuja fonte 250 – diretamente arrecadada são via multas, taxas e serviços laboratoriais. Desta forma, atende aos preceitos constantes da Lei Complementar Federal nº 101/00.

Ainda, observe-se que o objeto da referida proposta, está em consonância com o art. 66, da Carta Estadual, onde denota-se a competência privativa do Governador do Estado.

Isto posto, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 07/11/11

DEPUTADO ADEMIR BIER  
PRESIDENTE

DEPUTADA MARLA TURECK  
RELATORA

*[Assinaturas manuscritas]*



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
**COMISSÃO DE AGRICULTURA**

**PARÊCER AO PROJETO DE LEI 848/2011**

**AUTOR: PODER EXECUTIVO**

**SÚMULA: DISPÕE SOBRE OS CARGOS E  
CARREIRAS DOS SERVIDORES NA ESTRUTURA  
ORGANIZACIONAL DA AGÊNCIA DE DEFESA  
AGROPECUÁRIA DO PARANÁ – ADAPAR E ADOTA  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O projeto de lei em epígrafe, dispõe sobre os cargos e carreiras dos servidores na estrutura organizacional da ADAPAR, Agência de Defesa Agropecuária do Paraná, a ser criada conforme Projeto de Lei n. 847/2011.

O presente projeto de lei já tramitou perante a Comissão de Constituição e Justiça, tendo recebido parecer favorável.

Não há dúvidas de que a criação da agência de defesa agropecuária do Estado do Paraná, pelo que se vislumbra da própria lei, trará benefícios para o desenvolvimento e manutenção do agronegócio do Estado, sendo indispensável a estruturação das carreiras que terão a incumbência de exercer as atribuições da ADAPAR.

O projeto de lei traz a estrutura da carreira, a forma de ingresso, as

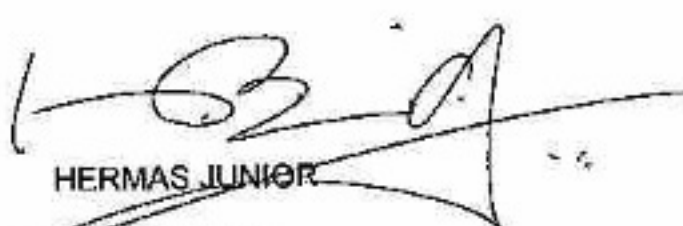
Edifício Pres. Tancredo Neves  
Praça Nossa Senhora da Salette, s/n  
Gab. Dep. Hermas Jr – 3. andar  
Curitiba-PR, CEP 80.530-911  
[www.hermasjunior.com.br](http://www.hermasjunior.com.br)



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
**COMISSÃO DE AGRICULTURA**


competências, avaliação dos servidores em estágio probatório, carga horária, jornada e regime de trabalho, desenvolvimento da carreira e remuneração.

Pelo exposto, somos de parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei.



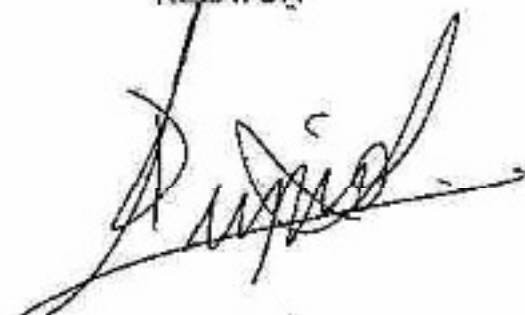
HERMAS JUNIOR

PRESIDENTE



EVANDRO JUNIOR

RELATOR





## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

req.01

### REQUERIMENTO



*Requer a retirada por 02 sessões o Projeto de Lei 848/11, item 05 constante na Ordem do Dia da presente Sessão Plenária.*

Senhor Presidente:

OS Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 158, parágrafo único do Regimento Interno desta Casa, requerem, após ouvido o douto plenário, *Retirada por 02 sessões*, da votação do Projeto de Lei 848/11, item 05, constante na Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões em, 10 de abril de 2012.

Deputado Ademar Traiano  
Líder do Governo

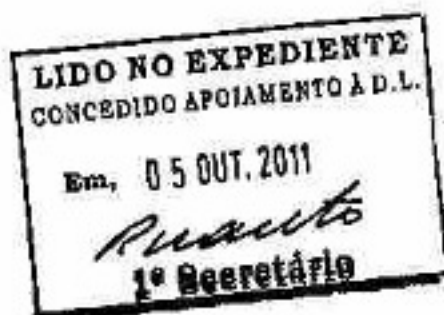
Walter

Mauro Ribeiro Braga  
Diretor Legislativo





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Gabinete Deputado Evandro Junior



PROJETO DE LEI Nº 793/11

Ementa: Insere no calendário oficial do Estado do Paraná o Dia do Maçom.

Art. 1º - Fica inserido no Calendário Oficial do Estado do Paraná, o Dia do Maçom, a ser comemorado anualmente no dia 20 de agosto.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 13 de setembro de 2011.

  
Evandro Junior  
Deputado Estadual



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete Deputado Evandro Junior*

Fls. 93

**Justificativa**

Enquanto instituição iniciática, essencialmente filosófica (isto é, que ama o saber), filantrópica (auxiliando o próximo) e progressista (não confinado no passado), a Maçonaria tem realizado diversas obras no país desde o século XVIII, quando da fundação das primeiras lojas maçônicas. Engajadas na Abolição da Escravatura, na Independência brasileira face à Portugal e na Proclamação da república, a ordem maçônica teve papel decisivo na emancipação política do Brasil. Além destes grandes acontecimentos para a história nacional, os maçons tem colaborado diariamente na construção de uma sociedade melhor, realizando filantropias e benfeitorias à sociedade.

No Paraná, registra-se a presença da instituição desde 1897, quando da fundação da primeira loja maçônica do Estado – a União Paranaguense nº 0038, expandindo-se por todo o território desde então. Atualmente, estima-se que existam cerca de 15 mil maçons ativos no Estado, distribuídos em mais de 300 lojas maçônicas nas três potências regulares: o Grande Oriente do Brasil – Paraná (GOB-PR), o Grande Oriente do Paraná (GOP) e a Grande Loja do Paraná (GLP).

Diante da participação ativa dos maçons no Paraná, bem como as diversas obras de filantropia e de aperfeiçoamento pessoal e moral dos seus membros, bem como pelas ideias de liberdade por princípio, a igualdade como base e a fraternidade como o objetivo a ser atingido pela instituição, este projeto justifica-se dada a importância social por duas vias: pela presença secular da instituição no Estado e por todos os serviços prestados pelos maçons paranaenses, colaborando no passado para a construção do Paraná do presente e do porvir.



*Assembléia Legislativa do Estado do  
Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI 793/11**

Projeto de Lei nº 793/11

Autora: Deputado Estadual Evandro Junior

**Súmula:** Cria o "Dia do Maçom",  
ficando a data incluída no Calendário  
Oficial do Estado do Paraná.

**EMENTA:** INSERE NO CALENDÁRIO  
ESTADUAL O "DIA DO MAÇOM".  
**COMPETÊNCIA** LEGISLATIVA  
CONCORRENTE DO ESTADO PARA  
LEGISLAR SOBRE CULTURA E  
FOMENTA-LA, ARTS. 24, X E 215,  
CAPUT, INICIATIVA DA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART  
65 e 190 da CONSTITUIÇÃO  
ESTADUAL.  
**CONSTITUCIONALIDADE.**  
**APROVAÇÃO.** PARECER  
FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual  
Evandro Junior, objetiva inserir no Calendário Estadual o dia do "Maçom", a ser  
comemorado anualmente, no dia 20 do mês de agosto.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de  
Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do  
**REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO  
PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do  
proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



# Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33 - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislarem concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX - educação, cultura, ensino e desporto.

(...)

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme estabelece a CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, em seu artigo 190, caput, a cultura é de direito de todos e deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais, senão vejamos:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação





# Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

de todos os segmentos sociais, visando à realização  
dos valores essenciais da pessoa.



A própria Constituição Federal já define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; estabelece a obrigatoriedade do poder público, com a colaboração da comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas<sup>1</sup>.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)**

**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

**Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)**

<sup>1</sup> DE MORAES, Alexandre. *Direito Constitucional*. Ed. Atlas: São Paulo, 2007. 22ª. ed, pg 808.



*Assembléia Legislativa do Estado do  
Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Desta forma, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais, não estando previamente inserido no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 07 de dezembro de 2011.

DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA  
RELATOR

PARECER DA COMISSÃO DE CULTURA AO PROJETO DE LEI Nº 793/2011

**SÚMULA:** *Inserir no Calendário Oficial do Estado do Paraná o Dia do Maçom, a ser comemorado, anualmente, no dia 20 de agosto.*

**I – SÍNTESE**

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Deputado Evandro Júnior, com o fim de inserir no Calendário Oficial do Estado do Paraná o Dia do Maçom, a ser comemorado no dia 20 de agosto, anualmente.

A Comissão de Constituição e Justiça, seguindo parecer emitido pelo seu Relator, Deputado Fernando Scanavaca, aprovou o presente Projeto de Lei, motivo pelo qual ocorreu o seu envio a esta Comissão de Cultura, para análise da questão.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

Pois bem, segundo estabelece o art. 33-R do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, cabe à Comissão de Cultura a análise de proposições que versem sobre desenvolvimento cultural, arqueológico, artístico e ao patrimônio histórico.

Portanto, a competência desta Comissão para a análise do projeto é evidente, na medida em que o mesmo versa sobre a inserção no Calendário



Oficial do Estado do Paraná o Dia do Maçom, assim considerados os membros de uma instituição que possuiu inegável importância no processo histórico-cultural brasileiro. Nesse contexto, tal projeto contribui de maneira fundamental para a valorização de manifestações culturais plurais.

Por isso, considerando que o Projeto não contém qualquer vício de competência e iniciativa, merece ser aprovado. Isso porque no que diz respeito aos aspectos culturais, mostra-se extremamente oportuno e conveniente homenagear os maçons, considerando que a instituição à qual os homenageados pertencem tem presença no Paraná desde 1897, conforme consta na Justificativa apresentada pelo Deputado Evandro Júnior.

Relembre-se, por oportuno, que a maçonaria teve importante engajamento para a abolição da escravatura, independência política do Brasil e face a Portugal e na Proclamação da República.

Isso comprova, sem espaço para dúvidas, a mencionada importância que os maçons tiveram em nossa história, podendo-se afirmar que esta homenagem contribui, diretamente, para a disseminação da cultura inerente à história de nosso povo.

Portanto, para além de adequado constitucionalmente, cabe destacar que o Projeto colabora com a materialização do final do dispositivo contido no art. 215<sup>1</sup> da Constituição Federal, que estabelece como dever do Estado o apoio e o incentivo das diversas manifestações culturais.

<sup>1</sup> Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.





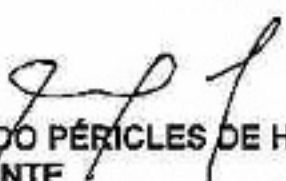
7




### III - CONCLUSÃO

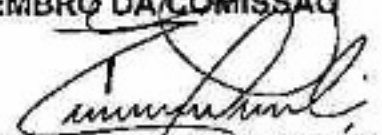
Pelo exposto, opina-se pela aprovação deste Projeto de Lei, ante a ausência de vícios e o atendimento de todos os preceitos constitucionais e legais afetos à matéria.


Sala das Comissões, 28 de fevereiro de 2012.

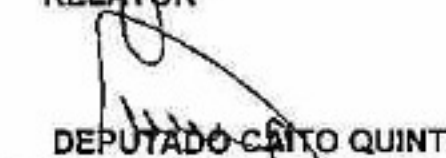
  
DEPUTADO PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO  
PRESIDENTE

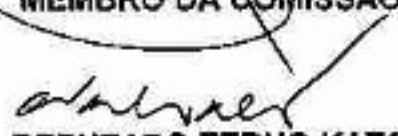
  
DEPUTADO RASCA RODRIGUES  
MEMBRO DA COMISSÃO

  
DEPUTADA MARLA TURECK  
MEMBRO DA COMISSÃO

  
DEPUTADO BERNARDO CARLI  
MEMBRO DA COMISSÃO

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
RELATOR

  
DEPUTADO CAIO QUINTANA  
MEMBRO DA COMISSÃO

  
DEPUTADO TERUO KATO  
MEMBRO DA COMISSÃO

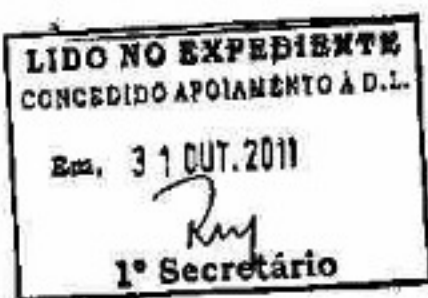


*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gab. Deputado Elio Rusch*

D. L.  
Fls. 02

Projeto de Lei nº

857/11



**Súmula:** Declara de Utilidade Pública o Grupo Escoteiro 25 de Julho, com sede e foro no Município de Marechal Cândido Rondon/PR.

Art. 1º. Fica declarado de Utilidade Pública o Grupo Escoteiro 25 de Julho, com sede e foro no Município de Marechal Cândido Rondon/PR.

Art. 2º. Esta Lei passa a vigorar na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em

Elio Rusch

Deputado Estadual

1451 31/10/2011 15:08:378 Nº 857/11 LEI Nº 857/11 DE 14/04



**JUSTIFICATIVA**

Honrosamente submeto à apreciação de Vossas Excelências o projeto de lei em tela, que tem como escopo declarar de utilidade pública o Grupo Escoteiro 25 de Julho, com sede e foro no Município de Marechal Cândido Rondon/PR.

Trata-se de entidade filantrópica de direito privado com funcionamento autorizado pela União dos Escoteiros do Brasil, sem qualquer caráter político, racial ou de fins lucrativos, de caráter educacional, cultural, beneficente e comunitário.

Considerando os nobres objetivos dessa entidade, bem como o cumprimento de todos os requisitos para a concessão da condição de entidade de utilidade pública, inclusive a apresentação de documentação completa, conclamo aos ilustres pares o apoio e a conseguinte aprovação da presente proposição de lei.

Ainda, em cumprimento aos requisitos específicos que regulam a concessão de título de utilidade pública, conforme previsto na Lei Estadual 16.888/2011, o Deputado ao final subscrito DECLARA ter conhecimento sobre as atividades desempenhadas pela o Grupo Escoteiro 25 de Julho de Marechal Cândido Rondon, bem como da relevância de suas atividades à comunidade local e de seus fins idôneos.

**Deputado Estadual**



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 857/2011**

Projeto de Lei nº. 857/2011  
Autor: Deputado Estadual Elio Rusch

**Súmula:** Declara de Utilidade Pública Estadual o Grupo Escoteiro 25 de Julho, com sede e foro no Município de Marechal Cândido Rondon/PR..

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA**  
**- LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS**  
**PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Elio Rusch, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o *Grupo Escoteiro 25 de Julho, com sede e foro no Município de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná.*

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

---

*Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

D. L.  
Fls. 167  
C

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.  
(grito nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade o esporte, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

**Art. 1º** A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;



**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**

D. L.  
Fls. 168  
C

II - que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumpre ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

**CONCLUSÃO**

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 20 de março de 2012.

**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

**DEPUTADO DUILIO GENARI**  
**RELATOR**



# Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Gabinete do Deputado Estadual  
**STEPHANES JUNIOR**

D. L.

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 08 NOV. 2011

*Ruy*  
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 877/11

Súmula: concede o título de Cidadã Benemerita do Estado do Paraná à senhora CINTIA VIEIRA PEIXOTO.

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadã Benemerita do Estado do Paraná à senhora CINTIA VIEIRA PEIXOTO.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 8 de novembro de 2011.

*Stephanes Junior*  
**STEPHANES JUNIOR**  
Deputado Estadual



# *Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## **JUSTIFICATIVA**



**Cintia Vieira Peixoto**, Nascida em Wenceslau Braz, residente em Curitiba desde 1978.. É Casada com Newton Gomes Rocha Junior. Seus filhos: Antonella Peixoto, Luccas Rocha, Newton Netto

É Editora da Revista Top View , revista regional de Curitiba.

Presidente da ASCORES – Associação dos comerciantes da região da praça Espanha ( Batel Soho ).

### **Atividade de cunho social/filantropico**

- Membro do conselho da Provopar ,

- Membro do conselho do IPCC

Apoia através da revista o Hospital Pequeno Principe,

Apoia também a Escola Nilce Tartucce.

### **Atividades profissionais**

Com o objetivo de valorizar as pessoas de Curitiba e enaltecer atividades desenvolvidas na cidade, nasceu a View editores – Revista Top View e Top View Festas.

Sempre desenvolvemos pautas e editorias mostrando o que se faz de melhor em Curitiba. Artistas plásticos, cartunistas, grafiteiros, designs, arquitetos, comerciantes, chefes de cozinha, ações de cunho social, moda são pauta da revista todos os meses.

Para que estas ações fiquem valorizadas as revistas são customizadas a cada edição, oportunizando mostrar o que de melhor acontece em Curitiba em cada área e/ou segmento.

Valorizar nossa gente e nossas ações, através de ações como o projeto GRAFITE /MURO – em que selecionamos um grafiteiro para interpretar o tema da edição em nosso muro e publicamos o seu trabalho é uma missão da editora.

Acredito que como meio de comunicação regional, é nosso dever contribuir na valorização de nossos artistas e criadores, bem como contribuir na divulgação das ações de caráter social.





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 877/2011**

Projeto de Lei nº 877/2011

Autor: Deputado Estadual Stephanes Junior

**Súmula: CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃ BENEMÉRITA DO ESTADO DO PARANÁ À SENHORA CINTIA VIEIRA PEIXOTO.**

**EMENTA. TÍTULO DE CIDADÃ BENEMÉRITA. LEI 13.115/01 ALTERADA PELAS LEIS 14.667/05 E 16.213/09. POSSIBILIDADE FACE AO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Estadual Stephanes Junior, tem por objetivo conceder o Título de Cidadã Benemerita do Estado do Paraná À **SENHORA CINTIA VIEIRA PEIXOTO.**

**FUNDAMENTAÇÃO**

Dispõe a Lei 13.115 de 14/02/2001 alterada pelas Leis de nº 14.677 de 06/04/2005 e 16.213 de 17 de agosto de 2009:

**Art. 1º. O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa com reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensíveis que tenha prestado relevantes serviços de**



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



abrangência estadual e de contribuição significativa para todo Estado do Paraná e que satisfaça ao menos 4 (quatro) das seguintes condições:  
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

I - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

II - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

III - biografia com registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacional e da cidadania;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

IV - notório conhecimento e saber na área de atuação;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

V - publicações de abrangência estadual em periódicos, jornais, revistas ou outros meios de comunicação.

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Parágrafo único. No momento da propositura devem ser anexadas certidões negativas e criminais, com a finalidade de comprovar sua reputação ilibada, conduta profissional e pessoal irrepreensíveis do homenageado e demais documentos para atendimento ao disposto no caput deste artigo.  
(Incluído pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Diante da previsão legal, verifica-se que cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento da Assembléia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de cidadão honorário, de forma que o parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente Projeto.

No mesmo sentido, diante da informação da liderança através do ofício em anexo, o partido ainda possui quotas para concessão do referido título de cidadão honorário.



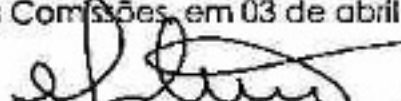
*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

No que tange aos requisitos exigidos pela Lei, estes restam preenchidos, não encontrando óbices para normal tramitação do presente projeto de lei.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, tendo em vista o preenchimento dos requisitos exigidos, **opina-se pela APROVAÇÃO** do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 03 de abril de 2012.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO CAIO QUINTANA  
RELATOR



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

282

D. L.  
Fls. 01  
MB

## PROJETO DE LEI Nº 009/2012.

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 07 FEV 2012

1º Secretário

Declara de Utilidade Pública a Associação Pedagógica Antroposófica Turmalina - APAT, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Pedagógica Antroposófica Turmalina - APAT, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de fevereiro de 2012.

Valdir Rossoni

DEPUTADO ESTADUAL





## JUSTIFICATIVA


A Associação Pedagógica Antroposófica Turmalina – Escola Waldorf Turmalina, foi fundada em 4 de dezembro de 1993, com sede no bairro Campo Comprido em Curitiba.

A Escola atua na educação infantil e hoje possui 149 alunos, do maternal ao oitavo ano.

Trata-se de instituição civil, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, pedagógico e sócio cultural. Conta com parcerias, sócios contribuintes e voluntários para a realização das respectivas atividades em prol do desenvolvimento das crianças.

Tem por finalidade oferecer e buscar condições necessárias para o desenvolvimento da escola, assegurando educação para as crianças independente de classe sócio-econômica.

Sala das Sessões, 06 de fevereiro de 2012.

  
Deputado Valdir Rossoni



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 009/2012**

Projeto de Lei nº. 009/2012

Autor: Deputado Estadual Valdir Rossoni

*Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação Pedagógica Antroposófica Turmalina - APAT, com sede e foro no Município de Curitiba.*

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA  
- LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS  
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Valdir Rossoni, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **Associação Pedagógica Antroposófica Turmalina - APAT**, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.  
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade a educação e o esporte, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que



**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**

no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II - que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

**CONCLUSÃO**

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 20 de março de 2012.

**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

**DEPUTADO DUBIO GENARI**  
**RELATOR**

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PASTOR EDSON PRACZYK

"A diferença que vem de Deus" MI 3:18

Fls. 2

## PROJETO DE LEI nº 102/12

IDO NO EXPEDIENTE  
EXCERDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 19 MAR, 2012

1º Secretário

**Súmula:** Institui no Calendário Oficial do Estado do Paraná, o Dia do Wesleyano, a ser celebrado anualmente no dia 24 de maio.

**Art. 1º.** Fica instituído no Calendário Oficial do Estado do Paraná, o Dia do Wesleyano, a ser celebrado anualmente no dia 24 de maio.

**Art. 2º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19 de março de 2012.

  
PR. EDSON PRACZYK  
Deputado Estadual / PRB

14/35 19/03/2012 001467 DEP EDSON PRACZYK DO 105596



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PASTOR EDSON PRACZYK

"A diferença que vem de Deus" Mt 3:18

D. L.

Fls. 3

## JUSTIFICATIVA:

Na Conferência Geral de junho de 1958 a Igreja Peregrina de Santidade decidiu abrir um trabalho missionário no norte do Brasil. Seguindo esta decisão, o Departamento Geral de Missões Mundiais mandou o primeiro casal missionário para o Brasil em setembro de 1959. Depois de completar um ano de estudos da língua portuguesa em Campinas, estado de São Paulo, mudou-se para Manaus, estado do Amazonas, com o propósito de registrar a nova missão com o governo e de iniciar o trabalho de evangelização. A Missão Evangélica dos Peregrinos do Brasil foi registrada com o governo do estado do Amazonas em junho de 1961.

Um segundo casal missionário chegou no Brasil em setembro de 1960, e depois de completar o curso de Português, juntou-se com os outros em Manaus. Até 1994 oito famílias Americanas já tinham servido como missionários, que, tendo levantado uma igreja nacional, agora trabalham ao lado dela na implantação de novas congregações, na evangelização, e na educação teológica.

Como resultado da fusão em 1968 da Igreja Peregrina de Santidade com a Igreja Metodista Wesleyana da América, a Missão Evangélica dos Peregrinos do Brasil mudou oficialmente o seu nome para Missão dos Wesleyanos do Brasil em 20 de fevereiro de 1970.

Trabalhos evangelísticos e de implantação de igrejas foram realizados em várias localidades da cidade crescente de Manaus, estado do Amazonas. A primeira igreja a ser organizada foi no bairro de Petrópolis em 1962. Desde então igrejas tem sido estabelecidas em diversas partes de Manaus. A primeira igreja estabelecida no interior do estado do Amazonas foi na vila de Itapeçu, município de Urucurituba, em dezembro de 1974. No mês de novembro de 1975 realizou-se a Primeira Assembléia Distrital da Igreja Evangélica Wesleyana na cidade de Manaus, estado do Amazonas. Em 14 de abril de 1983 foram publicados os estatutos da Igreja Evangélica Wesleyana do Distrito do Amazonas, assim criando oficialmente a Igreja Evangélica Wesleyana no Brasil.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PASTOR EDSON PRACZYK

"A diferença que vem de Deus" Mt 3:18

D. L.

Fls. 06

5

**APROVADO**

A Diretoria Legislativa

Em, 21 MAR 2012

1º Secretário

**REQUERIMENTO**

Súmula: Requer REGIME DE URGÊNCIA à tramitação do Projeto de Lei nº 101/2012 que institui no calendário oficial do Estado do Paraná, o Dia do Wesleyano, a ser celebrado anualmente no dia 24 de maio.

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER REGIME DE URGÊNCIA à tramitação do Projeto de Lei nº 101/2012 que institui no calendário oficial do Estado do Paraná, o Dia do Wesleyano, a ser celebrado anualmente no dia 24 de maio, conforme disposto no artigo 181, 182 incisos I e II do Regimento Interno dessa Casa de Leis.

Sala das Sessões, 21 de março de 2012.

PR EDSON PRACZYK

Deputado Estadual/PRB



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI 101/12**

Projeto de Lei nº. 101/12

Autora: Deputado Estadual Edson Praczyk

**Súmula:** Institui o "Dia do Wesleyano", ficando a data incluída no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

**EMENTA:** INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARANÁ O DIA DO WESLEYANO A SER CELEBRADO ANUALMENTE NO DIA 24 DE MAIO. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DO ESTADO PARA LEGISLAR SOBRE CULTURA E FOMENTA-LA, ARTS. 24, X E 215, CAPUT, INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART 65 e 190 da CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. **PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Edson Praczyk, objetiva inserir no Calendário Estadual o "Dia do Wesleyano", a ser comemorado anualmente, no dia 24 do mês de maio.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça - CCJ, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

D. L.

Fls. 13

5

Art. 33 - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislarem concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

IX - educação, cultura, ensino e desporto.

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

D. L.  
Fls. 14  
5

Outrossim, estabelece a **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**, em seu artigo 190, caput, a cultura é de direito de todos e deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais, senão vejamos:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando à realização dos valores essenciais da pessoa.

No que tange a iniciativa do presente projeto, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que o mesmo caberá a qualquer membro da Assembléia Legislativa, consoante se infere:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.  
(grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

D. L.  
Fls. 15  
5

Corroborando com tal entendimento, a **Constituição do Estado do Paraná**, dispõe em seu artigo 65 que:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Desta forma, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais, não estando previamente inserido no Calendário Oficial do Estado do Paraná.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 27 de março de 2012.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**

**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO TADEU VENERI**

**RELATOR**





## COMISSÃO DE CULTURA

### PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 101/2012

#### I – SÍNTESE FÁTICA

O Deputado Estadual Pastor Edson Praczyk propôs o Projeto de Lei nº 101/2012, com o intuito de inserir, no Calendário Oficial do Estado do Paraná, a o dia do Wesleyano a ser realizada, anualmente, no dia 24 de maio.

Após criteriosa análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do ilustre Deputado Tadeu Veneri, o Projeto foi aprovado, ante a ausência de quaisquer vícios de ordem constitucional ou legal.

Desse modo, caberá a análise desta Comissão de Cultura acerca do mérito do projeto, merecendo aprovação também nesta comissão, consoante se passará a demonstrar.

#### II – MÉRITO

Pois bem, segundo estabelece o art. 33-R do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, cabe à Comissão de Cultura a análise de proposições que versem sobre desenvolvimento cultural, arqueológico, artístico e ao patrimônio histórico.

Desse modo, a competência para análise deste projeto é indubitosa, uma vez que o projeto versa sobre a instituição de um dia comemorativo para determinada religião, e quaisquer realizações comemorativas relacionadas diretamente com aspectos culturais da colonização de nosso povo.

A Lei Fundamental da República Federativa do Brasil – Constituição Federal de 1988 –, estabeleceu como integrante do patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial. Aliado a isso, é



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.  
Fls. 20  
C

inegável que embora o Estado brasileiro seja laico, as religiões fazem parte do processo histórico de formação do Estado Brasileiro.

Relembre-se, por oportuno, que o Cristianismo é uma das características mais marcantes do Estado brasileiro, basta se atentar para os diversos feriados de cunho religioso previstos no calendário oficial de nosso país.

Isso comprova que todas as religiões brasileiras que pregam o Cristianismo contribuem, diretamente, para a disseminação da cultura inerente à história de nosso povo. Em alguns recantos de nosso país, a religião chega a se confundir com a própria cultura local, como exemplo, vale citar o caso de Padre Cícero, no Nordeste brasileiro, pois o referido personagem é parte inegável da cultura do povo daquela região. Desse modo, é indubitoso que símbolos ligados às religiões cristianistas fazem parte de nossa cultura, o que, por consequência, os torna patrimônio cultural imaterial de nosso país.

Ademais, caberá ao Estado incentivar os atos que valorizem as diversas formas de nossa cultura. Aliás, isso fica ainda mais evidente da leitura do art. 215 do texto Constitucional, *in verbis*:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, o apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme se verifica da simples leitura do dispositivo, caberá ao Estado o apoio e incentivo para a difusão das manifestações culturais, sobretudo aquelas que estão absolutamente enraizadas em nosso povo, como são os símbolos cristianistas.

Nesse contexto, o Projeto objeto de análise desta Comissão de Cultura merece aprovação com congratulações, por auxiliar diretamente na concretização das diretrizes previstas na Lei Fundamental, como é o dispositivo constitucional que determina ao Poder Público apoiar as questões culturais.

R

C



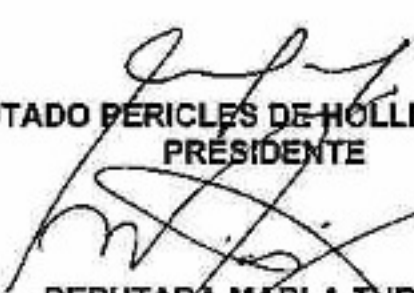
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

D. L.  
Fls. 21  
C


III - CONCLUSÃO

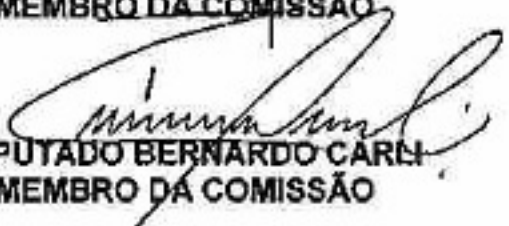
Pelo exposto acima, o parecer deste relator opina pela aprovação do presente Projeto de Lei, posto que está em absoluta consonância com o ordenamento jurídico brasileiro e paranaense.

10/04/12

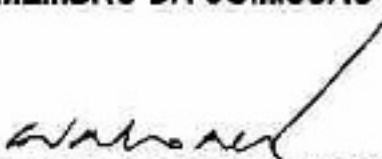
  
DEPUTADO PERICLES DE HOLLEBEN MELLO  
PRESIDENTE

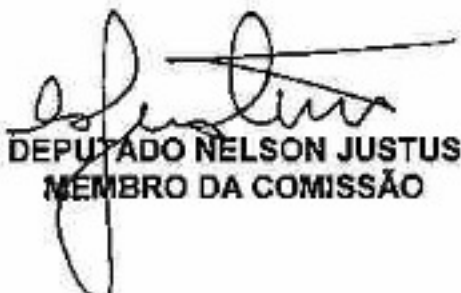
  
DEPUTADA MARLA TURECK  
RELATOR

  
DEPUTADO RASCA RODRIGUES  
MEMBRO DA COMISSÃO

  
DEPUTADO BERNARDO CARMO  
MEMBRO DA COMISSÃO

DEPUTADO CAÍTO QUINTANA  
MEMBRO DA COMISSÃO

  
DEPUTADO TERUO KATO  
MEMBRO DA COMISSÃO

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
MEMBRO DA COMISSÃO





**ANTEPROJETO DE LEI N.º 119/2012**

Súmula: Institui o Pagamento por Serviços Ambientais, em especial os prestados pela Conservação da Biodiversidade, integrante do Programa Bioclima Paraná, bem como dispõe sobre o Biocrédito, e dá outras providências.

Art. 1.º Fica instituído o Pagamento por Serviços Ambientais – PSA, visando realizar pagamentos como incentivo monetário para proprietários e posseiros de imóveis que possuam áreas naturais preservadas que prestem serviços à conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos no Estado do Paraná.

Art. 2.º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I – serviços ambientais: as funções prestadas pelos ecossistemas naturais conservados, imprescindíveis para a manutenção das condições ambientais adequadas à sadia qualidade de vida, funções estas que podem ser restabelecidas, recuperadas, restauradas, mantidas e melhoradas pelos proprietários ou posseiros;

II – pagamento por serviços ambientais: a transação contratual através da qual o beneficiário ou usuário do serviço ambiental transfere a um provedor de serviços ambientais os recursos financeiros ou outras formas de remuneração, nas condições pactuadas, respeitadas as disposições legais e regulamentares pertinentes;

III – pagador de serviços ambientais: a pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que se encontrar na condição de beneficiário ou usuário de serviços ambientais, em nome próprio ou de uma coletividade;

IV – provedor de serviços ambientais: todo o proprietário ou posseiro, pessoa física ou jurídica, que, preenchidos os critérios de elegibilidade definidos nesta Lei, mantém, restabelece, recupera, restaura ou melhora ecossistemas naturais que prestam serviços ambientais.

Art. 3.º O Pagamento por Serviços Ambientais – PSA – relativo à Conservação da Biodiversidade será implementado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, integrando o Programa Bioclima Paraná.





**Parágrafo único.** O Programa Bioclima Paraná tem por objetivo estabelecer estratégias, incentivos e mecanismos para a conservação, restauração, recuperação e melhoria da qualidade da biodiversidade, visando à manutenção de serviços ecossistêmicos, à preservação e à restauração de processos ecológicos essenciais, ao manejo sustentável das espécies, incluindo ações de mitigação e adaptação às alterações decorrentes das mudanças climáticas, buscando assegurar o desenvolvimento socioeconômico sustentável, de forma a garantir a melhoria da qualidade de vida.

Art. 4.º A implementação do Pagamento por Serviços Ambientais – PSA – pela SEMA dar-se-á nas modalidades seguintes:

- I – Biodiversidade;
- II – Unidades de Conservação;
- III – Recuperação da Vegetação Nativa, Captura, Fixação e Estoque de Carbono;
- IV – Conservação de Recursos Hídricos.

Art. 5.º Só poderão pleitear os benefícios do Pagamento por Serviços Ambientais – PSA os proprietários e posseiros de imóveis rurais que mantenham as áreas de preservação permanente e as de reserva legal devidamente conservadas e averbadas na Matrícula do imóvel, devidamente inscritas no SISLEG – Sistema Estadual de Manutenção, Recuperação e Proteção da Reserva Legal e das Áreas de Preservação Permanente, instituído pelo Decreto n.º 387, de 2 de março de 1999, com os critérios, normas, procedimentos e conceitos aprovados pelo Decreto Estadual n.º 3.320, de 12 de julho de 2004, observadas as demais normas aplicáveis.

**Parágrafo único.** Os proprietários e posseiros de imóveis localizados em áreas urbanas podem pleitear os benefícios do PSA, observadas as condições estabelecidas nessa Lei e em seu Regulamento, bem como as disposições do Plano Diretor Municipal respectivo.

Art. 6.º São requisitos gerais e imprescindíveis para a participação no Pagamento de Serviços Ambientais – PSA:

- I – enquadramento e habilitação numa das modalidades previstas nos incisos do artigo 4.º dessa Lei;
- II – certidões negativas de débitos ambientais;
- III – formalização de instrumento contratual específico.





**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**Parágrafo único.** Os requisitos específicos para a participação no Pagamento de Serviços Ambientais – PSA e as condições de implementação, monitoramento e avaliação serão definidas em Regulamento do Poder Executivo.

Art. 7.º São critérios de elegibilidade para a participação no Pagamento por Serviços Ambientais, na categoria de Provedor:

**I – Conservação da Biodiversidade:**

a) remanescentes de vegetação nativa excedentes às áreas de preservação permanente e de reserva legal, caracterizados como áreas naturais com vegetação primária ou secundária, em estágio médio ou avançado de sucessão vegetal, considerando-se prioritários os imóveis situados em Áreas Estratégicas para a Conservação da Biodiversidade no Estado do Paraná, definidas pela SEMA;

b) excepcionalmente, vegetação nativa em áreas de preservação permanente e de reserva legal que se encontrem em estágio inicial de sucessão ou recuperação poderão ser elegíveis, desde que possuam potencial de conectividade com outros fragmentos de áreas naturais, inseridas nas Áreas Estratégicas para a Conservação da Biodiversidade no Estado do Paraná, definidas pela SEMA e, no caso de áreas em recuperação, mediante a formalização de compromisso, escalonando-se o pagamento de acordo com a sua qualidade ambiental.

**II – Unidades de Conservação do Grupo de Proteção Integral e áreas inseridas em Unidades de Conservação do Grupo de Uso Sustentável, de acordo com a sua qualidade ambiental, sendo consideradas como prioritárias as Reservas Particulares do Patrimônio Natural.**

**III – Recuperação de florestas e outras formas de vegetação nativa, com ênfase na formação de corredores ecológicos, ampliação da cobertura vegetal natural, em especial nas áreas degradadas e na captura, fixação e permanência de carbono.**

**IV – Conservação de Recursos Hídricos, comportando os remanescentes de florestas e demais formas de vegetação nativa que configurem ações incrementais às previstas nas normas legais e regulamentares, observado o inciso I deste Artigo, que representem serviços ambientais de conservação da qualidade da água e incremento da disponibilidade hídrica em mananciais de abastecimento público.**

Art. 8.º Fica instituído o Cadastro de Pagamento por Serviços Ambientais – CPSA como um dos mecanismos do PSA.



**Parágrafo único.** O Cadastro de Pagamento por Serviços Ambientais – CPSA será de domínio público, coordenado pela SEMA e por suas vinculadas, e poderá ser operado por entidades do terceiro setor, sem fins lucrativos, por instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, em parceria ou individualmente, respeitadas as normas legais e regulamentares.

Art. 9.º Os critérios para estabelecer o valor do Pagamento por Serviços Ambientais – PSA serão quali-quantitativos, baseados no tamanho do imóvel e da área de cobertura vegetal nativa conservada, na qualidade biótica do remanescente preservado e na região fitogeográfica onde estiver inserido, conforme dispuser o Regulamento desta Lei.

**Parágrafo único.** O Pagamento por Serviços Ambientais – PSA será imediatamente suspenso se o beneficiário descumprir quaisquer das cláusulas do documento firmado e na hipótese de cometimento de dano ambiental ou atos lesivos ao meio ambiente.

Art. 10. Os procedimentos técnicos e legais para a qualificação dos imóveis habilitados a participar do PSA, por participação voluntária do proprietário ou posseiro, bem como a operacionalização do Cadastro do PSA serão estabelecidos em Regulamento do Poder Executivo.

Art. 11. Fica denominado BIOCRÉDITO o conjunto dos recursos financeiros, públicos e privados, destinados à implementação da Política Estadual da Biodiversidade e da Política Estadual sobre a Mudança do Clima, constituindo um dos seus mecanismos o Pagamento por Serviços Ambientais – PSA.

§ 1.º O Fundo Estadual do Meio Ambiente – FEMA e o Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FERH/PR manterão contas específicas para operar com os recursos públicos destinados ao BIOCRÉDITO, observados os critérios estabelecidos nesta Lei e em seu Regulamento.

§ 2.º O BIOCRÉDITO contará com outras alternativas de incentivo às Políticas Estaduais de Conservação da Biodiversidade e sobre Mudanças do Clima, dentre as quais o apoio à constituição de fundos privados e às certificações da biodiversidade, destinadas em especial aos recursos oriundos da iniciativa privada e do terceiro setor, inclusive os do mercado de carbono, atendidas as disposições desta Lei e do seu Regulamento.

Art. 12. O Regulamento da presente Lei definirá as prioridades da aplicação dos recursos do BIOCRÉDITO, atendendo às regiões fitogeográficas mais ameaçadas, obedecendo à seguinte ordem:

I – imóveis inseridos na Floresta Ombrófila Mista e ecossistemas associados, em especial o campo nativo;

II – imóveis inseridos no Cerrado;





**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

III – imóveis inseridos na Floresta Estacional Semidecidual;

IV – imóveis inseridos na Floresta Ombrófila Densa.

§ 1.º As áreas úmidas, onde quer que se localizem, são consideradas prioritárias.

§ 2.º O mapeamento das Áreas Estratégicas para a Conservação da Biodiversidade no Estado do Paraná deverá ser atualizado a cada 2 (dois) anos e servirá como base para o Regulamento desta Lei.

Art. 13. A adesão dos Municípios ao Programa Bioclima Paraná será formalizada através de convênio com o Governo Estadual, através da SEMA, com destaque para o compromisso de monitorar as áreas cadastradas para recebimento de PSA em seus territórios, incentivando e promovendo a conservação dos ambientes naturais.

**Parágrafo único.** Os imóveis candidatos ao recebimento do PSA, quando inseridos em Município que tiver aderido ao Programa Bioclima Paraná, receberão atendimento preferencial.

Art. 14. Fica acrescido o § 3.º ao artigo 2.º da Lei n.º 12.945, de 5 de setembro de 2000, com a seguinte redação:

“Art. 2.º (...)

§ 3.º – O Fundo Estadual do Meio Ambiente – FEMA manterá conta específica destinada ao BIOCRÉDITO, composta pelos seguintes recursos públicos:

I – dotações orçamentárias e demais recursos oriundos de receitas públicas;

II – transferências, doações, legados e congêneres, realizadas por entidades nacionais e agências bilaterais ou multilaterais de cooperação internacional ou, conforme dispuser o Regulamento, de quaisquer outras pessoas físicas e jurídicas;

III – rendimentos que venham a auferir como remuneração decorrente de aplicação financeira;

IV – recursos decorrentes de acordos, convênios, parcerias, ajustes e contratos firmados com órgãos públicos e entidades privadas e do terceiro setor, nacionais, estrangeiras ou internacionais e agências de cooperação internacional, bilaterais ou multilaterais;

V – créditos de carbono do mercado regulado ou do mercado voluntário;

VI – recursos decorrentes da cobrança de inscrição no Cadastro Técnico de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras de Recursos Ambientais;





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

VII – recursos oriundos de fundos destinados à conservação da biodiversidade, da sadia qualidade de vida, da sustentabilidade e dos recursos naturais e de mudanças climáticas;

VIII – recursos decorrentes da utilização com fins econômicos dos recursos naturais, com base no princípio do usuário-pagador, a ser fixado em todos os procedimentos de licenciamento ambiental, inclusive naqueles onde não for exigido estudo prévio de impacto ambiental;

IX – recursos decorrentes do controle da poluição veicular;

X – quaisquer outras fontes de recursos relacionados à conservação da biodiversidade, mudanças climáticas, recursos hídricos e utilização dos recursos naturais, inclusive de compensações ambientais que não tenham destinação específica prevista em Lei."

Art. 15. Fica acrescido o § 10 ao artigo 22 da Lei n.º 12.726, de 26 de novembro de 1.999, com a seguinte redação:

"Art. 22 – (...)

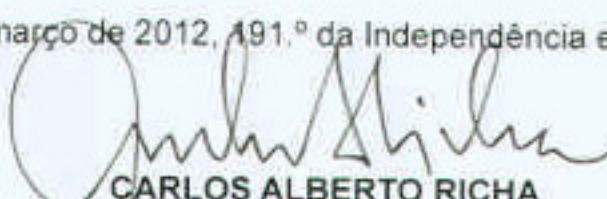
§ 10 Os recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FRHI/PR, além da finalidade prevista no *caput* deste artigo, poderão ser utilizados para Pagamento de Serviços Ambientais – PSA relacionados à conservação dos recursos hídricos, conforme regulamentação a ser expedida."

Art. 16. A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA apresentará proposta de Regulamento da presente Lei ao Chefe do Poder Executivo em 90 (noventa) dias, assim como editará as normas complementares para o efetivo cumprimento da Lei e do Regulamento, se necessárias.

Art. 17. Na implantação da presente Lei haverá observância aos arts. 14 a 17 da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 18. A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 13 de março de 2012, 191.º da Independência e 124.º da República.



**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado

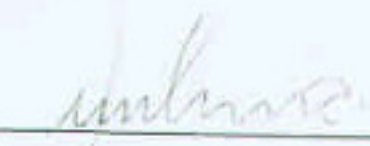


**Lei Complementar nº 101/2000.**

Em conformidade com o artigo 16, item I, da Lei Complementar nº 101/2000 de 04 de maio de 2000, informamos que o impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, dependerão de definições e regulamentações da formalização do presente anteprojeto de Lei, a serem definidas por normas complementares, que comporão a carteira (recursos financeiro) do PSA – Pagamento por Serviços Ambientais, definidos no artigo 11 do presente anteprojeto, sendo caracterizado como recursos de outras fontes, e a despesa será efetuada somente com os recursos arrecadados definidos, não onerando o Tesouro Geral do Estado.

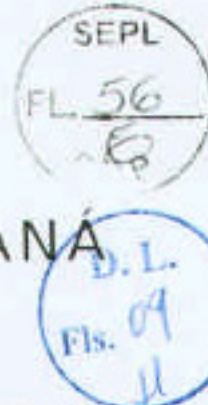
**DECLARAÇÃO DE PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA.**

Declaro, sob as penas da Lei, e em conformidade com a Lei Complementar nº 101/2000 de 04 de maio de 2000, que as receitas e consequentes despesas, do presente anteprojeto de lei, tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual para o presente exercício, compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

  
\_\_\_\_\_  
**João Carlos Diana**  
**Diretor Geral**



# GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ



n413

## SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E PROGRAMAÇÃO

### INFORMAÇÃO Nº 215/2012

INTERESSADO: Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA.

ASSUNTO: Minuta de anteprojeto de lei que institui o Pagamento por Serviços Ambientais de Conservação da Biodiversidade e Biocrédito.

PROTOCOLO: nº 11.185.048-8

Informamos que, de acordo com documento do Diretor Geral da SEMA, João Carlos Diana, à página 53 do presente protocolo, o anteprojeto de lei de que trata este pleito passará por posteriores definições e regulamentação que influenciarão o impacto orçamentário do mesmo.

Cabe ressaltar também que, de acordo com mesma informação, este anteprojeto não onera o Tesouro Geral do Estado, por utilizar somente os recursos provenientes da implementação da própria lei.


É a informação.

Curitiba, em 08 de março de 2012.

  
ROGI LAÉRCIO RUSCH  
Assessor Técnico

Visto, 08/03/2012

Encaminhe-se à Coordenadora da COP/SEPL.

  
ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE  
Chefe da Divisão de Economia e Infraestrutura

De acordo, 08/03/2012.

Encaminhe-se à DG/SEPL.

  
ELIZABETH CRISTINA DE AZEVEDO  
Coordenadora da COP/SEPL





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

Palácio Iguaçu – Curitiba, 13 de março de 2012  
OF CEE/G 052/12

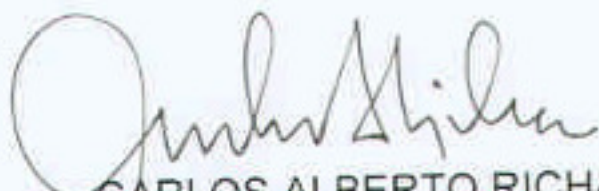


I – À DAP para leitura no expediente  
II – À D L para providências.  
Em, 27/03/2012  
Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 05/2012, relativa ao Anteprojeto de Lei que objetiva instituir o Pagamento por Serviços Ambientais, em especial os prestados pela Conservação da Biodiversidade, integrante do Programa Bioclima Paraná, bem como dispor sobre o Biocrédito.

Atenciosamente,

  
CARLOS ALBERTO RICHA  
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**MENSAGEM N.º 05/2012**

Curitiba, 13 de março de 2012

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Casa de Leis, o incluso Anteprojeto de Lei que objetiva instituir o Pagamento por Serviços Ambientais, em especial os prestados pela Conservação da Biodiversidade, integrante do Programa Bioclima Paraná, bem como dispor sobre o Biocrédito.

O Anteprojeto de Lei proposto está em consonância com o que de mais moderno a legislação brasileira contempla, inclusive com os desdobramentos nacionais da Convenção Internacional da Diversidade Biológica, assinada em 1992, no Rio de Janeiro, e a Lei da Mata Atlântica, em vigor desde dezembro de 2006, dentre outras normas, considerando:

- 1) os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil ao assinar a Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD, em 1992, aprovada pelo Decreto Legislativo n.º 2, de 3 de fevereiro de 1994 e promulgada pelo Decreto Federal n.º 2.519, de 16 de março de 1998;
- 2) as disposições do art. 23, incisos III e VII; do art. 24, incisos VI e VII e art. 225, § 1.º, incisos I, III e VII, todos da Constituição brasileira de 1988;
- 3) a implementação da Política Nacional da Biodiversidade, observados os princípios e diretrizes estabelecidos no Decreto Federal n.º 4.339, de 22 de agosto de 2002 e normas decorrentes;

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR  
Inplicit prot. n.º 11.185.048-8





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO

Gabinete do Governador

4) o dever do Estado de incentivar atividades privadas de conservação ambiental, conforme disposto no art. 207, § 1.º, inciso XVIII, da Constituição do Paraná de 1989;

5) o art. 103 da Lei n.º 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que institui a Política Agrícola, prevendo, dentre outras disposições, que o Poder Público, através dos órgãos competentes, concederá incentivos especiais ao proprietário rural que preservar e conservar a cobertura florestal nativa existente na propriedade; recuperar com espécies nativas ou ecologicamente adaptadas as áreas já devastadas de sua propriedade; sofrer limitação ou restrição no uso de recursos naturais existentes na sua propriedade, para fins de proteção dos ecossistemas, mediante ato do órgão competente, federal ou estadual;

6) as diretrizes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, instituído pela Lei Federal n.º 9.985, de 18 de julho de 2000 e regulamentado pelo Decreto n.º 4.340, de 22 de agosto de 2002;

7) a Lei Federal da Mata Atlântica, de n.º 11.428, editada em 22 de dezembro de 2006, que trata da conservação, proteção, regeneração e utilização sustentável desse importante Patrimônio Nacional;

8) a Lei Estadual n.º 10.066, de 27 de julho de 1992 com as alterações posteriores, que cria a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA e o Instituto Ambiental do Paraná – IAP e o seu Regulamento, aprovado pelo Decreto n.º 1.502, de 4 de agosto de 1992, com alterações posteriores;

9) as disposições do Estatuto Estadual de Apoio à Conservação da Biodiversidade em Terras Privadas no Paraná, aprovadas pelo Decreto n.º 1.529, de 2 de outubro de 2007;

10) a necessidade de proteger emergencialmente os remanescentes de vegetação nativa, com especial ênfase aos que se encontram sob dominialidade privada;

11) a importância do reconhecimento aos produtores rurais que preservam e conservam os últimos remanescentes de vegetação nativa no Estado do Paraná;

12) que para a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO, em documento de 2009, o pagamento por serviços ambientais representa uma ligação entre o desenvolvimento da agricultura e a redução da pobreza, tendo em vista que essas mudanças podem fortalecer a qualidade dos recursos naturais manejados pelas populações locais e melhorar o meio ambiente local e global;





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO

Gabinete do Governador

13) que o reconhecimento da gestão dos recursos naturais como importante pilar do desenvolvimento sustentável foi enfatizado com a adoção dos Oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) das Nações Unidas, em 2000, e que os ODM visam implementar medidas para reduzir a pobreza nos países mais pobres do mundo até 2015 (SCHERL *et al.*, 2006, p. 18);

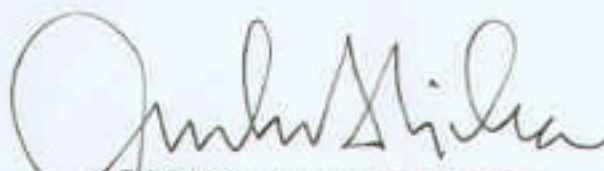
14) a necessidade do combate à pobreza e às desigualdades sociais, através da conservação da biodiversidade como instrumento de geração de trabalho e renda local, contribuindo para a emancipação do agente conservacionista, principal aliado ao processo educativo;

15) a situação crítica de ecossistemas como os campos naturais e da cobertura florestal paranaense, em especial as formações florestais com araucária;

16) a necessidade de se fomentar novos instrumentos, que possibilitem criar novas alternativas para a preservação de áreas naturais.

Dessa forma, insofismável que com a aprovação da presente proposta o Estado do Paraná contará com um instrumento moderno e de fácil aplicação para dar continuidade aos esforços públicos e privados de conservação da biodiversidade e proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado, dando atendimento ao que propugnam as Constituições Federal e Estadual, pelo que se pede, respeitosamente, sua aprovação e encaminhamento e a determinação de cumprimento das demais providências de praxe.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

  
**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 119/12**

Projeto de Lei nº.119 /12

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 05/12

**Súmula:** Institui o pagamento por serviços ambientais, em especial os prestados pela conservação da biodiversidade, integrante do Programa Bioclima Paraná, bem como dispõe sobre o biocrédito, e da outra providências.

**EMENTA:** INSTITUI O PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS POR SERVIÇOS PRESTADOS PELA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. POSSIBILIDADE. REGIMENTO INTERNO ART. 124. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 13; 65 e 66 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. LEGAL. CONSTITUCIONAL. PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por escopo instituir o pagamento por serviços ambientais, em especial os prestados pela conservação da biodiversidade, integrante do Programa Bioclima Paraná, bem como dispor sobre o biocrédito.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A – Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

**Art. 124.** A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Em consonância com o Regimento Interno desta Casa, a Constituição Estadual, em seu art. 65, estabelece que:

**Art. 65.** A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

D. L.  
Fls. 22  
U

Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Deste modo, resta-se evidenciada a capacidade de iniciativa do Governador para realizar a propositura do referido projeto de lei.

Já, com relação à competência, é importante destacar que a Constituição do Estado do Paraná determina como competência concorrente entre o Estado e a União legislar sobre direito tributário, conforme segue:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

(...)

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção ao meio ambiente e controle da poluição;

(Grifos Nossos)

Ademais, em análise ao art. 66 da Constituição do Estado do Paraná, verifica-se a **competência privativa do Governador do Estado:**

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública. (grifos nossos)





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

D. L.  
Fls. 23  
C

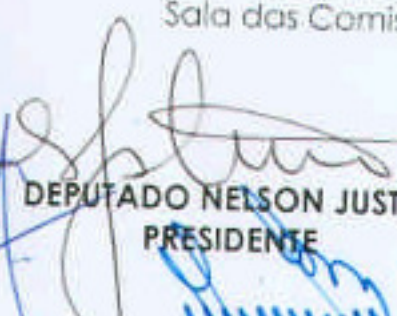
Para finalizar, devemos observar que o projeto de lei está de acordo com a que dispõe a Lei Complementar Federal nº. 101/00, vide declarações em anexo ao referido projeto.

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém o poder de iniciativa e a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 28 de março de 2012.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO ADEMAR TRAIANO  
RELATOR

  
Cesar S. Filho



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

DL

Fls. 26

## REQUERIMIENTO

APROVADO

À Diretoria Legislativa.

Em. 02 APR. 2012

1º Secretário

Requer "Regime de Urgência" para a votação dos Projetos de Lei 125/2012, 119/2012 e 86/2012.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 181 do Regimento Interno desta Casa, requer, após ouvido o Douto Plenário, "*Regime de Urgência*" para a tramitação dos Projetos de Lei 125/2012, 119/2012 e 86/2012, todos de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 02 de abril de 2012.

Deputado **Ademar Traiano**  
Lider do Governo

Principles of  
Refinement

2-2-14-  
Maurice Ribeiro Gomes





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 119/12**

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 05/12, que institui o pagamento por serviços ambientais, em especial os prestados pela conservação da biodiversidade, integrantes do Programa Bioclima Paraná, bem como dispõe sobre o Biocrédito, e dá outras providências.

Convém, preliminarmente salientar que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Ademar Traiano e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

No que compete a esta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que a implantação da proposta observará os preceitos contidos na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Observe-se que o objeto do Projeto em tela, está em consonância com o art. 65, da Constituição Estadual, onde observa-se a competência privativa do Governador do Estado. Denota-se ainda, que no art. 13 da Carta Estadual, a competência do Estado é concorrentemente com a União sobre o proposto pelo presente projeto de lei.

De igual modo, percebe-se que no art. 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis, está assegurada ao Governador a iniciativa de projetos dessa natureza.

Isto posto, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



Sala das Comissões

04/04/12

DEPUTADO ADEMIR BIER  
PRESIDENTE

DEPUTADO ELIO RUSCH  
RELATOR





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Ecologia e Meio Ambiente*

DL  
Fls. 34  
C

**PARECER AO PROJETO DE LEI 119/12**

Chamada esta Comissão de Ecologia e Meio Ambiente a se manifestar sobre o Projeto de Lei 119/12, oriundo da Mensagem 005/12, que institui o pagamento por serviços ambientais, em especial os prestados pela conservação da biodiversidade, integrantes do Programa Bioclima Paraná bem como dispõe sobre o Biocrédito, passa a emitir seu parecer em conformidade com o que preceitua o art. 33-K do Regimento Interno.

O Anteprojeto de Lei proposto está em consonância com o que de mais moderno a legislação brasileira contempla, inclusive com os desdobramentos nacionais da Convenção Internacional da Diversidade Biológica, assinada em 1992, no Rio de Janeiro, e a Lei da Mata Atlântica, em vigor desde dezembro de 2006, dentre outras normas.

Fica assim clara a necessidade da aprovação da presente proposta pois a mesma será um moderno instrumento de fácil aplicação para dar continuidade aos esforços públicos e privados de conservação da biodiversidade e proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado, dando atendimento ao que propugnam as Constituições Federal e Estadual.

Imperioso salientar ainda que o Projeto recompensa os agricultores responsáveis que asseguram nosso Estado como um grande produtor rural do Brasil, mas que desempenham papel fundamental na preservação do meio ambiente no território paranaense.

Observa-se, portanto, que o projeto tem grande interesse público. Sendo assim, esta comissão é **FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei 119/12, podendo o mesmo prosseguir com a sua tramitação regimental.

É o Parecer.

Sala das Comissões, 11 de abril de 2012.

  
Deputado Pedro Lupion  
Relator

  
Khury

  
Moraes

  
Moraes

  
Moraes





~~ANTE~~PROJETO DE LEI N.º 125/2012

Súmula: Institui a Política Estadual sobre Mudança do Clima e dá outras providências.

Art. 1.º Esta Lei institui a Política Estadual sobre Mudança do Clima e fixa seus princípios, objetivos, instrumentos e suas diretrizes.

**Parágrafo único.** A Política Estadual sobre Mudança do Clima norteará a elaboração do Plano Estadual sobre Mudança do Clima, bem como outros planos, programas, projetos e ações relacionados, direta ou indiretamente, à mudança do clima.

Art. 2.º Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

I – Ações de Mitigação Nacionalmente Apropriadas: expressão traduzida do termo em inglês “Nationally Appropriate Mitigation Actions – NAMA”, são medidas de mitigação adequadas a cada país em desenvolvimento, no contexto da sustentabilidade, com o apoio tecnológico, financeiro e de capacitação adequados, de maneira que possam ser mensurados, relatados e verificados;

II – Adaptação: iniciativas e medidas para reduzir a vulnerabilidade dos sistemas naturais e humanos frente aos efeitos atuais e esperados da mudança do clima;

III – Efeitos adversos da mudança do clima: alterações resultantes da mudança do clima no meio físico ou na biota que tenham efeitos nocivos significativos sobre a composição, resiliência ou produtividade de ecossistemas naturais e manejados conforme condições ambientais atuais, sobre o funcionamento de sistemas socioeconômicos ou sobre a saúde e o bem-estar dos seres vivos;

IV – Eventos climáticos extremos: eventos que representam grandes desvios de um estado meteorológico ou climático moderado e ocorrem em escalas que podem variar desde dias até milênios;

V – Emissões: liberação de gases de efeito estufa na atmosfera;

VI – Fonte: processo ou atividade que libere na atmosfera um gás de efeito estufa;





VII – Gases de Efeito Estufa – GEE: constituintes gasosos da atmosfera, naturais e antrópicos, capazes de absorver e reemitir a radiação infravermelha;

VIII – Impacto: consequências da mudança do clima nos sistemas naturais e humanos;

IX – Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa: é o levantamento, para fins de quantificação e contabilização, das emissões por fontes e setores, para proposição de medidas de mitigação e adaptação de gases de efeito estufa, seja em âmbito privado ou público;

X – Mitigação: mudanças e substituições tecnológicas que reduzam o uso de recursos e as emissões por unidade de produção, bem como a implementação de medidas que reduzam as emissões de gases de efeito estufa e aumentem os sumidouros;

XI – Mudança do clima: toda e qualquer mudança que possa ser direta ou indiretamente atribuída à atividade humana, que altere a composição da atmosfera mundial e que se some àquela provocada pela variabilidade climática natural observada ao longo de períodos comparáveis;

XII – Sistema climático: totalidade da atmosfera, hidrosfera, biosfera e geosfera e suas interações;

XIII – Sumidouro: processo, atividade ou mecanismo que remova da atmosfera um gás de efeito estufa;

XIV – Vulnerabilidade: grau de susceptibilidade de um sistema aos efeitos adversos da mudança climática, ou sua incapacidade de administrar esses efeitos, incluindo extremos ou a variabilidade climática. A vulnerabilidade depende do caráter, da dimensão e da taxa de variação climática a que um sistema é exposto, sua sensibilidade e capacidade de adaptação.

Art. 3.º São princípios da Política Estadual sobre Mudança do Clima:

I – da proteção do sistema climático;

II – da prevenção;

III – da precaução;

IV – do poluidor-pagador;

V – do conservador-beneficiário;

VI – do desenvolvimento sustentável;





VII – da informação, da transparência e da participação;

VIII – da responsabilidade comum, porém diferenciada.

Art. 4.º São objetivos da Política Estadual sobre Mudança do Clima:

I – incentivar e implementar ações de controle e redução progressiva das emissões antrópicas por fontes e setores e a remoção por sumidouros, incluindo projetos voltados à geração de créditos de carbono e às Ações de Mitigação Nacionalmente Apropriadas, definidas pelo Governo Federal;

II – incentivar, implementar e monitorar políticas públicas para desenvolvimento de processos técnicos e tecnologias baseadas em recursos renováveis;

III – identificar e avaliar os impactos das mudanças climáticas, definindo e implementando medidas de adaptação nas comunidades locais, em particular naquelas especialmente vulneráveis aos efeitos adversos;

IV – estimular mecanismos financeiros e políticas públicas para o desenvolvimento de projetos florestais relacionados à captura de carbono em atividades de plantio ou ao desmatamento e degradação florestal evitados;

**Parágrafo único.** Os objetivos da Política Estadual sobre Mudança do Clima deverão estar em consonância com o desenvolvimento sustentável, buscando a proteção da biodiversidade, o crescimento econômico e a redução da desigualdade social.

Art. 5.º São diretrizes da Política Estadual sobre Mudança do Clima:

I – ações de mitigação de emissões antrópicas;

II – medidas de adaptação para reduzir os efeitos adversos da mudança do clima e a vulnerabilidade dos sistemas ambiental, social e econômico;

III – promoção e fomento à pesquisa, ao desenvolvimento, à inovação e à difusão de tecnologias, processos e práticas orientadas à consecução dos objetivos desta Lei;

IV – criação e utilização de instrumentos econômicos, financeiros e fiscais para a promoção dos objetivos, diretrizes, ações e programas previstos nesta Lei;

V – promoção de ações e projetos voltados à educação e à sensibilização sobre as causas e efeitos da mudança do clima com o objetivo de estimular a adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo;

VI – incentivo e fomento ao aumento da matriz energética renovável do Estado;





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

- VII – promoção da competitividade de bens e serviços menos emissores de carbono;
  - VIII – incentivo às práticas agrícolas que contribuam para a adaptação e a mitigação das mudanças climáticas;
  - IX – estímulo ao transporte sustentável, menos poluente, dando prioridade ao transporte coletivo ou ao não motorizado;
  - X – preservação, conservação, restauração e recuperação dos recursos naturais e da biodiversidade, com particular atenção ao Bioma Mata Atlântica;
  - XI – aperfeiçoamento e garantia da observação sistemática e precisa do clima e suas manifestações no território estadual e áreas oceânicas contíguas;
  - XII – capacitação da Defesa Civil Estadual e apoio às Defesas Civas municipais para gestão de desastres de origem climática;
  - XIII – levantamento dos impactos e das vulnerabilidades dos sistemas físico, biológico, econômico e social relativos às mudanças climáticas;
  - XIV – apoio e estímulo a projetos para a captura de carbono e redução do desmatamento e degradação florestal.
- Art. 6.º São instrumentos da Política Estadual sobre Mudança do Clima:
- I – a Política Nacional e o Plano Nacional sobre Mudança do Clima;
  - II – o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, o Fundo Estadual do Meio Ambiente – FEMA e o Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FRHI/PR;
  - III – o Plano Estadual sobre Mudança do Clima;
  - IV – o Registro Estadual de Emissão, Redução e Captura de Gases de Efeito Estufa;
  - V – a Comunicação Estadual sobre Mudança do Clima;
  - VI – o monitoramento climático estadual;
  - VII – o monitoramento do ciclo hidrológico estadual;
  - VIII – medidas econômicas, financeiras, fiscais e tributárias destinadas à mitigação de emissões, incluindo alíquotas diferenciadas, isenções, compensações e incentivos, a serem estabelecidos em lei específica;





IX – padrões ambientais e de metas, quantificáveis e verificáveis, para a mitigação de emissões antrópicas de gases de efeito estufa;

X – indicadores de sustentabilidade;

XI – zoneamento ecológico-econômico (ZEE).

Art. 7.º São instrumentos institucionais fundamentais à Política Estadual sobre Mudança do Clima:

I – a Coordenadoria Estadual de Mudanças Climáticas;

II – o Comitê Intersecretarial de Mudanças Climáticas;

III – o Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas Globais.

Art. 8.º Fica criado o Comitê Intersecretarial de Mudanças Climáticas, com a finalidade de orientar a elaboração, a implementação, o monitoramento, a avaliação e a revisão do Plano Estadual sobre Mudança do Clima.

§ 1.º A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA) exercerá função de Secretaria Executiva do Comitê, prestando apoio administrativo e terá na figura de seu Secretário, o presidente do Comitê.

§ 2.º A composição e o funcionamento do Comitê serão definidos em regulamento, sendo que o apoio técnico necessário será prestado pelo Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas Globais, o qual terá a participação de dois representantes.

Art. 9.º O Plano Estadual sobre Mudança do Clima será elaborado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA), sob a responsabilidade da Coordenadoria de Mudanças Climáticas, como um conjunto de ações e medidas fundamentado e orientado na Política Estadual sobre Mudança do Clima.

**Parágrafo único.** Os demais Planos Estaduais setoriais deverão se compatibilizar com os princípios, os objetivos, as diretrizes e os instrumentos desta Política Estadual sobre Mudança do Clima.

Art. 10. O Plano Estadual sobre Mudança do Clima deverá ser estruturado com base em quatro eixos:

I – mitigação;

II – vulnerabilidade, impacto e adaptação;





**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

III – pesquisa e desenvolvimento;

IV – educação e divulgação.

Art. 11. A estratégia de elaboração e implementação do Plano Estadual sobre Mudança do Clima deverá prever a realização de consultas públicas no âmbito do Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas Globais, em respeito aos princípios da informação, da transparência e da participação cidadã.

Art. 12. O Plano Estadual sobre Mudança do Clima, em consonância com a Política Estadual de Educação Ambiental, deverá estabelecer ações de educação ambiental, em linguagem acessível e compatível com os diferentes públicos, com o fim de sensibilizar a população sobre as causas e os impactos decorrentes da mudança do clima e as alternativas de ações, individuais e coletivas, de mitigação e de adaptação.

Art. 13. A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA criará e manterá o Registro Público Estadual de Emissões, com o objetivo de promover o acompanhamento dos resultados do monitoramento, medidas de mitigação de gases de efeito estufa.

§ 1.º A participação no Registro Público Estadual de Emissões se dará por meio de adesão voluntária, seguindo as seguintes etapas:

I – formalização de adesão, por meio da assinatura de um Protocolo de Intenções;

II – declaração das emissões de gases de efeito estufa, levantadas pela realização de inventário de emissões de gases de efeito estufa, elaborada em conformidade com padrão internacionalmente aceito.

§ 2.º Serão criados selos de reconhecimento público, tanto para a participação no Registro quanto para a comprovação da redução líquida de emissões por redução ou compensação de emissões.

§ 3.º O Poder Público poderá definir incentivos fiscais e financeiros para a adesão ao Registro Público de Emissões, especialmente para as entidades privadas que, comprovada e voluntariamente, mitigarem as suas emissões de gases de efeito estufa.

§ 4.º Empresas participantes do registro terão a validade do prazo de sua Licença de Operação prorrogada em 1 (um) ano em relação ao prazo estabelecido na Resolução CEMA 065/2008, desde que não ultrapasse os 6 (seis) anos estabelecidos na Resolução CONAMA 237/98 e sejam respeitadas todas as exigências e condicionantes ambientais pertinentes.





Art. 14. O Estado do Paraná deverá realizar sua Comunicação Estadual, de cinco em cinco anos, em conformidade com métodos recomendados pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), com o seguinte conteúdo:

I – Inventário Estadual de emissões por fontes e setores de emissão e remoção de gases de efeito estufa;

II – Plano para Ações Emergenciais – PAE com avaliação de vulnerabilidades e necessidades de adaptação aos impactos adversos causados por eventos climáticos extremos;

III – referência a planos de ação específicos para o enfrentamento da mudança do clima, incluindo aspectos de mitigação e de adaptação.

**Parágrafo único.** O Estado estabelecerá metas de redução de emissões de gases de efeito estufa e metas de eficiência por setor, com base nos resultados de sua Comunicação Estadual.

Art. 15. O Poder Público Estadual estimulará mecanismos financeiros para a definição de um mercado onde empresas e setores responsáveis pela emissão de gases de efeito estufa possam compensar suas emissões, ou parte delas, investindo em projetos voltados à conservação de florestas existentes, aumento do estoque de carbono e redução de emissões de gases de efeito estufa.

Art. 16. As licitações públicas instauradas no âmbito da Administração Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional, bem como pelos Fundos Especiais, não personificadas, e pelas entidades de direito privado, controladas direta ou indiretamente pelo Estado do Paraná, prestadoras de serviço público ou exploradoras de atividade econômica, em qualquer modalidade ou o tipo de licitação, deverão adotar, sempre que possível, critérios de sustentabilidade ambiental que atendam a essa Política, especialmente os que visem:

I – redução de emissão de gases de efeito estufa ou aumento dos sumidouros;

II – economia de energia, água e outros recursos naturais;

III – redução de geração de resíduos;

IV – utilização de produtos e serviços menos intensivos em emissão de gases de efeito estufa.





Art. 17. Ao Poder Público incumbirá:

I – incorporar a questão da mudança do clima no planejamento das políticas públicas e na atividade administrativa do Estado;

II – identificar os instrumentos de ação governamental já estabelecidos, aptos a contribuir para a proteção do sistema climático e os ajustar aos termos desta Lei;

III – integrar as diversas políticas públicas, dentre as quais as de meio ambiente, recursos hídricos, desenvolvimento urbano, gestão de riscos, indústria, transporte, energia, saúde, saneamento, agricultura, pecuária e atividades florestais, de forma que atendam aos princípios desta Lei;

IV – desenvolver programas e projetos de sensibilização, mobilização e de disseminação de informações para que a sociedade civil possa efetivamente contribuir com os objetivos desta Lei;

V – fomentar linhas de pesquisa sobre ciências em mudança do clima, mitigação, vulnerabilidade, adaptação, desenvolvimento de novas tecnologias e outros assuntos correlatos;

VI – realizar o monitoramento e estudo do ciclo hidrológico, sob a responsabilidade do órgão gestor de recursos hídricos, visando apoiar as ações previstas no Plano Estadual sobre Mudança do Clima.

Art. 18. O Poder Executivo deverá, a partir da publicação desta Lei:

I – em até 180 (cento e oitenta) dias, implantar o Comitê Intersecretarial de Mudanças Climáticas;

II – em até 1 (um) ano, realizar o primeiro Inventário Estadual e criar o Registro Público Estadual de Emissões;

III – em até 2 (dois) anos, elaborar o Plano Estadual sobre Mudança do Clima e a primeira Comunicação Estadual sobre Mudança do Clima;




**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

IV – em 180 (cento e oitenta) dias, regulamentar os demais aspectos desta Lei.

Art. 19. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 13 de março de 2012, 191.º da Independência e 124.º da República.



**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado



Palácio Iguaçu – Curitiba, 13 de março de 2012  
OF CEE/G 051/12

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 27 MAR. 2012



**1º Secretário**

I – À DAP para leitura no expediente

II – À D.L. para providências

Em, 27/03/2012



Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 04/2012, relativa ao Anteprojeto de Lei que objetiva instituir a Política Estadual de Mudanças Climáticas.

Atenciosamente,



**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR

CEE/(SRGVF)/JC

15-31 27/03/2012 14:17:58 041 035104110 1163510158 00 116304  
Recebido 26/03/12  
R. S. P.



**MENSAGEM N.º 04/2012**

Curitiba, 13 de março de 2012

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Casa de Leis, o incluso Anteprojeto de Lei que objetiva instituir a Política Estadual de Mudanças Climáticas.

Segundo a Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima das Organizações das Nações Unidas, "mudança do clima significa uma mudança de clima que possa ser direta ou indiretamente atribuída à atividade humana, que altere a composição da atmosfera mundial e que se some àquela provocada pela variabilidade climática natural observada ao longo de períodos comparáveis" (art. 1.2).

Em 2007, o Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (*Intergovernmental Panel on Climate Change – IPCC*), composto por um grupo de cientistas estabelecido em 1998 pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e pela Organização Meteorológica Mundial (OMM), causou grande impacto na comunidade internacional ao publicar seu Quarto Relatório de Avaliação, no qual apontou que o aquecimento do sistema climático é inequívoco e, ainda, que há crescente consenso na comunidade científica de que as atividades humanas contribuem decisivamente para esse aquecimento.

Pelo Protocolo de Quioto, de 1997, somente os países desenvolvidos (integrantes do Anexo I) têm metas de redução ou de limitação de suas emissões antrópicas de gases do efeito estufa. Contudo, na Convenção sobre Mudança do Clima, o Brasil assumiu o compromisso de adotar políticas e medidas de proteção ao sistema climático.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR

Impressão em 11.115.066-6





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

Em dezembro de 2008, o Poder Executivo Federal lançou o Plano Nacional sobre Mudança do Clima. No início de dezembro de 2009, às vésperas da 15.ª Reunião da Conferência das Partes (COP-15) da Convenção do Clima, em Copenhague, anunciou o compromisso voluntário de reduzir as emissões entre 36,1% e 38,9% sobre as estimativas de emissões previstas para 2020. Em 29 de dezembro de 2009, foi aprovada a Lei Federal n.º 12.187, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e incorpora o compromisso.

Os Estados Federados não são partes tanto da Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima das Organizações das Nações Unidas, quanto do Protocolo de Quioto, vez que não são sujeitos de direito internacional. Contudo, parcela significativa das políticas e das ações voltadas ao enfrentamento das mudanças climáticas é concretizada no âmbito regional ou local. Ainda, determinadas ações cabem aos Estados, seja porque certos assuntos dizem respeito aos seus limites territoriais, seja porque algumas matérias são de sua competência. Não se pode esquecer, também, que os governos estaduais atuam no contexto mais próximo do cidadão e do mercado.

Os cenários dos impactos das mudanças climáticas não envolvem apenas consequências ambientais, mas também sociais e econômicas. Isso impõe que as mudanças climáticas integrem as agendas políticas de desenvolvimento sustentável que norteiam planos e ações. Daí sua relevância.

Alguns Estados da Federação, como Amazonas, Goiás, Santa Catarina e São Paulo, já editaram suas leis de política de mudança do clima, enquanto outros trabalham em sua elaboração.

No Estado do Paraná, após um processo de discussão coletiva, o Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas Globais, criado pelo Decreto Estadual n.º 4.888/2005 e reconhecido pela Lei Estadual n.º 16.019/2008, foi finalizada a elaboração do Anteprojeto de Lei, que envolveu várias reuniões do Fórum, apresentação ao Conselho Estadual do Meio Ambiente – CEMA (27/10/2009), Audiência Pública promovida pela Comissão de Ecologia e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa (18/11/2009) e consulta pública no site do Fórum.

Em 2011, a nova equipe de governo e atuais membros do Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas Globais e Câmara Temática deram início a um processo de revisão do Anteprojeto de Lei, visando a atualizá-lo à luz das mais recentes mudanças no panorama internacional e nacional pertinente às mudanças climáticas e torná-lo amplo para recepcionar outros projetos e avanços conquistados pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos em sua nova gestão.





Dessa forma, o presente Anteprojeto de Lei cerca-se do que existe de melhor em termos técnico, legislativo e democrático. É fruto de um processo aberto, participativo e amplo, em que diversos segmentos da sociedade foram ouvidos, enriquecido por uma revisão técnica e legal altamente qualificada, realizada no intuito de tornar a futura Lei um instrumento concreto em prol da luta global contra as mudanças climáticas.

Ainda, cumpre informar que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de excesso de arrecadação de convênio não previsto.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI 125/12**

**Projeto de Lei nº 125/12**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 004/12**

**Súmula:** Institui a Política Estadual sobre Mudança do Clima e dá outras providências.

**EMENTA:** MEIO AMBIENTE. INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. ARTS. 24 E 225 CF. ARTS. 65, 66 E 87 DA CE. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. DECRETO ESTADUAL 4.514/01. CONSTITUCIONAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem como objetivo instituir a Política Estadual sobre Mudança do Clima e dá outras providências.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

É de competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal dispor sobre proteção do meio ambiente e controle da poluição, conforme o artigo 24, inciso VI, da Constituição Federal, determina:

**Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:**

**VI – florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição:**

Além disso, a Carta Magna determina que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, vejamos:

**Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.**





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Anibal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifo nosso).

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Ainda, o **Decreto Estadual 4.514 de 2001** que dispõe sobre a competência da **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS – SEMA**:

Art. 1º - A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, nos termos das Leis nº 10.066, de 27 de julho de 1992, e nº 11.352, de 13 de fevereiro de 1996, constitui órgão de primeiro nível hierárquico da administração estadual, de natureza substantiva, e tem por finalidade formular e executar as políticas de meio ambiente, de recursos hídricos, florestal, cartográfica, agrária-fundiária, de controle da erosão e de saneamento ambiental.

Art. 2º - O campo de atuação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos compreende as seguintes atividades:

- I - estabelecer as diretrizes para ação governamental nas áreas de meio ambiente, de recursos hídricos, florestal, cartográfica, agrária-fundiária, de controle da erosão e de saneamento ambiental;
- VII - executar e fazer executar todos os atos necessários à proteção, conservação e recuperação do meio ambiente;
- X - promover o desenvolvimento de métodos e padrões de avaliação da qualidade ambiental;
- XII - coordenar a proposição e a elaboração de políticas, normas, estratégias, programas e projetos relacionados à gestão de resíduos sólidos, recursos hídricos e atmosféricos, biodiversidade e florestas, contribuindo para com a definição e implementação



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

da política ambiental do Estado.

Art. 30 - À Coordenadoria de Recursos Hídricos e Atmosféricos, compete:

I - a orientação e o fornecimento de subsídios às ações de controle e de monitoramento ambiental;

III - a coordenação de programas e projetos relativos à determinação de indicadores e padrões de qualidade ambiental;

VIII - a coordenação e a integração dos programas de monitoramento hídrico e de qualidade do ar do Estado;

Assim, é preciso observar que a CONSTITUIÇÃO ESTADUAL aduz que a iniciativa de Leis que disponham sobre a organização e funcionamento das Secretarias de Estado, bem como que tratam das atividades a serem desenvolvidos por estas Secretarias, **são de iniciativa privativa do Governador do Estado**, nos termos dos artigos 66 e 87, vejamos:

Art. 66 - Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

III - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual. (grifos nossos)





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Ademais, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira, tendo em vista que os recursos são decorrentes de excesso de arrecadação de convênio não previsto.

Por fim, na que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 28 de março de 2012.

**DEPUTADO NELSON JUSTUS**

**PRESIDENTE**

**DEPUTADO CESAR SILVESTRI FILHO**

**RELATOR**





## REQUERIMENTO

**APROVADO**

À Diretoria Legislativa.

Em, 02 ABR. 2012

1º Secretário

Requer "Regime de Urgência" para a votação dos Projetos de Lei 125/2012, 119/2012 e 86/2012.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 181 do Regimento Interno desta Casa, requer, após ouvido o Douto Plenário, "Regime de Urgência" para a tramitação dos Projetos de Lei 125/2012, 119/2012 e 86/2012, todos de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 02 de abril de 2012.

Deputado **Ademar Traiano**  
Líder do Governo

Assinatura  
João Carlos  
Princípio de  
Definição  
2-0-119-  
Maurício Borges



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 125/12**

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 004/12, que institui a política estadual sobre mudança do clima e dá outras providências.

Preliminarmente salientamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Cesar Silvestri Filho e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

No que cabe a esta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que a instituição da Política Estadual sobre Mudança do Clima, objeto desta proposta está de acordo com os preceitos contidos na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

De igual modo, assevera ainda, o autor da proposta que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de excesso de arrecadação de convênio não previsto.

Observe-se que o objeto do Projeto em tela, está em consonância com o art. 65, da Constituição Estadual, onde observa-se a competência do Governador do Estado. Denota-se ainda, que no art. 66 e 87 da Carta Estadual, a competência é privativa do Governador do Estado sobre o proposto pelo presente projeto de lei.

Da mesma forma, percebe-se que no art. 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis, está assegurada ao Governador a iniciativa de projetos dessa natureza.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

Isto posto, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 04/04/12 in

DEPUTADO ADEMIR BIER  
PRESIDENTE

DEPUTADA MARLA TURECK  
RELATORA





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Ecologia e Meio Ambiente*

D.L.  
Fls. 35  
C

**PARECER AO PROJETO DE LEI 125/12**

Chamada esta Comissão de Ecologia e Meio Ambiente a se manifestar sobre o Projeto de Lei 125/12, oriundo da Mensagem 004/12, que institui a Política estadual sobre mudanças no clima e dá outras providências, passa a emitir seu parecer em conformidade com o que preceitua o art. 33-K do Regimento Interno.

Enquanto em alguns Estados da Federação, como Amazonas, Goiás, Santa Catarina e São Paulo, foram editadas leis específicas de política de mudança do clima, o Estado do Paraná, após um processo de discussão coletiva, finalizou a elaboração do presente projeto de Lei, que envolveu várias reuniões do Fórum, apresentação ao Conselho Estadual do Meio Ambiente – CEMA (27/10/2009) e Audiência Pública promovida pela Comissão de Ecologia e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa (18/11/2009).

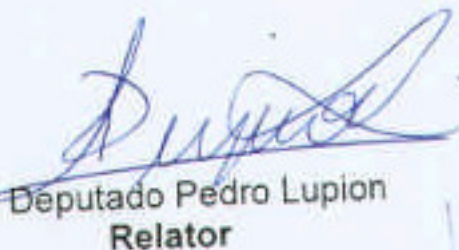
Tem-se assim que a presente proposição é fruto de um processo aberto, participativo e amplo, em que diversos segmentos da sociedade foram ouvidos, enriquecido por uma revisão técnica e legal altamente qualificada, realizada no intuito de tornar a futura Lei um instrumento concreto em prol da luta global contra as mudanças climáticas.

Sendo assim, esta comissão é **FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei 125/12, podendo o mesmo prosseguir com a sua tramitação regimental.

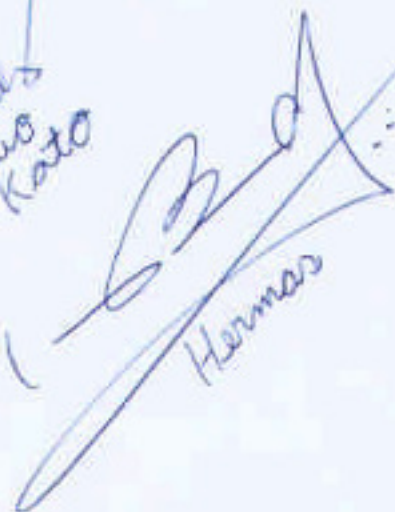
É o Parecer.

Sala das Comissões, 11 de abril de 2012.

  
Maria Lima

  
Deputado Pedro Lupion  
Relator

  
Fernando Kato

  
Hermas

  
Rosi Karca

  
Jonas





## ANTEPROJETO DE LEI N.º 134/2012

Súmula: Autoriza o Governo do Estado a firmar convênio com as Associações de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários e Dependentes de Drogas – APAD's.

**Art. 1.º** As Associações de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários e Dependentes de Drogas – APAD's, entidades civis de direito privado sem fins lucrativos, deverão funcionar como espaços de prevenção, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas.

**Art. 2.º** Compete às APAD's que tenham firmado convênio com o Estado do Paraná, com os Municípios ou consórcios públicos:

- I – a prevenção do uso indevido, a atenção e a reinserção social de usuários e dependentes de drogas;
- II – a adoção de abordagem multidisciplinar que reconheça a interdependência e a natureza complementar das atividades de prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas;
- III – contribuir para a inclusão social do cidadão, visando a torná-lo menos vulnerável a assumir comportamentos de risco para o uso indevido de drogas e outros comportamentos correlacionados;
- IV – prestar contas mensalmente dos recursos recebidos na forma da lei, inclusive ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

**Art. 3.º** O Governo do Estado, os Municípios ou consórcios públicos, poderão firmar convênio com as APAD's para a prevenção, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, ouvido o Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas.

**Art. 4.º** As APAD's deverão observar as seguintes condições para firmar convênio com o Governo do Estado, Municípios ou consórcios públicos:

- I – ser entidade civil de direito privado sem fins lucrativos;



II – adotar o trabalho voluntário nas atividades desenvolvidas, utilizando trabalho remunerado apenas em atividades administrativas, se necessário;

III – adotar a metodologia das APAD's para a prevenção, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas;

IV – ter suas ações coordenadas pela Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, pelo Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas;

V – ter seu estatuto aprovado pelo Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas.

**Parágrafo único.** A metodologia das APAD's será definida pelo Comitê Gestor Intersecretarial de Saúde Mental, criado pelo Decreto n.º 2037, de 20 de julho de 2007, e aprovada pelo Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas.

**Art. 5.º** Serão definidos no convênio entre o Governo do Estado ou Municípios ou consórcios públicos e as Associações de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários e Dependentes de Drogas – APAD's:

I – os termos de contratação de pessoal;

II – as condições para a administração dos estabelecimentos de prevenção, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, observada a legislação vigente;

III – a inclusão dos usuários e dependentes de drogas em programas de escolarização e de inserção no mercado de trabalho, observado o disposto no art. 24 da Lei n.º 11.343/2006.

**Art. 6.º** As APAD's conveniadas com o Estado, Municípios ou consórcios públicos deverão cumprir o determinado nesta Lei.

**Art. 7.º** As APAD's poderão receber recursos de doações, auxílios, legados e contribuições de organismos ou entidades nacionais e internacionais, pessoas físicas ou jurídicas nacionais ou estrangeiras, inclusive de fundos públicos ou privados.

**Art. 8.º** Na execução dos convênios a que se refere o art. 5.º, caberá ao Poder Executivo Municipal, Estadual ou aos consórcios públicos:

I – o repasse de recursos para a administração do estabelecimento, nos termos definidos no convênio;



II – a articulação e a integração com os demais entes e entidades públicas para uma atuação complementar e solidária de apoio ao desenvolvimento do atendimento pactuado;

III – a fiscalização e o acompanhamento da administração das Associações de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários e Dependentes de Drogas – APAD's.

**Art. 9.º** Os recursos a que se refere o inciso I do artigo anterior deverão ter as respectivas despesas realizadas de acordo com os princípios constitucionais constantes no art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e poderão ser destinados a despesas com:

I – assistência aos usuários e dependentes de drogas;

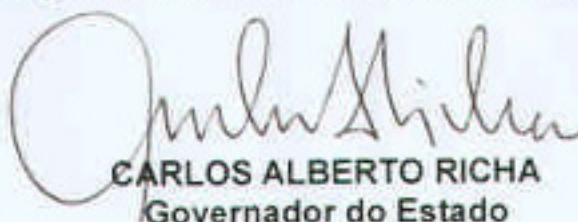
II – construção, reforma e ampliação de imóveis destinados às APAD's;

III – veículos para atendimento às demandas dos usuários e dependentes de drogas;

IV – outras despesas, definidas em convênio, todas necessárias ao desempenho da função pública que lhe for atribuída.

**Art. 10.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 30 de março de 2012, 191.º da Independência e 124.º da República.



**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado

Em... 02 ABR. 2012



EmD3 24/2012



Palácio Iguaçu – Curitiba, 30 de março de 2012  
OF CEE/G 081/12

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem relativa ao Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Governo do Estado a firmar convênio com as Associações de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários e Dependentes de Drogas – APAD's.

Atenciosamente,



CARLOS ALBERTO RICHA  
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR



**MENSAGEM N.º 10/2012**

Curitiba, 30 de março de 2012

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Casa de Leis, o incluso Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Governo do Estado a firmar convênio com as Associações de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários e Dependentes de Drogas – APAD's.

As Associações de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários e Dependentes de Drogas – APAD's, entidades civis de direito privado sem fins lucrativos, pretendem funcionar como espaços de prevenção, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas.

Dentre as competências das citadas APAD's, destacam-se os seguintes pontos:

- a prevenção do uso indevido, a atenção e a reinserção social de usuários e dependentes de drogas;
- a adoção de abordagem multidisciplinar que reconheça a interdependência e a natureza complementar das atividades de prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas;
- contribuir para a inclusão social do cidadão, visando a torná-lo menos vulnerável a assumir comportamentos de risco para o uso indevido de drogas e outros comportamentos correlacionados;

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR

– prestar contas mensalmente dos recursos recebidos na forma da lei, inclusive ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado





# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

## **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**Projeto de Lei nº 134/2012**

**Autor: Poder Executivo**

**Mensagem nº 010/12**

**Súmula: Autoriza o Governo do Estado a firma convênio com as APAD's**

### **PARECER:**

O projeto de lei ora em análise, de iniciativa do Poder Executivo Estadual, tem por finalidade obter autorização para que o Governo do Estado possa firmar convênio com as Associações de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários e Dependentes de Drogas – APAD's.

Observa-se que foram obedecidas as diretrizes legais sobre a iniciativa de projetos, bem como a técnica legislativa.

Outrossim, a Lei Federal nº 13.343, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas-Sisnad, prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências, aduz que:





# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

**"Art. 23 – As redes dos serviços de saúde da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, desenvolverão programas de atenção ao usuário e ao dependente de drogas, respeitadas as diretrizes do Ministério da Saúde e os princípios explicitados no artigo 22 desta Lei, obrigatória a previsão orçamentária adequada.**

**Art. 24 – A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão conceder benefícios às instituições privadas que desenvolverem programas de reinserção no mercado de trabalho, do usuário e do dependente de drogas encaminhados por órgão oficial."**

Assim, o Projeto de lei em análise apresenta-se em consonância com os dispositivos CONSTITUCIONAIS e LEGAIS, atendendo igualmente à técnica legislativa disposta na Lei Complementar 95/98, razões pelas quais opinamos pela sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 10 de abril de 2012.

  
Deputado NELSON JUSTUS  
Presidente

  
Deputado CAIO QUINTANA  
Relator





## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

## REQUERIMIENTO

~~APROVADO~~

A Diretoria Legislativa.

Em. 03 ABR. 2012

1º Secretário

Adiada a discussão, na forma  
do Regimento interno.

Em, 03 ABR. 2012

**1º Secretário**

Requer "Regime de Urgência" para a tramitação e votação dos Projetos de Lei 134/12 e 135/12, oriundos das Mensagens Governamentais nº 010 e 011/12 respectivamente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 181 do Regimento Interno desta Casa, requer, após ouvido o Douto Plenário, "*Regime de Urgência*" para a tramitação do Projeto de Lei 134/12, oriundo da Mensagem nº 010/12, que autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com Associações de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários e Dependentes de Drogas – APAD's e do Projeto de Lei 135/12, oriundo da Mensagem nº 011/12, que autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com as entidades civis de direito privado sem fins lucrativos e Associações de Proteção e Assistência aos Condenados – APAC's.

Sala das Sessões, em 03 de abril de 2012.

APROVADO

À Diretoria Legislativa.

Em, 04 APR. 2012

1º Secretário

Deputado Ademar Traiano  
Líder do Governo

Amostra n.º 1  
circunferência é 100  
para encontrar os projetos  
de referência a dimensão





*ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ*  
*2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura*  
*Comissão de Finanças*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 134/12**

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 010/12 que autoriza o Governo do Estado a firmar convênio com as associações de prevenção, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas – ADAD's.

Preliminarmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Caito Quintana e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

Observe-se que o objeto do Projeto em questão, está em concordância com o art. 65, da Constituição do Estado do Paraná, onde constata-se a competência do Estado para iniciar projetos desta natureza. Saliento ainda, que os arts. 66, 87, do mesmo diploma legal, asseguram a iniciativa privativa do Governador do Estado.

De igual modo, assevera o autor que a proposta em tela está em consonância com a Lei Federal nº 13.343, que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD, prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas, define crimes e dá outras providências.

Assim sendo, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.






ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

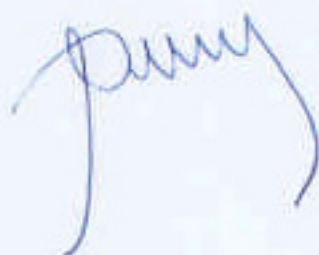
É o parecer.

Sala das Comissões,

11/04/12

  
**DEPUTADO ADEMIR BIER**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADA MARLA TURECK**  
**RELATORA**





*ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

**COMISSÃO DE SAÚDE**

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 134/2012**


O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo, autoriza o Governo do Estado a firmar convênio com as Associações de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários e Dependentes de Drogas – APAD's.


A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo firmar convênio com as Associações de Prevenção, atenção e Reinserção Social de Usuários e Dependentes de Drogas, assim contribuir para inclusão social do cidadão, visando a torná-lo menos vulnerável a assumir comportamentos de risco para o uso indevido de drogas e outros comportamentos correlacionados.

Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, 16/04/12

  
**DR. BATISTA**  
Presidente

  
**Adelino Ribeiro**  
Relator





**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

## ANTEPROJETO DE LEI N.º 135/2012

Súmula: Autoriza o Governo do Estado a firmar convênio com as entidades civis de direito privado sem fins lucrativos e Associações de Proteção e Assistência aos Condenados – APACs.

**Art. 1.º** As entidades civis de direito privado sem fins lucrativos poderão funcionar como administradoras de estabelecimentos penais.

**Art. 2.º** Compete às entidades civis de direito privado sem fins lucrativos, que tenham firmado convênio com o Estado do Paraná, com os Municípios ou consórcios públicos:

- I – gerenciar os regimes de cumprimento de pena dos estabelecimentos que administrarem, nos termos definidos em convênio;
- II – responsabilizar-se pelo controle, pela vigilância e pela conservação do imóvel, dos equipamentos e do mobiliário do estabelecimento;
- III – solicitar apoio policial para a segurança externa do estabelecimento, quando necessário;
- IV – apresentar aos Poderes Executivo e Judiciário relatórios mensais sobre o movimento de condenados e informar-lhes, de imediato, da chegada de novos internos e da ocorrência de liberações;
- V – prestar contas mensalmente dos recursos recebidos na forma da lei e, inclusive, ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
- VI – acatar a supervisão do Poder Executivo, proporcionando-lhe todos os meios para o acompanhamento e a avaliação da execução do convênio.

**Art. 3.º** Incumbe à diretoria do estabelecimento de cumprimento de penas, administrada por entidades civis de direito privado sem fins lucrativos, atribuições assemelhadas às previstas na Lei de Execução Penal para os Diretores de Estabelecimento Penal.

**Art. 4.º** O Governo do Estado, os Municípios ou consórcios públicos, poderão, inclusive, sem prejuízo das demais entidades civis de direito privado sem fins lucrativos, firmar convênio com as Associações de Proteção e Assistência aos Condenados – APACs – para a administração de estabelecimentos penais, ouvido o Conselho Penitenciário do Estado do Paraná.





**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

## ANTEPROJETO DE LEI N.º 135/2012

Súmula: Autoriza o Governo do Estado a firmar convênio com as entidades civis de direito privado sem fins lucrativos e Associações de Proteção e Assistência aos Condenados – APACs.

**Art. 1.º** As entidades civis de direito privado sem fins lucrativos poderão funcionar como administradoras de estabelecimentos penais.

**Art. 2.º** Compete às entidades civis de direito privado sem fins lucrativos, que tenham firmado convênio com o Estado do Paraná, com os Municípios ou consórcios públicos:

- I – gerenciar os regimes de cumprimento de pena dos estabelecimentos que administrarem, nos termos definidos em convênio;
- II – responsabilizar-se pelo controle, pela vigilância e pela conservação do imóvel, dos equipamentos e do mobiliário do estabelecimento;
- III – solicitar apoio policial para a segurança externa do estabelecimento, quando necessário;
- IV – apresentar aos Poderes Executivo e Judiciário relatórios mensais sobre o movimento de condenados e informar-lhes, de imediato, da chegada de novos internos e da ocorrência de liberações;
- V – prestar contas mensalmente dos recursos recebidos na forma da lei e, inclusive, ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
- VI – acatar a supervisão do Poder Executivo, proporcionando-lhe todos os meios para o acompanhamento e a avaliação da execução do convênio.

**Art. 3.º** Incumbe à diretoria do estabelecimento de cumprimento de penas, administrada por entidades civis de direito privado sem fins lucrativos, atribuições assemelhadas às previstas na Lei de Execução Penal para os Diretores de Estabelecimento Penal.

**Art. 4.º** O Governo do Estado, os Municípios ou consórcios públicos, poderão, inclusive, sem prejuízo das demais entidades civis de direito privado sem fins lucrativos, firmar convênio com as Associações de Proteção e Assistência aos Condenados – APACs – para a administração de estabelecimentos penais, ouvido o Conselho Penitenciário do Estado do Paraná.



**Art. 5.º** As Associações de Proteção e Assistência aos Condenados – APACs deverão observar as seguintes condições para firmar convênio com o Governo do Estado, Municípios ou Consórcios municipais:

- I – ser entidade civil de direito privado sem fins lucrativos;
- II – adotar o trabalho voluntário nas atividades desenvolvidas, utilizando trabalho remunerado apenas em atividades administrativas, se necessário;
- III – ter suas ações coordenadas pela Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, pelo Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Conselho da Comunidade;
- IV – ser filiada à Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados e observar a metodologia APAC, destinada à recuperação de condenados à pena privativa de liberdade.

**Art. 6.º** Serão definidos no convênio entre o Governo do Estado ou Municípios ou Consórcios públicos e as entidades civis de direito privado sem fins lucrativos, inclusive as Associações de Proteção e Assistência aos Condenados – APACs:

- I – os termos de contratação de pessoal;
- II – as condições para a administração dos estabelecimentos de cumprimento de pena privativa de liberdade no Estado, observadas as peculiaridades de cada uma e a legislação vigente;
- III – a inclusão dos apenados em programas de escolarização e de inserção no mercado de trabalho.

**Art. 7.º** As entidades civis de direito privado sem fins lucrativos, inclusive as Associações de Proteção e Assistência aos Condenados – APACs, conveniadas com o Estado, Municípios ou Consórcios públicos, deverão cumprir o determinado nesta Lei.

**Art. 8.º** As Associações de Proteção e Assistência aos Condenados – APACs poderão receber recursos de doações, auxílios, legados e contribuições de organismos ou entidades nacionais e internacionais, pessoas físicas ou jurídicas nacionais ou estrangeiras, inclusive de fundos públicos ou privados.

**Art. 9.º** Na execução dos convênios a que se refere o art. 6.º, caberá ao Poder Executivo estadual, municipal, ou aos Consórcios públicos:





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO

Cabinete do Governador



Palácio Iguaçu – Curitiba, 30 de março de 2012  
OF CEE/G 082/12

I – À DAP para leitura no expediente

II – A D L para providências.


Em, 03/04/2012

Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem relativa ao Anteprojeto de Lei que autoriza o Governo do Estado a firmar convênio com as entidades civis de direito privado sem fins lucrativos e Associações de Proteção e Assistência aos Condenados – APACs.

Atenciosamente,

  
CARLOS ALBERTO RICHÁ  
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

Palácio Iguaçu – Curitiba, 30 de março de 2012  
OF CEE/G 082/12

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem relativa ao Anteprojeto de Lei que autoriza o Governo do Estado a firmar convênio com as entidades civis de direito privado sem fins lucrativos e Associações de Proteção e Assistência aos Condenados – APACs.

Atenciosamente,

CARLOS ALBERTO RICHA  
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR

**MENSAGEM N.º 11/12**

Curitiba, 30 de março de 2012

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que autoriza o Governo do Estado a firmar convênio com as entidades civis de direito privado sem fins lucrativos e Associações de Proteção e Assistência aos Condenados – APACs.

Entre as competências das entidades civis de direito privado sem fins lucrativos, que tenham firmado convênio com o Estado do Paraná, com os Municípios ou consórcios públicos, destacam-se os seguintes pontos:

- gerenciar os regimes de cumprimento de pena dos estabelecimentos que administrarem, nos termos definidos em convênio;
- responsabilizar-se pelo controle, pela vigilância e pela conservação do imóvel, dos equipamentos e do mobiliário do estabelecimento;
- solicitar apoio policial para a segurança externa do estabelecimento, quando necessário;
- apresentar aos Poderes Executivo e Judiciário relatórios mensais sobre o movimento de condenados e informar-lhes, de imediato, da chegada de novos internos e da ocorrência de liberações;
- prestar contas mensalmente dos recursos recebidos na forma da lei e, inclusive, ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
- acatar a supervisão do Poder Executivo, proporcionando-lhe todos os meios para o acompanhamento e a avaliação da execução do convênio.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

Sendo assim, diante de tais benesses, encaminho o Anteprojeto de Lei para apreciação dessa Casa de Leis.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 135/2012**

Projeto de Lei nº. 135/2012

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 011/12

**Súmula:** Autoriza o Governo do Estado a firmar convênio com as entidades civis de direito privado sem fins lucrativos e Associações de Proteção e Assistência aos Condenados – APACs.

**EMENTA:** CONVÊNIO ENTRE O GOVERNO DO ESTADO E ENTIDADES CIVIS DE DIREITO PRIVADO SEM FINS LUCRATIVOS E ASSOCIAÇÕES DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS - APACs. POSSIBILIDADE. REGIMENTO INTERNO ART. 124. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 13; 65; 66 e 87 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ. LEGALIDADE. CONSTITUCIONALIDADE. PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por escopo autorizar o Governo do Estado a firmar convênio com as entidades civis de direito privado sem fins lucrativos e Associações de Proteção e Assistência aos Condenados – APACs.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:  
I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Em consonância com o Regimento Interno desta Casa, a Constituição Estadual, em seu art. 65, estabelece que:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Deste modo, resta-se evidenciada a capacidade de iniciativa do Governador para realizar a propositura do referido projeto de lei.

Já, com relação à competência, é importante destacar que a Constituição do Estado do Paraná determina como competência concorrente entre o Estado e a União legislar sobre direito penitenciário, conforme segue:

**Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:**

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico; (grifos nossos).

Ademais, o referido assunto (autorizar o Governo do Estado a firmar convênio com as entidades civis de direito privado sem fins lucrativos e Associações de Proteção e Assistência aos Condenados - APACs) aborda **tema de competência privativa do Governador do Estado**, conforme a própria Constituição Estadual determina:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

- I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na Administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;
- II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais para a reserva;
- III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;
- IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública,  
(grifos nossos)

No mesmo sentido, o art. 87 da Constituição do Estado estabelece:

- Art. 87. Compete privativamente ao Governador:
- (...)
  - III - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual;
  - (...)
  - VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém o poder de iniciativa e a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Ressalte-se que não há relativização do *jus puniendi* estatal, tendo em vista que não há transferência da função jurisdicional



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

para as entidades privadas, mas apenas o repasse de algumas funções materiais da execução da pena. Ou seja, não há transferência de poderes públicos, mas apenas a utilização de um agente material.


Com relação à Lei Complementar Federal nº. 101/00 e à Lei Complementar Federal nº. 95/98, o projeto de lei não apresenta nenhum óbice.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões,

de abril de 2012.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO ADEMAR TRAIANO**  
**RELATOR**

**REGIME DE URGÊNCIA**







# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

## REQUERIMENTO

**APROVADO**

À Diretoria Legislativa.

Em, 03 ABR. 2012

1º Secretário

Adiada a discussão, na forma  
do Regimento interno.

Em, 03 ABR. 2012

1º Secretário

Requer "Regime de Urgência" para a tramitação e votação dos Projetos de Lei 134/12 e 135/12, oriundos das Mensagens Governamentais nº 010 e 011/12 respectivamente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 181 do Regimento Interno desta Casa, requer, após ouvido o Douto Plenário, "Regime de Urgência" para a tramitação do Projeto de Lei 134/12, oriundo da Mensagem nº 010/12, que autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com Associações de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários e Dependentes de Drogas – APAD's e do Projeto de Lei 135/12, oriundo da Mensagem nº 011/12, que autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com as entidades civis de direito privado sem fins lucrativos e Associações de Proteção e Assistência aos Condenados – APAC's.

Sala das Sessões, em 03 de abril de 2012.

**APROVADO**

À Diretoria Legislativa.

Em, 04 ABR. 2012

1º Secretário

Deputado **Ademar Traiano**  
Líder do Governo

Anota-se e  
circula-se e  
põe-se em  
de referência a  
decretos





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Finanças*

**PARECER**

Projeto de Lei nº 135/2012

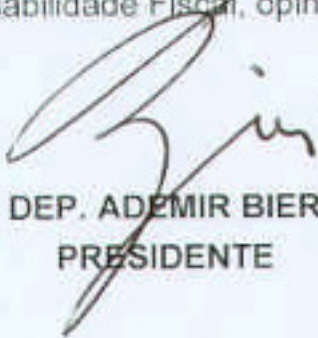
Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 011/12

*Súmula: Autoriza o Governo do Estado a firmar convênio com as entidades civis de direito privado sem fins lucrativos e associações de proteção e assistência aos condenados – APACs.*

O Projeto de Lei em análise, de iniciativa do Poder Executivo, tem como escopo autorizar que as entidades civis de direito privado sem fins lucrativos possam, através de convênios com o Governo do Estado, funcionar como administradoras de estabelecimentos penais no âmbito do Estado do Paraná.

Distribuído a esta Comissão para que, nos termos do art. 33-B, do Regimento Interno desta Assembléia, manifeste sua análise sobre o mérito da proposição, especificamente no tocante ao impacto financeiro à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal, esta relatoria conclui que, tendo em vista que o projeto em tela prevê que as entidades afetadas são de natureza exclusivamente privada, e sem fins lucrativos, evidente a inexistência de impacto financeiro-orçamentário ao Estado, respeitando-se integralmente os termos do art. 16 da Lei Complementar 101/00.

Dessa forma, identificado o fiel enquadramento da proposição às disposições concernentes à Lei Complementar 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal, opinamos pela **APROVAÇÃO** do projeto em tela.

  
DEP. ADEMIR BIER  
PRESIDENTE

Sala das Comissões, em

11/04/12  
  
DEP. ELIO RUSCH  
RELATOR



## COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

### PARECER AO PROJETO DE LEI nº 135/12

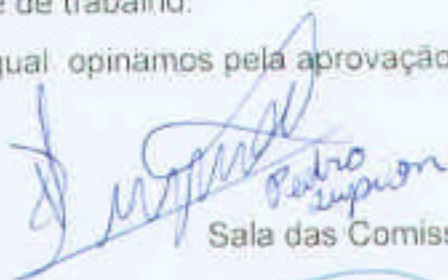
O referido **Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 011/12**, autoriza o Governo do Estado a firmar convênio com as entidades civis de direito privado sem fins lucrativos e associações de proteção e assistência aos condenados – APACs.

Vencido a questão de constitucionalidade da presente matéria, bem como, observando atentamente o parecer exarado pela da Comissão de Finanças dessa Casa de Leis, vemos que não há óbice quanto a sua tramitação, bem como, aprovação, visto o projeto em tela ter como escopo a gestão da execução penal no Paraná.


Salienta-se que não há transferência da função jurisdicional para as entidades privadas, mas apenas a delegação de algumas funções materiais de execução da pena.

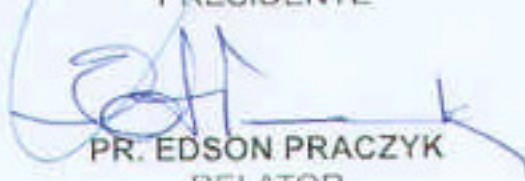
É meritório e necessário a implementação desse Projeto, pois dentre as inúmeras políticas elencadas no texto originário, destaca-se a política de inclusão da escolarização e de inserção dos apenados ao mercado de trabalho. Certamente haverá, em médio e longo prazo, considerável diminuição dos índices de reincidência criminal, pelo fato de propiciar aos presos um leque maior de alternativas para a obtenção de uma nova oportunidade de trabalho.

Razão pela qual, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei.

  
Pedro Supian

Sala das Comissões, em 16/04/2012

  
TADEU VENERI  
PRESIDENTE

  
PR. EDSON PRACZYK  
RELATOR

  
Arnaldo Terno



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Segurança Pública*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 135/2012**

**Projeto de Lei nº. 135/2012**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 011/12**

**Súmula:** Autoriza o Governo do Estado a firmar convênio com as entidades civis de direito privado sem fins lucrativos e Associações de Proteção e Assistência aos Condenados – APACs.

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por escopo autorizar o Governo do Estado a firmar convênio com as entidades civis de direito privado sem fins lucrativos e Associações de Proteção e Assistência aos Condenados – APACs.

Entre as competências das entidades civis de direito privado sem fins lucrativos, que tenham firmado convênio com o Estado do Paraná, com os Municípios ou consórcios públicos, destacam-se os seguintes pontos:

1. Gerenciar os regimes de cumprimento de pena dos estabelecimentos que administrarem, nos termos definidos em convênio;
2. Responsabilizar-se pelo controle, pela vigilância e pela conservação do imóvel, dos equipamentos e do mobiliário do estabelecimento;
3. Solicitar apoio policial para a segurança externa do estabelecimento, quando necessário;





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Segurança Pública*

4. Apresentar aos Poderes Executivo e Judiciário relatórios mensais sobre o movimento de condenados e informá-los, de imediato, da chegada de novos internos e da ocorrência de liberações;
5. Prestar contas mensalmente dos recursos recebidos na forma da lei e, inclusive, ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
6. Acatar a supervisão do Poder Executivo, proporcionando-lhe todos os meios para o acompanhamento e a avaliação da execução do convênio.

Sem dúvidas o projeto trará grandes contribuições ao Paraná, tendo em vista que o sistema proposto traz grandes avanços para a administração do sistema penitenciário paranaense.

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2012.

*Kielse*

*[Assinatura]*  
**PRESIDENTE**  
*[Assinatura]*  
**RELATOR**  
*Elio Rusch*

*[Assinatura]*  
*Gilberto*  
*Rubino*

*Filipe*



OF/CTL/CC nº 927/2012

Curitiba, 29 de março de 2012

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 03 ABR 2012

1º Secretário

Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente

II - À DL para providências.

Em, 02/04/2012

Presidente

D. L.

DAP

Fls. 02

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 013/2012-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 403/2011, por considerá-lo Inconstitucional e contrário ao interesse público, pelos motivos a seguir expostos.

O Projeto de Lei nº 403/11, de iniciativa parlamentar, tem por escopo dispor acerca os incentivos à implantação de sistemas de produção agroecológica e orgânica pelos agricultores familiares no Estado do Paraná.

A justificativa para tal propositura está na preocupação com os impactos gerados nos solos agrícolas pelo uso constante de máquinas e implementos, uma vez que estes impactos se estendem tanto ao meio ambiente quanto a saúde humana.

Com o presente projeto, o autor objetiva mudar o paradigma que orienta o uso do solo em nosso Estado, propondo uma alteração nos processos de produção de alimentos, com a conversão para os sistemas agroecológicos.

É de notável saber que o processo de produção de alimentos e matéria-prima na exploração dos solos agrícolas do Paraná é um dos principais alicerces da economia no Estado, haja vista sermos o maior produtor de grãos do país.

Sendo assim, em virtude da importância do agronegócio para o Estado do Paraná, cumpre ressaltar que nosso Estado, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB, já possui em seus programas ações pautadas na política de conservação ambiental, objeto do projeto de Lei em tela, bem como detém legislação específica, em âmbito estadual, acerca ao uso de agrotóxicos.

Desta forma, tendo em vista que a matéria do projeto ora em comento já está compreendida dentre os programas da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB, tem-se que a presente proposição é contrária ao interesse público.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
Protocolo 11.306.027-4



Ainda, a Constituição do Estado, em seu art. 66, elenca os casos em que o processo legislante é deflagrado pelo Chefe do Poder Executivo. Vejamos:

**Art. 66.** Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva;

III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;

**IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.** (Grifo nosso)

Assim, da simples leitura do art. 66, II da Constituição Estadual, toma-se clarividente que a competência para legislar acerca das atribuições das Secretarias de Estado é do Governador do Estado.

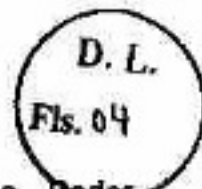
De acordo com o art. 3º do Decreto 6485/2002, que aprovou o regulamento da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB, é de responsabilidade desta Secretaria a *"formulação da política agrícola do Estado do Paraná, abrangendo os processos de produção, comercialização, organização dos produtores, infra-estrutura e o controle dos produtos agrosilvopastoris e dos insumos agrícolas, em consonância com as aptidões econômicas e sociais dos recursos naturais das diferentes regiões do Estado, em sintonia com o setor privado"*.

Não pode o legislador estadual dispor sobre as matérias suso citadas, sob pena de violação do princípio basilar de nosso ordenamento jurídico, qual seja, da Separação dos Poderes, imortalizado por Montesquieu em sua obra "O Espírito das Leis" e transcrito no art. 2º de nossa Carta Magna, a saber:

**Art. 2º** São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Desta forma, hodiernamente, podemos afirmar que a doutrina da separação dos poderes traduz-se em fórmula de organização da estrutura política do Estado, mediante a qual as funções de governo são atribuídas a órgãos autônomos, porém de modo não exclusivo, de sorte que é assegurado um mútuo controle e um funcionamento harmonioso, tendente à realização da vontade geral, sempre respeitada a autonomia de cada um dos Poderes.





Ainda, ao cometer essa ingerência sobre o Poder Executivo, o membro da Assembleia Legislativa incorre no vício de iniciativa, ou seja, na inconstitucionalidade formal subjetiva.

Inconstitucionalidade Formal Subjetiva diz respeito à fase introdutória do processo legislativo, em que é desencadeado, por meio da iniciativa, o procedimento de elaboração das espécies normativas. Qualquer espécie normativa elaborada a partir de iniciativa viciada, isto é, a partir de projeto de lei apresentado por quem não tenha competência, padecerá de inconstitucionalidade formal.

Assim, a presente proposta de lei incorre em inconstitucionalidade, pois não cabe a membro desta Casa de Leis tal proposição que, como acima citado, é de competência do Poder Executivo.

Nesta mesma esteira, a posição do Supremo Tribunal Federal:

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MEDIDA CAUTELAR. ORGANIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. COMPETÊNCIA DO CHEFE DO EXECUTIVO. VÍCIO DE INICIATIVA. 1. Compete privativamente ao Governador do Estado, pelo princípio da simetria, a direção superior da administração estadual, bem como a iniciativa para propor projetos de lei que visem criação, estruturação e atribuições de Secretarias e órgãos da administração pública (CF, artigos 84, II e IV e 61, § 1º, II, e). 2. Hipótese em que o projeto de iniciativa parlamentar, transformado em lei, apresenta vício insanável caracterizado pela invasão de competência reservada ao Poder Executivo pela Constituição Federal. Medida cautelar deferida. (ADI 2646 MC / SP - SÃO PAULO MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Relator(a): Min. MAURÍCIO CORRÊA Julgamento: 01/07/2002, Órgão Julgador: Tribunal Pleno ). (Grifo nosso)

Saliente-se que a sanção do Chefe do Poder Executivo eventualmente aposta à proposição não sana o vício. Corrobora deste entendimento o Supremo Tribunal Federal:

"A sanção do projeto de lei não convalida o vício de inconstitucionalidade resultante da usurpação do poder de iniciativa. A ulterior aquiescência do chefe do Poder Executivo, mediante sanção do projeto de lei, ainda quando dele seja a prerrogativa usurpada, não tem o condão de sanar o vício radical da inconstitucionalidade. Insubsistência da Súmula 5/STF. Doutrina. Precedentes." (ADI 2.867, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 3-12-2003, Plenário, DJ de 9-2-2007.)



ESTADO DO PARANÁ

CASA CIVIL

D. L.

Fls. 05

Assim, diante do sobejamente demonstrado, tem-se que a proposição em comento é contrária ao Interesse público e inconstitucional.

São esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, anexo, restituo a essa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

  
CARLOS ALBERTO RICH  
GOVERNADOR DO ESTADO

DAP

Fis. 05

24



**Projeto de Lei nº 403/11**  
(Autoria do Deputado Elton Welter)

Dispõe sobre os incentivos à implantação de sistemas de produção agroecológica e orgânica pelos agricultores familiares no Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

**Art. 1º** Esta Lei dispõe sobre os incentivos à implantação de sistemas de produção agroecológica e orgânica pelos agricultores familiares no Estado do Paraná.

**§ 1º** Considera-se agricultor familiar aquele que pratica atividades no meio rural e utiliza, predominantemente, mão de obra da própria família nas atividades econômicas, observados, simultaneamente, os requisitos fixados na Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

**§ 2º** Para atender ao disposto no parágrafo anterior, considerar-se-ão todas as formas de posse da propriedade, mesmo aquelas em caráter precário, inclusive as detidas por arrendatários, posseiros, meeiros, parceiros e assentados rurais.

**Art. 2º** Considera-se sistema de produção agroecológica a proposta de agricultura que seja socialmente justa, economicamente viável, ecologicamente sustentável e que englobe formas de produção orgânica, biodinâmica ou outros estilos de base ecológica estabelecidos na Lei Federal nº 10.831/2003.

**Art. 3º** O Governo do Estado definirá políticas de incentivo à adoção de sistemas de produção agroecológica pelos agricultores familiares do Paraná, através dos seguintes instrumentos:

I – prestação de assistência técnica e extensão rural pública;

II – pesquisa agroecológica e sistematização de experiência dos saberes tradicionais;





# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 07

DAP

Fls. 07

fls. 2.

Projeto de Lei nº 403/11

III – comercialização de produtos agroecológicos, por meio do fortalecimento de mercado de venda direta com apoio às Feiras Agroecológicas, fortalecimento de vendas indiretas e mercados institucionais promovidos pelas políticas públicas;

IV – consumo de produtos agroecológicos pelos beneficiários de programas sociais e de alimentação escolar;

V – apoio a feiras agroecológicas;

VI – apoio à criação de mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica como a certificação, os sistemas participativos de garantia e o controle social para a venda direta sem certificação, observado, no que couber, o disposto no Decreto Federal nº 6.323/2007;

VII – apoio às organizações de controle social e às entidades que atuem com avaliação da conformidade ou formas participativas de avaliação de produtos agroecológicos no Estado;

VIII – definição de linhas de crédito rural;

IX – apoio à organização de agricultores e consumidores de produtos agroecológicos;

X – ações voltadas à educação para o consumo responsável, incluindo visitas de consumidores aos locais de produção;

XI – promoção de eventos sobre agroecologia;

XII – adequação de legislação referente ao ICMS Ecológico;

XIII – introdução de temas relativos à agroecologia no ensino de nível fundamental, médio e superior.

§ 1º A entidade pública oficial, responsável pela assistência técnica e extensão rural no Estado, priorizará o atendimento aos agricultores familiares.



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.  
Fls. 08

DAP

Fls. 08

fls.3.

Projeto de Lei nº 403/11

§ 2º As entidades oficiais de pesquisa agropecuária, que atuam com o tema agroecológico, devem receber apoio dos diversos fundos públicos.

Art. 4º Considera-se Feira de Produtos Agroecológicos o espaço permanente destinado à reunião do conjunto dos consumidores e de agricultores familiares, que comercializem produtos de origem agroecológica por meio de mecanismo de controle para garantia da qualidade orgânica, quer seja certificação auditada, participativa ou por controle social, em local predeterminado, com publicidade e com estrutura física dotada de identidade visual específica.

Art. 5º Os sistemas de produção agroecológica serão construídos com apoio de uma rede de gestão compartilhada da qual participem órgãos públicos e entidades que atuem com agroecologia ou que possam contribuir com pesquisas ou outras experiências para a consolidação do sistema.

**Parágrafo único.** Serão criados mecanismos que permitam o concurso integrado dos órgãos e entidades de que trata o *caput* deste artigo, em especial as universidades estaduais, os institutos de pesquisa e entidades do terceiro setor.

Art. 6º A adesão das prefeituras municipais ao sistema de que trata esta Lei, será articulada pelos órgãos competentes do governo estadual a fim de que a produção agroecológica dos municípios seja incentivada e aproveitada.

Art. 7º A implantação de sistemas de produção agroecológica, nos moldes preconizados nesta Lei, terá prioridade entre as políticas públicas formuladas para a área.

Art. 8º Esta Lei será regulamentada por Decreto do Governador do Estado, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua publicação.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.  
Fls. 09

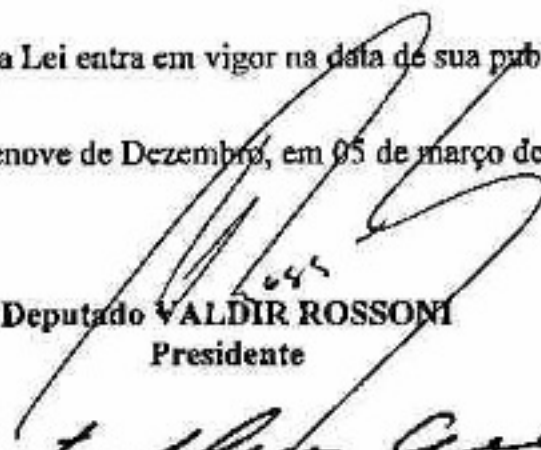
DAP

Fls. 09  
n.º 4. 27

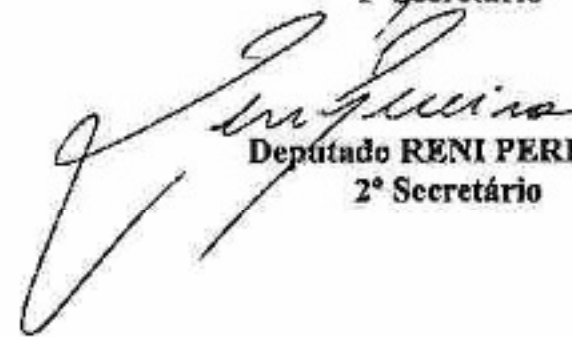
Projeto de Lei nº 403/11

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 05 de março de 2012.

  
Deputado VALDIR ROSSINI  
Presidente

  
Deputado PLAUTO MIRO GUIMARÃES FILHO  
1º Secretário

  
Deputado RENI PEREIRA  
2º Secretário





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 018/12**

**PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 018/12**

**AUTOR: PODER EXECUTIVO - OFÍCIO Nº 927/12**

**SÚMULA:** Veta o Projeto de Lei nº 403/2011, de autoria do Deputado Elton Welter, que objetiva dispor sobre os incentivos à implantação de sistemas de produção agroecológica e orgânica pelos agricultores familiares no Estado do Paraná.

**EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O projeto de lei nº 403/11, de autoria do Deputado Elton Welter que, objetiva dispor sobre os incentivos à implantação de sistemas de produção agroecológica e orgânica pelos agricultores familiares no Estado do Paraná, tendo sido vetado pelo Senhor Governador do Estado por considera-lo Inconstitucional e contrário ao interesse público.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 403/11 foi enviado à sanção e recebido na data de 09 de março de 2012, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 018/12, foi exarada e encaminhada junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná na data de 29 de março de 2012, sendo desta maneira tempestiva.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

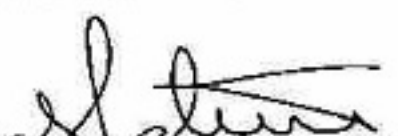



Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi aposto tempestivamente, respeitando o prazo legal.

## CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 10 de abril de 2012.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK  
RELATOR